

**II.**

**As guerras de religião e os *politiques*: a elaboração da tolerância como instrumento**

## 1.

**1584-1589*****Ligueurs x politiques***

Aos 33 anos, casado há nove anos com Louise de Lorraine, de 31, Henrique III tinha ainda tempo para ter filhos. A chance remota de um rei protestante assumir o trono, no entanto, leva as lideranças católicas intransigentes a ignorarem essa possibilidade, e lidarem com a esterilidade do casal real como um fato. Considerava-se que um aborto sofrido pela rainha em 1575 seria a causa da sua infertilidade. Antes mesmo da morte de Alençon-Anjou, a sucessão real havia se tornado um problema, pois o duque recusava qualquer casamento que lhe era proposto, diminuindo assim gradativamente as chances de um herdeiro Valois e de uma transmissão tranqüila da Coroa. Por volta de 1583, as ligas começam a sugerir o nome do duque de Guise como herdeiro do trono após a morte de Henrique III. Diversas genealogias da família lorena são publicadas, como a de François de Rosières, autor dos *Six livres des politiques*, que escreve um *Stemmatum Lotharingiae ac Barri ducum* (1583) no qual remete a origem dos Guise ao Cavalo de Tróia e afirma que o trono real foi-lhes usurpado por Clodion e Meroveu, em 429. Entre as publicações com o mesmo tema, era mais comum fazer descender o clã de Carlos Magno, sugerindo que a sucessão de reis franceses desde então era ilegítima. Philippe Duplessis-Mornay respondeu a Rosières, no mesmo ano em que este publicou seu *Stemmatum Lotharingiae*, por um *Discours sur le droit pretendu par ceux de Guise sur la Couronne de France* (1583). Nele, o conselheiro de Henrique de Navarra dá conta do plano *ligueur* – “*Est bien la voix commune que ceux de Lorraine prétendent la Couronne comme héritiers de Charles-Magne*”<sup>377</sup> –, e explica que um “*livre écrit en latin par un François de Rosiers de Barleduc, Archidiacre de Thoul, et dédié à Monsieur de Lorraine*”<sup>378</sup> vai ainda mais longe e deslegitima já a dinastia merovíngia. No relato de Mornay, Rosières afirmava que a sucessão,

<sup>377</sup> “É voz corrente que os de Lorena ambicionam a Coroa como herdeiros de Carlos Magno”, Mornay, 1583, s/p.

<sup>378</sup> “livro escrito em latim por um François de Rosiers de Barleduc, Arquidiácono de Thoul, e dedicado ao Senhor de Lorena”, id., ibid., s/p.

*leur a été ôtée par Mérovée et ses descendants, avant toutes trois lignées<sup>379</sup>, tellement que par la loi (...) tous nos Rois auraient été usurpateurs depuis le premier jusqu'à maintenant, et aurait été le vrai héritier de la couronne Française en la maison des Ducs de Mosellane, dont se disent issus ceux de Lorraine<sup>380</sup>.*

A ascensão ao trono não seria portanto mais do que a justa reparação de um crime cometido havia mais de 1150 anos. Segundo Mornay, a pretensão sobre a Coroa, expressa pela publicação de Rosières, não era recente entre os Guise. Desde o reinado de Henrique II, a família lorena estaria se aproximando do poder, ocupando o governo do reino, e maquinando a sua volta ao trono. Mornay explica que

*c'est une chose commune en ce Royaume, que la maison de Lorraine s'attribue la couronne de France, et se pourraient aisément encore recouvrer les Chroniques et Généalogies qu'ils falsifient du temps du feu Roi Henri, les consultations qu'ils firent tenir de leur droit sous François deuxième, et les mémoires qui furent semées entre le peuple sous Charles neuvième, et depuis encore : iceux acheminant toujours leurs desseins et bâtimens, selon que la ruine de ce pauvre état se semblait avancer par les guerres civiles par le moyen desquelles le respect du Prince légitime étant diminué, les nerfs affaiblis, et le chemin préparé à nouveauté, ils se sont promis de s'asseoir en leur siège prétendu en déchassant ceux qu'ils en tiennent pour usurpateurs<sup>381</sup>.*

Os católicos intransigentes tinham portanto no duque de Guise o seu pretendente ao trono. Henrique III, de seu lado, queria outra sucessão.

Sem um herdeiro, o rei buscou em Henrique de Navarra um príncipe consciente do destino que aparentemente seria o seu. Certo da reação católica a um rei protestante, Henrique III tentou por várias vezes levar Navarra de volta à Igreja romana. Segundo Hugues Daussy,

*Henri III est bien conscient que la voix des catholiques intransigeants ne va pas manquer de s'élever. Son intention est, de ce fait, de ramener son beau-frère dans le giron de l'Église catholique et il ne va pas attendre, on le verra, le décès de son*

<sup>379</sup> Era costume afirmar que a França tinha tido 3 “raças” de reis: os merovíngios, descendentes de Clodion e Meroveu, os Carolíngios, descendentes de Carlos Magno, e os capetíngios, descendentes de Hugo Capeto.

<sup>380</sup> “foi-lhes usurpada por Meroveu e seus descendentes, antes de todas as três linhagens, tanto que pela lei (...) todos os nossos Reis teriam sido usurpadores desde o primeiro até agora, e teria sido o verdadeiro herdeiro da Coroa francesa da casa dos Duques de Mosellane, de que se dizem saídos os de Lorena”, id., ibid., s/p.

<sup>381</sup> “é coisa comum nesse Reino, que a casa de Lorena se atribua a Coroa da França, e se poderiam ainda facilmente recuperar as Crônicas e Genealogias que eles falsificam do tempo do falecido Rei Henrique, as consultas que eles fizeram sobre os seus direitos sob Francisco II, e as memórias que foram disseminadas entre o povo sob Carlos IX, e depois ainda; conduzindo sempre seus propósitos e construções, a ruína desse pobre estado parecia avançar pelas guerras civis por meio das quais, o respeito ao Príncipe legítimo estando diminuído, os nervos enfraquecidos, e o caminho semeado para novidade, eles se prometeram sentarem-se em seu pretensão assento expulsando o que eles consideram usurpadores”, id., ibid., s/p.

*frère pour entreprendre une démarche dans ce sens. Pour convaincre le Béarnais, le roi est d'ailleurs prêt à donner des gages de sa bonne volonté, à son égard et à celui des huguenots*<sup>382</sup>.

Em maio de 1584, antes da morte de Alençon-Anjou, o rei envia o duque de Épernon, um dos seus *favoris*, em uma pretensa viagem de cura ao sul. O objetivo da viagem, na verdade, é apresentar a Henrique de Navarra a posição do rei e seu pedido de conversão. Quando acontece o primeiro encontro entre Épernon e Navarra, no dia 13 de junho, Alençon-Anjou estava morto havia três dias. Talvez nessa primeira conversa a notícia do desaparecimento do duque ainda não tivesse chegado à Navarra, mas nas seguintes, e sobretudo na entrevista de 25 de junho, a mais importante delas, o fato já era conhecido.

A morte de Alençon-Anjou torna a tarefa de Épernon mais urgente: se, pelas determinações da lei sálica, o herdeiro do trono era Henrique de Navarra, pelo juramento feito na coroação o novo rei deveria prometer preservar a Igreja católica e extirpar a heresia do reino. O calvinista Henrique de Navarra não se encaixava no papel de protetor do catolicismo contra a “heresia” que na época afligia o reino, o protestantismo.

Uma publicação anônima de 1585 traz a descrição da reunião, fictícia, que teria se seguido ao encontro de Épernon e Navarra. Na presença deste rei, três conselheiros seus, o ministro da igreja reformada Mermet (chamado no texto Marmet), o católico Antoine de Roquelaure<sup>383</sup> e Arnaud du Ferrier<sup>384</sup>, discutem a proposta feita por Henrique III. No texto, cada conselheiro tem uma posição bastante definida quanto à questão político-religiosa que a sucessão de Henrique III levantava, representando, caricaturalmente, as correntes que, na França, discutiam o problema específico do herdeiro do trono, e o problema geral das guerras de religião. Antoine de Roquelaure apresenta uma versão sem sutilezas das propostas do grupo dos *politiques*: Navarra deve se converter em aparência, isto é, sem mudar de confissão no seu íntimo, porque a sua função de rei obriga-o

<sup>382</sup> “Henrique III tem bastante consciência de que a voz dos católicos intransigentes não vai deixar de elevar-se. Sua intenção é, por isso, trazer de volta seu cunhado ao seio da Igreja católica, e ele não vai esperar, como veremos, a morte do seu irmão para empreender uma ação nesse sentido. Para convencer o Bernês, o rei está inclusive disposto a dar garantias da sua boa vontade, no que se referia a ele e aos huguenotes”, Daussy, 2002, p.261

<sup>383</sup> Oficial da Coroa da Navarra.

<sup>384</sup> Discípulo de Michel de L’Hospital, Du Ferrier havia sido embaixador da França nos Estados italianos, sobretudo em Veneza, no Vaticano, e no Concílio de Trento. Levado por Philippe Duplessis-Mornay ao serviço do rei da Navarra em 1582, aos 76 anos, é nomeado *garde des sceaux* da Navarra.

a reconstruir a paz mas não a defender a religião. Mermet, pastor protestante, condena a conversão de fato tanto quanto em aparência. Du Ferrier, último dos três a falar, defende uma posição intermediária: o bernês, em princípio, não deveria se converter, mas poderia estudar, pelas Escrituras, a religião. Sobretudo, deveria evitar ao máximo um afastamento entre o rei e ele.

Sendo o primeiro a falar, Roquelaure faz um resumo da situação em que a visita de Épermon deixa Navarra :

*C'est un choix que le Roi notre maître doit faire. Car d'un côté, on lui propose la grace et amitié du Roi son frère, et la faveur de toute la France, de l'autre le courroux de sa Majesté, avec la haine de tout le Royaume : d'un côté, la puissance de réduire ses ennemis à tel point qu'il lui plaira, de l'autre, la nécessité d'être réduit sous leur miséricorde : d'un côté la Couronne de France, de l'autre, une pair de Psaumes. Lequel doit-il choisir à votre avis ?*<sup>385</sup>

Roquelaure leva o leitor a acreditar que há apenas uma resposta razoável para o dilema frente a Navarra. A Mermet ele afirma que, na sua visita, Épermon apenas aconselhava o rei

*de s'accommoder à la religion de tous ses prédécesseurs, et à quitter celle que lui avez apprise, qui l'empêchera de jouir jamais paisiblement de l'heur que Dieu lui présente*<sup>386</sup>.

A sua opinião é a de que Navarra deveria aceitar a sugestão do emissário de Henrique III e converter-se, pois assim a sua volta à corte estaria assegurada, seus inimigos seriam destruídos e seus amigos beneficiados. O afastamento dos dois primos, diz Roquelaure, já durava muitos anos, e precisava ser remediado. A razão para ele estava nas desconfianças múltiplas que, desde a Noite de São Bartolomeu, caracterizavam as relações entre os protestantes e a Coroa: “*la défiance a été cause de l'absence. Et tant que l'absence continuera, vous ne me persuaderez jamais que la défiance ne continue aussi*”<sup>387</sup>.

<sup>385</sup> “É uma escolha que o Rei nosso senhor deve fazer. Pois de um lado, propõem a ele a graça e a amizade o Rei seu irmão, e o favor de toda a França, de outro a irritação de sua Majestade, com o ódio de todo o Reino; de um lado, o poder de reduzir seus inimigos quanto lhe apetercer, do outro, a necessidade de ser reduzido sob a sua misericórdia; de um lado a Coroa da França, do outro, um par de Salmos. Qual ele deve escolher, na vossa opinião?”, *Double d'une lettre envoyée à un certain personnage, contenant le discours de ce qui se passa au cabinet du roy de Navarre et en sa présence, lorsque le duc d'Espèron fut vers luy en l'an 1584*. 1585, p.3.

<sup>386</sup> “acomodar-se na religião de todos os seus predecessores, e deixar a que vós lhe ensinastes, que o impedirá de gozar pacificamente o acaso que Deus lhe apresenta”, *ibid.*, p.4.

<sup>387</sup> “a desconfiança foi causa da ausência. E enquanto a ausência continuar, não me persuadireis nunca de que a desconfiança não continue também”, *ibid.*, p.8.

Reaproximados, o atual e o futuro rei seriam imbatíveis. Os Guise, principais opositores de Navarra cuja popularidade e a influência entre os católicos conservadores do reino eram uma ameaça à autoridade de Henrique III, seriam os primeiros a perecer: a volta de Navarra à corte – isto é, ao favor real – seria a ocasião pela qual esperava o rei para

*renverser les desseins de ceux, qui tant pour la recherche de leur généalogie divulguée et imprimée publiquement, que par je ne sais quelle populace, piaffe et tous autres moyens pratiquent des serviteurs, ou plutôt des armées, pour parachever les entreprises que leur Père et Oncle leur ont laissé par testament*<sup>388</sup>.

Para atingir a vitória, Henrique de Navarra precisaria apenas se converter. Católico, ele assumiria um lugar de destaque no reino – que, segundo seus conselheiros, por direito era seu – e, depois da morte de Henrique III, seria incontestavelmente o novo rei. Para Roquelaure, a eminência dos ganhos justificava uma conversão rápida, e mesmo não-sincera: *“il est nécessaire qu’il s’accommode à faire profession publique, de l’ancienne religion de tous ses prédécesseurs”*<sup>389</sup>, afirma ele, e *“encore que le Roi notre maître ne fut Catholique au coeur, il le doit être à la bouche et à l’extérieur”*<sup>390</sup>. Navarra deveria seguir os exemplos que mostravam *“que les grands Princes ont toujours préféré leur État à l’exercice public de leur religion”*<sup>391</sup>.

Frente à certeza de Roquelaure, caberá aos seus dois interlocutores contradizê-lo e apresentar outras soluções possíveis para a oferta feita por Henrique III.

O segundo a falar é Mermet. Escandalizado com as sugestões que ouviu do colega católico, o pastor concentra a sua argumentação na proposta de uma conversão por interesse. *“S’accommoder au fait de la religion”*, diz Mermet, *“c’est proprement renoncer à Jésus Christ”*<sup>392</sup>. Manter uma religião apenas exteriormente – o que significava manter outra privadamente, fazendo desta uma

<sup>388</sup> “derrubar os propósitos dos que, tanto pela investigação da sua genealogia divulgada e impressa publicamente, quanto por não sei que populacho, confusão e outros meios frequenta servidores, ou antes exércitos, para realizar so empreendimentos que seu Pai e Tio deixaram-lhes por testamento”, *ibid.*, p.7.

<sup>389</sup> “é preciso que ele se acomode em fazer profissão pública da antiga religião de todos os seus predecessores”, *ibid.*, pp.21-22.

<sup>390</sup> “mesmo que o Rei nosso senhor não seja Católico no coração, ele o deve ser na boca e no exterior”, *ibid.*, pp.22-23.

<sup>391</sup> “que os grandes Príncipes sempre preferiram seu Estado ao exercício público da sua religião”, *ibid.*, pp.27-28.

<sup>392</sup> “Acomodar-se em questão de religião”, “é propriamente renunciar a Jesus Cristo”, *ibid.*, p.46.

experiência secreta, vivida apenas “*au coeur*” – era retirar dela a sua importância, era considerar que fazer profissão de fé não tinha valor algum, que a palavra estava descolada do sentimento e da vivência religiosa. A sugestão de Roquelaure, além do mais, tornava desnecessária a reforma da Igreja, e sem sentido a luta pela verdadeira fé, ridicularizando as conversões protestantes:

*Cuidez-vous que tant d'excellents personnages eussent pris plaisir à se faire brûler pour peu de choses ? Que tant d'autres qui ont abandonnés leurs biens, leurs états, femmes et enfans pour suivre la religion, s'ils n'étaient bien résolus qu'il n'y va rien moins que du salut de leur âmes?*<sup>393</sup>

A fala de Mermet é mais propriamente uma defesa da religião, da expressão e da experiência pública da fé, do que do protestantismo. A exposição de Roquelaure obriga-o a isso, pois, fundamentalmente, o primeiro conselheiro a falar havia sugerido ao rei adotar uma postura não-religiosa com relação à religião. Antes de defender a sua igreja, Mermet precisa portanto reafirmar a importância da igreja, o seu lugar na vida pública. O terceiro conselheiro presente à reunião, o embaixador Du Ferrier, ao ser inquirido por Navarra sobre a sua posição no debate, resume as falas ouvidas como sendo fruto de duas mentes distintas: Mermet recorreu às Escrituras, que são a essência da defesa da religião; Roquelaure o que fez foi “*traiter de la religion autrement que par l'autorité de l'écriture*”<sup>394</sup>. Aquele primeiro, Mermet, falou como teólogo, o segundo, como “*homme d'état*”<sup>395</sup>. Pelos argumentos apresentados, Du Ferrier reconhece em Roquelaure um *politique*:

*il y a une autre espèce de Catholique, qui s'appelle politiques, du nombres desquels je tiens monsieur de Roquelaure : qui ne désirent point tant que changiez de religion pour zèle qu'ils aient à la leur, que pour les maux et misères qu'ils craignent et prévoient devoir advenir, si vous ne le faites. Et ceux-ci sont d'autant plus digne de réponse, que leur crainte procède d'une piété qu'ils ont à leur patrie, et d'une sincère affection qu'ils vous portent Sire*<sup>396</sup>.

<sup>393</sup> “Vós achais que tantos excelentes personagens teriam tido prazer em serem queimados por pouca coisa? Como tantos outros que abandonaram seus bens, seus estados, mulheres e filhos para seguir a religião, se eles não estiverem inteiramente seguros que não se trata de nada menos do que a salvação das suas almas?”, *ibid.*, p.44.

<sup>394</sup> “tratar da religião sem ser pela autoridade da Escritura”, *ibid.*, p.66.

<sup>395</sup> “homem de estado”, *ibid.*, p.65.

<sup>396</sup> “há uma outra espécie de Católico, que se chama *politiques*, entre os quais insiro o senhor de Roquelaure; que não desejam tanto que mudeis de religião por zelo que eles têm à deles, quanto por causa dos males e misérias que eles temem e prevêem deverem acontecer, se vós não o fizerdes. E esses são tanto mais dignos de resposta pois seu temor procede de uma piedade que eles têm pela sua pátria, e de uma sincera afeição que eles têm por vós, Senhor”, *ibid.*, p.73

Mermet se cala. Roquelaure regozija-se do apoio recebido. A sua intenção, diz ele, não era colocar em dúvida a importância da religião na vida e na salvação dos homens, mas apenas deslocar a discussão para o espaço que acreditava ser próprio ao rei, e sob cuja perspectiva ela deveria ser tratada, evitando a questão religiosa porque intransponível, pois “*il appartient à Dieu seul à toucher les coeurs*”<sup>397</sup>.

*Ce que j’ai avancé, non que je ne fusse trop plus aise de le voir bon Catholique tout à fait. Mais pour ce que si j’eusse entrepris cela, vous m’eussiez quant et quant enclos dans la dispute de la religion, qui est un labyrinthe d’où on ne sort jamais*<sup>398</sup>.

O seu intuito era dar ao rei o conselho que lhe permitiria trazer de volta a paz ao reino, pois, diz Roquelaure, “*je ne cherche que la paix et bien publique*”<sup>399</sup>. Quando à religião, “*Je laisse (...) à part la dispute de la religion, jusqu’à ce qu’on y puisse remédier par un Concile bien et légitimement assemblé*”<sup>400</sup>.

A posição de Du Ferrier, semelhante à de Roquelaure quanto à necessidade primeira do rei de restabelecer a paz, difere dela no entanto no que tange à conversão. Se ela fosse imediata, feita às pressas, Henrique III suspeitaria de um gesto de puro interesse, e as desconfianças permaneceriam entre os dois. “*Il faut donc chercher d’autres moyens*”<sup>401</sup>. Mantendo-se protestante apesar mesmo das ofertas de favorecimento, Navarra provaria ao rei a sua sinceridade, e por ela poderia aproximar-se dele. O caminho indicado era portanto

*faire paraître à sa Majesté par tous vos déportements, que vous aimez ce qu’il aime, et êtes ennemis de ses ennemis. Que vous êtes plus désireux de sa santé, de son repos, de son contentement que du votre propre, et fuir soigneusement toutes les occasions de soupçon, jalousie ou défiance. Cela étant, ne doutez point qu’il ne vous aime plus que si vous étiez le plus grand Catholique de France*<sup>402</sup>.

<sup>397</sup> “*compete apenas a Deus tocar os corações*”, *ibid.*, p.23.

<sup>398</sup> “O que apresentei, não que eu não preferisse vê-lo bom Católico inteiramente, mas porque se eu tivesse proposto isso, vós me teríeis ao mesmo tempo prendido na discussão sobre a religião, que é um labirinto do qual não se sai nunca”, *ibid.*, p.23.

<sup>399</sup> “eu busco apenas a paz e o bem público”, *ibid.*, p.21.

<sup>400</sup> “eu deixo (...) de lado a discussão sobre a religião, até que se possa remediá-la por um Concílio bem e legitimamente reunido”, *ibid.*, pp.21-22.

<sup>401</sup> “É preciso então buscar outros meios”, *ibid.*, p.68.

<sup>402</sup> “fazer parecer à sua Majestade por todos os seus gestos, que vós amais o que eles ama, e sois inimigo dos seus inimigos. Que desejais mais a sua saúde, a sua tranqüilidade, o seu contentamento do que o vosso próprio, e fugir cuidadosamente todas as ocasiões de suspeita, ciúme ou desconfiança. Isso posto, não duvidai que ele não vos ame mais do que se fosses o mais Católico da França”, *ibid.*, p.68.



Uma religião e outra “*ne concernent que le salut de vos âmes*”<sup>403</sup>, e decidir entre elas não interferiria na forma como os súditos amariam e obedeceriam ao rei justo e virtuoso.

*Ainsi sera-t-il de vous, Sire, si vous êtes bon Prince que le Catholique et le Huguenot ait occasion de se contenter de vous, l'un et l'autre vous aimera, et vous obéira fidèlement. Si au contraire vous faites, croyez qu'il n'y a religion au monde qui puisse persuader un peuple que le Prince soit aimé de Dieu, ni homme de bien duquel il est mal traité*<sup>404</sup>.

O debate entre Roquelaure, Mermet e Du Ferrier vai destarte da conversão por interesse, e de aparência, à afirmação de que o pertencimento religioso era determinante, passando por uma não-conversão que, no entanto, evitava indispor-se com o rei e acreditava mesmo que a solução para Navarra (que não era outra senão a solução para a França) era a coexistência de católicos e protestantes. Ainda que Du Ferrier credite a opinião de Roquelaure ao partido dos *politiques*, é a sua própria posição a que mais se aproxima daquela desenvolvida por este grupo desde a chancelaria de Michel de L'Hospital. A morte de Alençon-Anjou e as discussões sobre a sucessão real representaram uma mudança significativa no cenário de crise aberto na França pela Reforma, introduzindo uma transformação na dinâmica do conflito: aos três partidos básicos – o católico intransigente, o protestante e o real –, que vinham recebendo adesões pontuais, como a dos *Malcontents*, soma-se um quarto partido, o dos *politiques*.

Apesar de participarem das discussões acerca da crise aberta pela Reforma desde 1560, os *politiques* tornaram-se um grupo, e depois um partido incontornável no debate, apenas na década de 1580. Antes dela, a sua presença era sentida na defesa de idéias como a da tolerância civil. Sem serem o partido dominante, os *politiques* haviam feito parte do governo de L'Hospital – em 1589 o autor de *La Vie et condition des politiques et athéistes de ce temps* perguntará: “*quel Chancelier aviez vous ? n'était-ce pas un politique allait-il pas à la Messe et ne l'aimait pas, et trahissait Jésus Christ?*”<sup>405</sup> –, e estiveram envolvidos nas decisões de Catarina de Médici e Carlos IX após o afastamento do chanceler,

<sup>403</sup> “concernem apenas a salvação das nossas almas”, *ibid.*, p.68.

<sup>404</sup> “Assim será convosco, Senhor, se fordes bom Príncipe, se o Católico e o Huguenote tiverem ocasião de se contentarem convosco, um e outro vos amará, e vos obedecerá fielmente. Si fizerdes o contrário, crede que não há religião no mundo que possa persuadir um povo de que o Príncipe seja amado por Deus, nem que seja homem de bem quando maltrata”, *ibid.*, p.83.

<sup>405</sup> “que Chanceler tínheis? não era ele um *politique*, não ia à missa sem amá-la, e traía Jesus Cristo?”, Dieudonné, 1589, p.19.

defendendo, nas discussões contemporâneas, a necessidade da paz frente ao caos produzido pelas guerras, e do fortalecimento da autoridade do rei. São essas duas propostas somadas que levam os *politiques* a desenvolverem a idéia de que a ampliação dos conflitos, a partir da década de 1550, e o início e a repetição das guerras civis depois de 1562 – apesar das várias tentativas de pacificação – deviam-se à inadequação da perspectiva segundo a qual o problema era apreendido.

A sua filosofia passará então a conceber uma outra via de ação. Onde a ordem tinha sido a da reunião dos franceses em uma só Igreja, extinguindo o protestantismo no reino, os *politiques* irão propor uma reunião cuja base era o pertencimento ao reino, que significava sujeição ao rei, e o adiamento – provisório – da questão religiosa em favor de uma solução pontual para a guerra civil. Henri Hauser explica que

*c'est de l'horreur même et de l'inutilité de la guerre civile que, dans la France meurtrie, et menacée de destruction, sort le parti des « Politiques », de ceux qui mettent la polis au-dessus de tout. Puisqu'il est impossible de réaliser l'unité religieuse de l'État, il faut se résigner à ce pis aller, laisser coexister, au moins provisoirement, deux religions en un État*<sup>406</sup>.

Aliados a Henrique de Navarra, os *politiques* estarão profundamente envolvidos nos debates e nos confrontos da oitava guerra de religião, formando progressivamente um clima favorável à tolerância civil, resumida e aplicada pelo édito de Nantes, de 1598.

Apresentada publicamente por Michel de L'Hospital em 1561, a idéia da tolerância será inicialmente mal vista pela maioria das lideranças civis e religiosas e da população francesa. Seus pressupostos eram a argumentação favorável à liberdade de culto e de consciência. Essa não era uma posição banal. Custou-lhes, em primeiro lugar, o nome: o epíteto “*politiques*” foi-lhes dado pelos seus adversários, que consideravam o termo sob uma perspectiva negativa. O *político* estava relacionado ao que não era da religião e não concebia o mundo nem sua ordem como emanando dela. Quando se acredita que só pode haver uma religião, e que esse é o bem supremo a proteger, admitir que há outro maior, o bem comum, é por si só heresia. Antes, portanto, de se poder mesmo defender a

<sup>406</sup> “é do horror mesmo e da inutilidade da guerra civil que, na França ferida, e ameaçada de destruição, sai o partido dos “*Politiques*”, dos que colocam a polis acima de tudo. Posto que é impossível realizar a unidade religiosa do Estado, é preciso resignar-se a esse mal menor, deixar coexistirem, ao menos provisoriamente, duas religiões em um Estado”, Hauser, 1963, p.48.

existência de uma segunda religião, conceber outra instância acima da religião era já pecado suficiente.

Quando explodem as primeiras guerras civis, o adjetivo *politique* ganha um sentido eminentemente pejorativo; ele se refere a homens que, aparentemente, mantêm-se indiferentes ante à crise religiosa aberta pela Reforma protestante, e que são, às vezes, tidos por ateus. Em 1573, o primeiro presidente do parlamento de Rouen declara, aos estados da Normandia, que “*on a nouvellement introduit et interprété ce mot politique quasi: n’étant d’aucune religion*”<sup>407</sup>. Em 1564, o cardeal de Granvelle dizia do almirante Gaspar de Coligny:

*Bien suis-je pour moi en opinion que spécialement l’Amiral se soit plus servi de la religion pour prétexte, et pour faire ses affaires et parvenir à ses desseins (...) et le tiens pour plus politique, comme ils appellent en France, que pour dévot*<sup>408</sup>.

E ainda, em 1569, Gabriel de Saconay, cônego da catedral de Saint-Jean, no seu *Discours des premiers troubles advenus à Lyon*, explica que

*ainsi conduisaient leurs menées ces politiques mondains, c’est-à-dire, en bon français, qu’ils n’ont cure de Dieu ni de religion aucune, mais seulement de poursuivre leurs desseins selon leurs ambitieuses fantaisies*<sup>409</sup>.

Vinte anos mais tarde, em 1589, a divergência entre católicos intransigentes e *politiques* havia se tornado central nas guerras de religião. Nesse ano, Henrique de Navarra declara: “*Aujourd’hui c’est hérésie, que d’être Politique*”<sup>410</sup>. Entre as inúmeras publicações em que aqueles primeiros descreviam essa nova espécie de heresia está *La Vie et condition des politiques et athéistes de ce temps*, de Dieudonné, que descreve minuciosa e longamente o significado da palavra, os inícios do partido e seus propósitos:

*Il faut parler de nos Athéistes Politiques. Mais parce que ce nom comme beaucoup d’autres qui étaient en rang d’honneur par la nécessité des injures en a été dejecté et est entré en mépris, que je vois beaucoup de nos Requatholiqués Royaux faire les Ignorants : Avant que passer plus outre je leur en ferai une petite et succincte description, cela ne nuira aucunement à ce que je prétend vous dire. Le Politique de notre temps donc est un traître qui sous couleur de sainteté commet toutes les ordures et les méchancetés du monde, est habillé de la peau de l’Agneau, et*

<sup>407</sup> “recentemente se introduziu e interpretou essa palavra *politique* assim: não sendo de nenhuma religião”, apud Jouanna, op.cit., p.256.

<sup>408</sup> “Sou da opinião de que o Almirante especialmente se serviu da religião como pretexto, e para concluir seus negócios e realizar seus objetivos (...) e o tenho mais por *politique*, como eles chamam na França, que por devoto”, apud Jouanna, op.cit., p.256.

<sup>409</sup> “Assim conduziam suas tramas esses *politiques* mundanos, quer dizer, em bom francês, que eles não se importam com Deus nem com nenhuma religião, mas somente em perseguir seus objetivos segundo suas ambiciosas fantasias”, Saconay, 1569, s/p.

<sup>410</sup> “Hoje é heresia ser *Politique*”, Henri IV, 1589-a, s/p.

*néanmoins est loup enragé sous l'accoutrement qui a appris de longtemps sous ces trahisons de cour à piper tout le monde : Au lieu de favoriser les gens de vertu : qui les détruit, s'il en voit l'occasion : qui établit toutes personnes près de lui et aux charges publiques qu'il connaît être sans consciences et sans religion, qui sauront porter et dorer une fausse accusation, un faux témoignage, donner une fausse sentence aux dépens de l'innocent, que monsieur le Politique aura à contre coeur (...) Qui va à la Messe, ne parle extérieurement que de Dieu, que de rétablir les temples, qui déteste les hérétiques qui n'aime toutefois Dieu ne va à la Messe que pour se truffer et pour nous ôter le jugement de sa méchanceté, que ne délibère en son conseil que d'établir en France l'hérétique (...). Qui se protestait Catholique et néanmoins faisait venir une fourmilière de cette vermine de Reîtres athéistes pour nous égorger. (...) Voilà en bref que c'est qu'un politique cette maladie cachée, intérieure, et très périlleuse qui nous gâte. (...) Venons à nos jours : fussent point les Politiques qui gardèrent que cette seconde Genève la Rochelle ne fut réduite, qui doute qu'elle n'eut été enlevée ? (...) Tu en as eu tyran et ta vermine de Machiaveliste les trésors et notre bon Prince le Duc Daumalle y reçu son chapeau de martyr ne fut-ce pas là que fut résolue la mort par empoisonnement, de feu, Charles neuvième ? Parce qu'il avait tant en horreur cette vermine et commençait à avoir l'âge et le discours de discrétion qui lui faisait reconnaître qui étaient les traîtres de Politiques et ne s'en voulait finir ? (...) Qu'ont fait depuis ce temps les Politiques ? qui a ruiné le peuple sous cause fausse par tant d'horribles et tyranniques inventions ? (...) Qui a chassé nos Princes, bourrelé les gens de bien, causé la paix avec l'hérétique élevé, et enflé le huguenot, fait venir les reîtres en France, que l'on tenait pour ruinée ? ont-ce pas été les politiques ? Je serais trop long à représenter les maux qui nous sont venus de cette vermine de politiques : je dirai toutefois encore qu'aux pervers et détestables conseils de ces Politiques, il était résolu que la ville de Paris serait incendiée et les Princes Catholiques et bons bourgeois zélés cruellement mis à mort, et de là tous les gens de la campagne et des autres villes. (...) Les Politiques (...) ils parlent bas, ils voudraient bien que l'on cru qu'ils sont des nôtres <sup>411</sup>.*

<sup>411</sup> “É preciso falar dos nossos Ateus *Politiques*. Mas porque esse nome, como muitos outros que estavam em categoria honrosa, pela necessidade das injúrias foi enfeitado e entrou em desprezo, pois vejo muitos dos nossos Recatolicizados Reais fingirem-se de Ignorantes. Antes de passar para outra coisa, eu farei deles uma pequena e sucinta descrição, o que não atrapalhará em nada o que pretendo lhes dizer. O *Politique* do nosso tempo, portanto, é um traidor que sob figura de santidade comete todas as baixezas e maldades do mundo, veste-se com a pele do Cordeiro, e no entanto é lobo raivoso sob o atavio que aprendeu há muito tempo sob essas traições de corte a marcar todo mundo. Em lugar de favorecer as pessoas virtuosas: que as destrói, se encontra ocasião: que estabelece todas as pessoas perto dele e nos cargos públicos que ele sabe serem sem consciência e sem religião, que saberão manter e dourar uma falsa acusação, um falso testemunho, dar uma falsa sentença às custas do inocente, que o senhor *Politique* tiver a contragosto (...) Que vai à Missa, fala externamente apenas de Deus, de reconstruir os templos, que detesta os hereges, que ama entretanto Deus e vai à Missa apenas para se pavonear e para nos suprimir o julgamento da sua malvadeza, que só delibera no seu conselho sobre estabelecer o herege na França (...) Que se protestava Católico e no entanto fazia vir um formigueiro desses vermes de Mercenários ateus para nos degolar. (...) Eis brevemente o que é um *Politique*, essa doença escondida, interior, e muito perigosa que nos estraga. (...) Venhamos aos nossos dias: não foram os *Politiques* que impediram que essa segunda Genebra La Rochelle fosse reduzida, que dúvida que ela teria sido tomada? (...) Tiveste, tirano, e teu verme de Maquiavelista, tesouros e nosso bom Príncipe o Duque d'Aumale recebeu aí o seu chapéu de mártir, não foi aí que foi decidida a morte por envenenamento do falecido Carlos IX? Porque ele tinha tanto horror desse verme e começava a ter a idade e o discurso de discríção que o fazia reconhecer quem eram esses traidores *Politiques*, e não queria desfazer-se deles? (...) O que fizeram depois disso os *Politiques*? quem arruinou o povo sob falsa causa, por tantas horríveis e tirânicas invenções? (...) Quem expulsou nossos Príncipes, atormentou as pessoas de bem, negociou a paz com o herege rebelado, e inflamou o huguenote, vez virem os mercenários à França, que tínhamos por arruinada? não foram os *politiques*? Eu me alongaria

Por outro lado, *politique* ele mesmo, Étienne Pasquier dava uma interpretação diferente para o novo uso da palavra. Em 1560, o jurista e historiador havia publicado, ao fim do primeiro livro das suas *Recherches de la France*, o opúsculo *Pourparler du Prince*, em que quatro personagens discutiam qual seria a natureza do poder. No debate imaginado por Pasquier, era o *Politique* que apresentava e defendia a opinião de que a função do rei era dedicar-se a suprir as necessidades dos seus súditos, empenhando-se no que fosse útil ao reino, e não aos seus próprios interesses. Opondo-se às opiniões do *Philosophe*, do *Escolier* e do *Courtizan* (por vezes chamado de *Curial*), o *Politique* resumia seu argumento acerca do papel do príncipe com os seguintes termos:

*Cette conclusion est bonne, et qui dû être engravée en la tête des Princes, que toutes choses sont mauvaises en un Roi, qui n'avise pas le bien public (...) car tout le but, desseïn, projet, et Philosophie d'un bon Roi, ne doit être que l'utilité de son peuple*<sup>412</sup>.

O *politique* aparece então no *Pourparler du Prince* como um conhecedor privilegiado da arte de governar, analisando os mecanismos do poder como um técnico, e servindo-se do seu conhecimento para atingir o que considerava ser o objetivo dos governos humanos: garantir a paz e o bem comum. Este *politique* é uma derivação da *police* segundo o entendimento que também se tinha dela ainda em 1567, quando um tratado assinado por um certo Guillaume de la Perriere, intitulado *Le Miroir politique*, descreve assim a origem da palavra e o seu significado:

*Police est une diction dérivée de politeia diction Grecque, que nous pouvons interpréter en notre langue Civilité. Et ce que les Grecs appellent Gouvernement Politique, les latins l'appellent Gouvernement de République ou Civile société. Toutes cités & civiles sociétés sont constituées à cause & pour grâce de parvenir à quelque bien. Car tous ceux qui entr'eux font alliance & confédération de société, ils font le tout pour l'amour de parvenir à ce qui leur semble bon, utile, joyeux ou honnête. Faut donc nécessairement conclure que toutes cités & civiles sociétés sont*

---

demais para representar os males que nos vieram desse verme *politique*: diria no entanto ainda que pelos perversos e detestáveis conselhos desses *Politiques*, estava decidido que a cidade de Paris seria incendiada e os Príncipes Católicos e bons burgueses zelosos cruelmente mortos, e depois toda a gente do campo e das outras cidades. (...) Os *Politiques* (...) falam baixo, eles queriam mesmo que achássemos que eles eram dos nossos”, Dieudonné, op.cit., pp.17-22.

<sup>412</sup> Essa conclusão é boa, e deveria ser gravada na cabeça dos Príncipes, que todas as coisas são más em um Rei, que não visa o bem público (...) pois todo objetivo, intenção, projeto e Filosofia de um bom Rei, deve ser apenas a utilidade do seu povo”, Pasquier, 1560, p.233.

*pour aucun bien constituées, & pensent toutes que pour leur assemblément elles puissent parvenir à quelque bien*<sup>413</sup>.

Segundo o *Miroir politique*, *política* e seus derivados remetiam originalmente aos assuntos da República, da sociedade civil. E o seu sentido, a sua função, a sua razão de ser era relacionado ao bom funcionamento da cidade. No século XVI, o que caracterizava a abordagem política era o fato de ela ser essencialmente humana e pragmática, significado que será, do decorrer das guerras de religião, experimentado na forma do desligamento entre as necessidades do Estado e as da Igreja. Progressivamente, duas interpretações distintas e opostas da política serão construídas nesse período: por um lado, os católicos conservadores desenvolverão um entendimento negativo do termo, em que a atitude política é aquela que desconsidera as questões que dizem respeito à religião. Por outro, os *politiques* julgarão positiva a interpretação segundo a qual o problema da religião não cabia aos homens solucionar, e, ao contrário, o da sociedade civil era da sua inteira responsabilidade, pois, para eles, tornava-se imperativo o restabelecimento da ordem no reino, mesmo que a isso correspondesse admitir dentro dele uma segunda confissão. Segundo Arlette Jouanna, por volta de 1580,

*l'adjectif politique, rarement substantivé, désigne l'attitude intellectuelle qui consiste à considérer les sociétés d'un point de vue purement humain, « technique » en quelque sorte, en mettant entre parenthèses (mais sans les nier) leurs finalités spirituelles*<sup>414</sup>.

Em 1584, quando morre o duque de Alençon-Anjou, um grupo específico de católicos<sup>415</sup>, que nas últimas décadas havia se aproximado dos protestantes

<sup>413</sup> “*Police* é uma dicção derivada de *politeia* dicção grega, que podemos interpretar na nossa língua como Civilidade. E o que os gregos chamam Governo Político, os latinos chamam Governo da República ou sociedade Civil. Todas as cidades e sociedades civis são constituída por causa e objetivo de realizar algum bem. Pois todos aqueles que fazem entre si aliança e confederação de sociedade fazem-no por amor de realizarem o que lhes parece bom, útil, feliz ou honesto. É preciso portanto concluir necessariamente que todas as cidades e sociedades civis são constituídas para algum bem, e pensam todas que pela sua reunião elas podem realizar algum bem”, Perriere, 1567, s/p.

<sup>414</sup> “o adjetivo *politique*, raramente substantivado, designa a atitude intelectual que consiste em considerar as sociedades de um ponto de vista puramente humano, “técnico” de certa forma, colocando entre parênteses (mas sem negá-las) as suas finalidades espirituais”, Jouanna, op.cit., pp.254-256.

<sup>415</sup> Na sua imensa maioria, os *politiques* eram católicos, mas havia protestantes que, compartilhando as suas idéias (e sobretudo a lógica da necessidade urgente da paz que estavam elaborando), haviam se juntado a eles na defesa da noção de tolerância civil. O melhor exemplo desses protestantes, fiéis companheiros de Henrique de Navarra, é Philippe Duplessis-Mornay, que, para Joseph Lecler, “*parle et écrit souvent comme un Politique*” (Lecler, op.cit., p.510).

moderados e de Henrique de Navarra e que acreditava na distinção em termos de função e portanto na separação necessária entre Igreja e Estado, é designado com repulsa pelo partido católico como *politique*. Para se oporem à possibilidade de um príncipe protestante suceder a Henrique III, os católicos intransigentes apóiam-se nas ligas nobiliárquicas e plebéias, voltando suas críticas especialmente contra esse partido. Segundo Bernard Cottret, “*la mort de François d’Anjou-Alençon, en 1584, avait constitué un tournant important, en entraînant une radicalisation sans pareille du mouvement ligueur*”<sup>416</sup>, que identifica nos *politiques* o inimigo a combater primordialmente.

Para as ligas, considerar uma situação sob uma perspectiva política significava considerá-la por um ângulo não-religioso, mais: era ter sobre ela um entendimento que era anti-religioso. A idéia de que ao príncipe cabia ocupar-se do Estado, e não da religião, estava certamente de acordo com a perspectiva *politique*, mas a Liga esforçava-se em divulgar a imagem sugerida por afirmações como a que o autor do *Double d’une lettre* pôs na boca de Roquelaure, a quem chamou de *politique*: ao dizer cruamente que “*les grands Princes ont toujours préféré leur État à l’exercice public de leur religion*”<sup>417</sup>, Roquelaure, católico aliado a Henrique de Navarra, encarnava o personagem ateizante que os católicos intransigentes pretendiam enfrentar.

Os *politiques* eram assim o pior inimigo a combater – segundo um panfleto citado por Arlette Jouanna, “*encore pires et plus dangereux que les hérétiques*”<sup>418</sup>. Eram católicos que se recusavam a lutar pela sua religião, preferindo submetê-la à ameaça protestante a defendê-la, por considerarem mais importantes as necessidades do Estado – afirmação em que os católicos intransigentes não acreditavam, alegando em relação aos *politiques* o que já haviam dito sobre os protestantes e os *Malcontents*, isto é, que eles lutavam apenas pelos seus próprios interesses. As ligas, ao contrário, agiam pelo bem comum que para elas era o bem da religião: sem Igreja, não havia francês a salvo da heresia e do inferno. Para os *politiques*, o bem comum era outro, era o desenvolvimento do reino na direção da

---

Depois da conversão de Navarra ao catolicismo, o partido dos *politiques* e o partido de Navarra confundir-se-ão.

<sup>416</sup> “a morte de François d’Anjou-Alençon, em 1584, havia constituído uma viragem importante, levando a uma radicalização sem igual do movimento *ligueur*”, Cottret, op.cit., p.141.

<sup>417</sup> “os grandes Príncipes preferiram sempre seus Estados ao exercício público da sua religião”, *Double d’une lettre...*, op.cit., pp.27-28.

<sup>418</sup> “ainda piores e mais perigosos do que os hereges”, *Mémoire du 23 août 1568* apud Jouanna, op.cit., p.175.

manutenção da segurança, da paz e da estabilidade civil, era a afirmação do interesse maior da república, da função do rei de agir “*pour le bien de cet État*”<sup>419</sup>, e da relação particular que ligava o Estado aos cidadãos, relação cujo fundamento não era a religião e cujo sentido não era defendê-la, mas defender a eles, cidadãos franceses, nas suas necessidades seculares, e ao reino.

Para atacar os *politiques*, para desacreditá-los, o partido católico recorre à publicação de panfletos, libelos, tratados, epístolas e diálogos em que o grupo é retratado ao mesmo tempo como inimigo da religião e do reino – o seu objetivo, terreno, é o oposto do objetivo sagrado que os católicos conservadores defendiam para o rei. Serão dessa forma as ligas as responsáveis pela reunião dos *politiques* em um partido, além de dar-lhes o apelido, pois para responder aos seus ataques, também os *politiques* publicarão panfletos, libelos, tratados, epístolas e diálogos contra a intransigência católica, definindo assim suas linhas de ação e uma filosofia política particular.

Desde antes da morte de Alençon-Anjou, o partido católico preparava-se, como também se preparavam Henrique III e os *politiques*, para enfrentar a eventualidade de um herdeiro protestante para o trono francês. Em 31 de dezembro de 1584 os Guise assinavam com os enviados de Felipe II o tratado de Joinville, no qual ficava definido que o herdeiro do trono a ser apoiado pela Liga seria o cardeal de Bourbon, e que a Espanha enviaria mensalmente 50 mil escudos para a manutenção da Liga<sup>420</sup>. A partir de então as publicações contra Henrique III, Navarra e os *politiques* tornam-se mais freqüentes. As genealogias, que já haviam começado a circular em 1583, multiplicam-se. Duplessis-Mornay escreve outra resposta às publicações que defendiam o direito dos Guise à Coroa, fazendo menção novamente ao texto de Rosière, “*ce livre (...) publié à Paris et par toute la France*”<sup>421</sup>,

*il y a quatre ou cinq ans composé par un des Rozieres Archediacre de Toul, auquel par passages faux et supposés et tirés outre et contre leur sens, Ledit des Rozieres tâche d'éprouver que ceux de cette maison sont descendus de Pharamond et de ligne en ligne continués jusqu'à eux, c'est à dire, que cette Couronne leur appartenait devant que Capet, Charles, et Mérovée et leurs races fussent jamais appelés à la Couronne*<sup>422</sup>.

<sup>419</sup> “para o bem deste Estado”, *Double d'une lettre...*, op.cit., pp.22.

<sup>420</sup> Mariéjol, op.cit., p.267.

<sup>421</sup> “esse livro (...) publicado em Paris e por toda a França”, Mornay, 1585, p.5.

<sup>422</sup> “há quatro ou cinco anos composto por um des Rozieres Arquidiácomo de Toul, no qual por passagens falsas e supostas e excluídas e contra os seu sentido, o dito des Rozieres trata de provar que os dessa casa são descendentes de Faramundo, e de linha em linha contínua até eles, quer



Os Guise ainda tinham, diz essa *Responce aux declarations & protestations de Messieurs de Guise, faictes sous le nom de Monseigneur le cardinal de Bourbon, pour justifier leur injuste prise des armes*<sup>423</sup>, de Mornay, o mesmo propósito que os guiava desde o reinado de Henrique II: tomar a Coroa. Com esse intuito haviam criado a Liga, “*cette Ligue (qu’ils appellent Sainte)*”, e que fazia, de uma “*feinte dévotion, une vraie conjuration contre l’État*”<sup>424</sup>. Publicações como a de Rosières somavam-se ao discurso *ligueur* para construir os “*vains prétextes*”<sup>425</sup> que os católicos intransigentes apresentavam para justificar a sua ação. A todo momento “*ils prient le Roi de ne point mal penser d’eux*”<sup>426</sup>, e asseguram-no “*que c’est pour son bien, qu’ils n’ont tous juré que son service*”<sup>427</sup>. Mas a quantidade de “*protestations*”<sup>428</sup> apresentada pelos Guise a cada movimento armado era transformada por Mornay em uma prova da desonestidade do partido católico. Segundo ele, as justificativas oferecidas variavam de acordo com o público que se queria atingir:

*Aux unes ils jurent l’extirpation de la Religion contraire, aux autres n’en sonnent mot (...) Aux unes ils veulent que le Roi nomme un successeur en son État, aux autres ils laissent cet article en arrière*<sup>429</sup>.

Tal inconstância na verdade seria apenas fruto da necessidade de conquistar adesões a uma causa que não estava exposta em nenhum desses discursos (acusação que também a Liga fará contra os *politiques*). Por mais que o partido católico intransigente repetisse a sua motivação, e quantos fossem os argumentos empregados para embasá-la, os franceses não deveriam se deixar enganar, pedia Mornay, pois

*la vraie cause c’est l’ambition de gouverner et de régner, c’est la dissipation de notre État pour en emporter une pièce, et y introduire l’Étranger, c’est une*

---

dizer, que essa Coroa lhes pertence antes que Capeto, Carlos e Meroveu e suas raças fossem chamadas à Coroa”, id., ibid., p.5.

<sup>423</sup> A *Responce* teve pelo menos oito edições em 1585, sete delas com o título de *Advertissement sur l’intention et but de Messieurs de Guise en la prise des armes*. A *Responce* é mais longa do que as demais edições, trazendo ao final uma exortação em favor da Coroa e contra os Guise intitulada *Ce sont les premiers Espagnols Français*.

<sup>424</sup> “devoção fingida, uma verdadeira conjuração contra o Estado”, id., ibid., p.67.

<sup>425</sup> “vãos pretextos”, id., ibid., p.62.

<sup>426</sup> “eles rogam ao Rei que não pense mal deles”, id., ibid., p.64.

<sup>427</sup> “que é pelo seu bem, que eles juraram todos apenas o seu serviço”, id., ibid., p.64.

<sup>428</sup> “protestações”, id., ibid., p.19.

<sup>429</sup> “Em umas eles juram a extirpação da Religião contrária, nas outras não dizem palavra (...) Em umas eles querem que o Rei nomeie um sucessor no seu Estado, nas outras deixam esse artigo para trás”, id., ibid., pp.19-20.

*continuation du dessein qu'ils ont eu de longtemps, et duquel les mémoires furent découverts dès l'an cinq cent soixante seize<sup>430</sup>, et lequel se manifeste aujourd'hui plus clairement selon qu'il s'approche plus de l'exécution, et nous du danger<sup>431</sup>.*

Os estrangeiros a que Mornay faz alusão são os espanhóis, que desde a entrevista de Bayonne, em 1565, e sobretudo depois da assinatura do tratado de Joinville, em 1584, eram suspeitos pelos huguenotes de planejarem a eliminação de todos os protestantes da Europa, a começar pela França e pelos Países Baixos. Incentivado por Felipe II, o partido católico intransigente usava a religião como uma desculpa para fazer, de uma guerra movida por interesses pessoais, uma cruzada contra a heresia.

*La Religion leur servait de sujets à entretenir ces misères civiles, et ne s'apercevait-on du premier coup qu'ils abusaient sous ce beau titre de la dévotion de nos Princes et du zèle de notre nation à leurs desseins<sup>432</sup>.*

A verdadeira intenção dos Guise e de seus partidários vinha se tornando progressivamente mais clara, segundo Mornay, depois da morte de Alençon-Anjou. A iminência da crise em que a falta de um herdeiro direto deixava o reino tornava mais violentas as afirmações da Liga sobre Henrique de Navarra e sobre a sucessão de Henrique III, “*or Dieu ayant retiré de ce monde Monseigneur frère du Roi, ils pensèrent que la saison était venue qu'ils devaient penser à l'effet de leurs anciens desseins*”<sup>433</sup>. Quanto a Navarra, o partido católico insistia no fato de ele ser um “herege”, e concluía que, sob o seu comando, a religião seria destruída. A quem afirmava que Navarra era o herdeiro legal do trono, segundo a lei sálica, os *ligueurs* propunham em seu lugar o cardeal de Bourbon, que, tio de Navarra, tinha um grau de parentesco mais próximo de Henrique III<sup>434</sup>. Depois do tratado

<sup>430</sup> Mornay faz referência aqui ao manifesto feito pela Liga durante os estados gerais de Blois, em 1576.

<sup>431</sup> “a verdadeira causa é a ambição de governar e reinar, é a dissipação do nosso Estado para levar um pedaço, e introduzir aí o Estrangeiro, é uma continuação da intenção que eles têm há muito tempo, e cujas memórias foram descobertas desde o ano de 1576, e que se manifesta hoje mais claramente dado que mais ele se aproxima a execução, e nós do perigo”, id., ibid., pp.62-63.

<sup>432</sup> “A Religião servia de motivo para realizarem essas misérias civis, e não nos apercebíamos de início que eles abusavam sob esse belo título da devoção dos nossos Príncipes e do zelo da nossa nação pelos seus propósitos”, id., ibid., pp.7-8.

<sup>433</sup> “ora Deus tendo levado desse mundo Monseigneur irmão do Rei, eles pensaram que a estação tinha chegado, que eles deveriam pensar no efeito dos seus antigos propósitos”, id., ibid., p.19.

<sup>434</sup> Navarra e Henrique III eram parentes em 21º grau. O cardeal de Bourbon, por ser da geração anterior na casa dos Bourbon, tinha um grau a menos o separando do rei (o ascendente comum de Navarra, do cardeal e de Henrique III era Luís IX). Ao indicar o cardeal como sucessor de Henrique III, o partido católico intransigente desenvolve a teoria da sucessão por *proximidade*, preterindo, em prol dessa, a regra da *primogenitura*. De acordo com a lei sálica, o herdeiro do trono era o parente, homem, mais próximo do rei morto pela linha direta dos primogênitos

de Joinville assinado com Felipe II, a Liga pretendia conseguir do rei a nomeação do cardeal como seu herdeiro legítimo desde logo. Para Mornay parecia estranho que, sendo o rei tão jovem e saudável, já se quisesse definir a sua sucessão; e sobretudo sendo o suposto herdeiro 28 anos mais velho do que Henrique III – em 1585, o cardeal tinha 62 anos, e o rei, 34. Segundo o autor, havia apenas uma forma de explicar a proposta dos Guise, a mesma, aliás, que poderia ser aplicada a qualquer iniciativa sua:

*s'armer dès cette heure pour une chose naturellement si lointaine, (...) qui peut-être de vingt ou trente ans ne nous peut arriver, et sous ce prétexte mettre cet état en feu, (...) c'est une trahison à cet état, c'est une conjuration contre le Roi*<sup>435</sup>.

A resposta da Liga às acusações de Mornay é rápida. No mesmo ano de 1585 Pierre d'Épinac, arcebispo de Lyon, publica uma *Response de par Messieurs de Guyse à un advertisement*. Sua primeira preocupação era reafirmar a lealdade dos Guise ao rei, e concluir daí que aqueles que os difamavam eram, eles, os verdadeiros inimigos do reino e da religião. Segundo Épinac, mesmo que, desde Francisco I até o presente Henrique III, a Coroa, os parlamentos e o povo tenham sempre perseguido e derrotado os da “*prétendue religion*”<sup>436</sup>, estes continuavam afirmando que eram os Guise os responsáveis pela repetição dos conflitos, e queriam desacreditá-los, e a todos os bons franceses que haviam lutado ao seu lado contra os protestantes, acusando-os de serem criminosos de lesa-majestade.

A intenção dos Guise, “*très humbles sujets et serviteurs qu'ils sont du Roi ses proches parents ses plus fidèles Conseillers*”<sup>437</sup>, havia sido sempre e unicamente a de defender ao mesmo tempo a religião e o rei. Era verdade, diz Épinac, que alguns mal-intencionados alegavam que a família lorena usava a questão religiosa como um pretexto para atingir supostos interesses particulares.

---

homens. Eram 20 gerações entre o cardeal de Bourbon e o rei, e 21 entre ele e Navarra. Mas o cardeal não era o primogênito entre os seus irmãos – o mais velho era Antoine de Bourbon, pai de Henrique de Navarra, e o seguinte era o príncipe de Condé, pai do companheiro de luta e primo de Navarra. Apesar de ter um laço de parentesco mais próximo do que este último, portanto, o cardeal não era, pela lei sálica, herdeiro do trono, dado que o direito de primogenitura apontava como *primeiro príncipe de sangue* Antoine de Bourbon, e, estando este morto, seu filho, Henrique de Navarra.

<sup>435</sup> “armar-se desde agora para uma coisa naturalmente tão distante, (...) que pode ser que em vinte ou trinta anos não nos aconteça, e sob esse pretexto colocar este estado em fogo, (...) é uma traição a este estado, é uma conjuração contra o Rei”, id., ibid., pp.44-45.

<sup>436</sup> “pretensa religião”, Épinac, 1585, p.3.

<sup>437</sup> “muito humildes súditos e servidores são eles do Rei, seus próximos parentes, seus mais fiéis Conselheiros”, id., ibid., p.18.

Os Guise eram acusados de, “*sous le manteau de la Religion*”<sup>438</sup>, pretenderem na verdade “*s’adresser à l’état et à la personne du Roi*”<sup>439</sup>. A injúrias como essa, diz Épinac,

*les Princes Catholiques qui sont à présent armés (...) déclarent ouvertement (...) qu’avec la cause de DIEU, et la vérité de sa parole n’y veulent rien mêler de leur particulier, qu’au contraire ils n’ont autre chose devant les yeux (...) et ne se sont disposés d’employer leur vie et leurs moyens et ceux de leurs sujets que pour la seule querelle de Dieu et de son Église*<sup>440</sup>.

A discussão entre Mornay e Épinac seguia-se à deflagração da oitava guerra de religião. Com o apoio da Espanha, em março de 1585 os Guise haviam pegado em armas e reiniciado os confrontos contra os protestantes. Sem dinheiro, pressionado pelas ligas, pela Espanha e pelos exércitos comandados pelos partidários dos Guise, Henrique III – que, logo após a morte de Alençon-Anjou, havia indicado Navarra como o herdeiro do trono – é obrigado a tratar com os católicos intransigentes. Em 7 de julho é assinado o tratado de Nemours, negociado por Catarina de Médici. Como as ordenações de Saint-Maur, de 1568, este novo decreto anulava a liberdade de consciência e a (sempre relativa) liberdade de culto instituídas pelos éditos reais desde 1562. O rei comprometia-se a retomar a repressão, e a guerra, contra os protestantes. Reticentes quanto a novas reviravoltas na posição da Coroa – que consideravam não ser digna de confiança – os Guise exigem numerosas concessões do rei: Soissons passa para o controle do cardeal de Bourbon; Rue é entregue ao duque de Aumale; Beaune e o castelo de Dijon a Mayenne; Dinan e le Conquet a Mercoeur; Verdun, Toul, Saint-Dizier e Châlons ao duque de Guise<sup>441</sup>. Reaproximados da Coroa, os católicos intransigentes asseguravam ao rei que, tendo ele finalmente resgatado o seu lugar sagrado,

*Dieu verra le coeur de ses sujets renversera ses ennemis assurera les trophées qui par ci-devant il a élevés de dépouilles des hérétiques, et que sa majesté viendra à bout de ce qu’elle a par tant de fois demandé à Dieu qui est l’extermination d’hérésie, rétablira son état régnera en paix assurée, et non incertaine, et Dieu enfin lui donnera des enfants ayant été peut être différé cette bénédiction jusqu’à ce que suivant la grâce de ses prédécesseurs, et que par ci devant il a si*

<sup>438</sup> “sob o manto da Religião”, id., ibid., p.17.

<sup>439</sup> “dirigir-se ao estado e à pessoa do Rei”, id., ibid., p.17.

<sup>440</sup> “os Príncipes Católicos que estão presentemente armados (...) declaram abertamente (...) que com a causa de DEUS, e a verdade da sua palavra não querem misturar nada do seu particular, que ao contrário eles não têm outra coisa diante dos olhos (...) e se dispuseram a empregar suas vidas e seus meios e os dos seus súditos apenas pela querela de Deus e da sua Igreja”, id., ibid., p.17.

<sup>441</sup> Mariéjol, op.cit., p.274.

*heureusement fait que la dextre de sa majesté soit armée pour la tuition et défense des affaire de Dieu et de son Église*<sup>442</sup>.

Pela comunhão católica restabelecida entre o rei e seus súditos por meio do tratado de Nemours, todos os males do reino, e do rei, que poderia enfim ter filhos, seriam superados e concluídos por uma paz segura, e não incerta. Na publicação contra as pretensões dinásticas dos Guise, a *Responce aux declarations & protestatios de Messieurs de Guise*, Mornay fazia referência ao tratado assinado entre Henrique III e Henrique de Guise. Segundo ele, os lorenos estavam invertendo os papéis tradicionais que monarca e súditos desempenhavam em questões de guerra e paz. Cabia ao rei decidir sobre os confrontos em que o reino seria – ou não – envolvido. Mas pelas cláusulas de Nemours o partido católico intransigente forçava o rei a retomar a guerra, decidindo, conforme os seus critérios particulares, o que deveria ser determinado pelo rei de acordo com a necessidade do reino. O decreto traria apenas ruína e desolação, mas era essa, no fundo, a intenção dos Guise:

*il veulent obliger ici le Roi par serment à une guerre immortelle, c'est à dire, ce pauvre état, et ce pauvre peuple qui pâtit depuis tant d'années à une ruine finale, à une misère perpétuelle, certes c'est une Loi trop insupportable du sujet sur le Prince, certes c'est un indice manifeste qu'ils ont grande dévotion à notre ruine de nous y vouloir astreindre par dévotion. Disons plus, certes un argument tout certain que ces gens veulent être armés, qu'ils veulent enterrer le Roi ou entre leurs armes, ou s'ils peuvent par leurs armes. Et misérables nous qui aurions à survivre si leurs desseins avaient lieu, notre Prince, et le sang de notre Prince, notre désolée patrie, et les Lois de notre État*<sup>443</sup>.

A essa afirmação, Épinac replica diretamente na sua *Response de par Messieurs de Guyse à un advertissement*. Segundo ele, os Guise não haviam nunca estado em conflito contra nenhum rei da França, e, pelo contrário, tinham

<sup>442</sup> “Deus vera o coração dos seus súditos, abaterá seus inimigos, assegurará os troféus, que daqui em diante ele elevou, de restos de hereges, e que sua majestade acabará com o que por tantas vezes ela pediu a Deus, que é a exterminação da heresia, restabelecerá seu estado, reinará em paz assegurada, e não incerta, e Deus enfim lhe dará filhos, tendo sido talvez adiada essa benção até que, seguindo a graça dos seus predecessores, e que daqui em diante ele fez de forma tão feliz que a direita de sua majestade esteja armada para a proteção e defesa dos assuntos de Deus e da sua Igreja”, Épinac, op.cit., p.24.

<sup>443</sup> “Eles querem aqui obrigar o Rei por juramento a uma guerra imortal, quer dizer, este pobre estado, e este pobre povo que padece há tantos anos, a uma ruína final, a uma miséria perpétua, é verdadeiramente uma Lei insuportável demais dos súditos sobre o Príncipe, é verdadeiramente um indício manifesto que eles têm grande devoção à nossa ruína, de querer nos obrigar por devoção. Digamos mais, verdadeiramente um argumento certo de que essas pessoas querem estar armadas, que eles querem enterrar o Rei ou entre as suas armas, ou, se puderem, pelas suas armas. E miseráveis nós que sobreviveríamos se seus propósitos se realizassem, nosso Príncipe, e o sangue do nosso Príncipe, nossa pátria desolada, e as Leis do nosso Estado”, Mornay, 1585, p.24.

sempre lutado e permanecido ao seu lado: Francisco I – apesar de os huguenotes sugerirem que não gostava dos Guise –, Henrique II, Francisco II – que tinha especial admiração pelo cardeal de Lorena –, e Carlos IX haviam recebido o apoio dos duques em todas as ocasiões em que ele havia sido necessário. Quanto a Henrique III, a sua disposição era unicamente a de protegê-lo, e de, com ele, defender a Igreja. Era pelo rei que os Guise estavam

*armés et non contre lui, pour la vie duquel ils veulent mourir, et non attenter à sa personne, mais la seule cause de l'Église Catholique, de laquelle ils s'assurent que le Roi ne se dévoiera jamais, les a unis, leur a fait ceindre les armes et jurer qu'ils mourons plutôt mille fois si faire se pouvait, que voir l'Église appauvrit par ses ennemis*<sup>444</sup>.

Contra a tomada de armas católica, protestantes e *politiques* buscaram de volta a antiga aliança *malcontent*, e reúnem-se perto de Castres, na região dos Pirineus, de onde justificam as suas ações pela *Déclaration et protestacion du roy de Navarre, de M. le prince de Condé et M. le duc de Montmorency sur la paix faicte avec ceux de la maison de Lorraine, chef et principaux autheurs de la Ligue au préjudice de la maison de France* (1585). O título da publicação, provavelmente escrita por Duplessis-Mornay, deixa clara a posição de Navarra, Condé e Montmorency-Damville quanto ao tratado de Nemours: trata-se de uma paz feita com os lorenos, e apenas com eles, que tem por resultados a retomada da guerra e o prejuízo do reino.

Segundo a *Déclaration et protestacion*, desde a pacificação de 1580, isto é, desde o fim da sétima guerra de religião, o reino havia voltado a prosperar, e os franceses esforçavam-se para apagar os efeitos produzidos por tão longos conflitos.

*La paix par la grâce de Dieu jetait ses racines aux profonds des coeurs, et en arrachait les animosités et défiances. La Justice sous son ombre reprenait vigueur par l'exercice des lois, la Religion tant de part que d'autre regagnait l'autorité qu'elle avait perdu par la licence des armes sur les consciences, la Noblesse se rapprovoisait ensemble, et se dépouillait des partialités, le peuple après tant de maux jouissait de son laveur, et par le bon ordre que le Roi y avait mis était délivré de la mangerie et insolence du soldat, les maux de la guerre en somme s'en allaient ensevelis et oubliés dans peu de temps sous le bénéfice de la paix cultivée*

<sup>444</sup> “armados, e não contra ele, pela vida de quem eles querem morrer, e não atentar à sua pessoa, mas a única causa da Igreja Católica, da qual eles têm certeza de que o Rei não se desviará jamais, os uniu, os fez cingirem armas e jurarem que eles morrerão antes mil vezes, se puderem, do que verem a Igreja empobrecida pelos seus inimigos”, Épinac, op.cit., pp.17-18.

*assidûment par la prudence du Roi, qui n'avait rien plus à coeur que de l'entretenir*<sup>445</sup>.

Mas, “*ceux de la maison de Lorraine sous le nom de ligue sainte*”<sup>446</sup>, julgando contrária aos seus propósitos a tranquilidade em que o reino vivia, haviam decidido voltar aos tempos da guerra civil. Aliando-se à Espanha, introduzindo no reino estrangeiros que não tinham qualquer intenção de preservá-lo, os Guise haviam tomado cidades e atacado os protestantes, levando a novos tumultos e nova guerra. Apesar de o rei saber

*que le soulèvement de ceux de cette maison, quelque prétexte qu'ils prisent était un effet de leurs premiers desseins, c'est à dire de la conjuration qu'ils ont de ruiner la maison de France*<sup>447</sup>,

ele ainda assim havia assinado um tratado formulado unicamente a partir das demandas dos católicos intransigentes. “*Tout à coup*”, diz a *Déclaration et protestacion*, “*aurait été conclu une paix avec ceux de ladite maison et ligue*”<sup>448</sup>. Pelo édito resultante desse acordo, o anterior, de Fleix, “*fait si mûrement et juré si solennellement par leurs majestés*”<sup>449</sup>, seria anulado, “*l'exercice de la religion défendue sur peine de la vie, ceux qui en feraient profession, dans le terme de six mois, condamnés à sortir du Royaume*”<sup>450</sup>, e as *places de sûreté*, cidades concedidas provisoriamente aos protestantes como praças-fortes, retomadas pelo rei. Os protestantes eram apenas as primeiras vítimas do tratado de Nemours, e toda a França sofreria ainda com ele, a não ser os Guise, seus instigadores, que começavam já a se beneficiar, fazendo

*partager la France à tous ceux de leur maison, selon le dessein qu'ils ont de s'en saisir un jour, leur faisant accorder par la paix le gouvernement de plusieurs*

<sup>445</sup> “A paz pela graça de Deus jogava suas raízes na profundidade dos corações, e arrancava deles as animosidades e desconfianças. A Justiça sob sua sombra retomava vigor pelo exercício das leis, a Religião tanto que um lado quanto do outro reganhava a autoridade que havia perdido pela licença das armas sobre as consciências, a Nobreza se reunia, e se desfazia das parcialidades, o povo depois de tantos males gozava do seu trabalho, e pela boa ordem que o Rei havia colocado aí estava livre da comilança e insolência do soldado, os males da guerra em suma iam-se enterrados e esquecidos em pouco tempo pelo benefício da paz cultivada assiduamente pela prudência do Rei, que não queria nada mais do que conservá-la”, Henri IV, 1585, s/p.

<sup>446</sup> “esses da casa de Lorena sob o nome de liga santa”, id., ibid., s/p.

<sup>447</sup> “que a sublevação dos dessa casa, qual fosse o pretexto por eles tomado, era um efeito dos seus propósitos primeiros, quer dizer, da conjuração que eles têm de arruinar a casa a França”, id., ibid., s/p.

<sup>448</sup> “De repente”, “teria sido concluída uma paz aqueles da dita casa e liga”, id., ibid., s/p.

<sup>449</sup> “feito tão maduramente e jurado tão solenemente pelas suas majestades”, id., ibid., s/p.

<sup>450</sup> “o exercício da religião proibido sob pena de morte, os que fizessem profissão dela, no prazo de seus meses, condenados a deixarem o Reino”, id., ibid., s/p.

*villes, d'importance, et de quelques Provinces, tant sur les frontières, que dedans le coeurs de ce Royaume*<sup>451</sup>.

Era portanto para impedir que se concretizasse a meta dos Guise que Navarra, Condé e Montmorency-Damville eram obrigados a combatê-los. A sua própria tomada de armas justificava-se pela necessidade de defender a França e o rei. A nova guerra não era, contrariamente à afirmação da Liga, uma luta contra a heresia, pela religião e pelo reino: ela era um conflito produzido por interesses particulares, por grandes senhores, de origem estrangeira, que planejavam eliminar a nobreza fiel ao rei, estabelecer-se no seu lugar, revogar as melhorias implementadas na administração pública e na justiça desde os estados gerais de 1576, “*en somme éteindre la maison de France, et se loger en sa place*”<sup>452</sup>. Para realizarem mais comodamente suas intenções, porém, os *ligueurs* alegavam todo o contrário.

As palavras usadas por Navarra, Condé e Montmorency-Damville poderiam ser repetidas – e de fato eram – pelos Guise. Cada partido empenhava-se em convencer o rei e os franceses da torpeza dos objetivos dos seus inimigos, reforçando ao mesmo tempo a sua própria lealdade<sup>453</sup>. Na *Déclaration et protestacion*, o partido de Navarra assegurava, quanto aos seus próprios partidários, que

*leur but n'est et n'a oncques été que de voir le Roi bien servi et obéit de tous et (...) d'en donner l'exemple à chacun (...) qu'ils ne désirent aussi que de voir l'état de ce Royaume paisible et tranquille, comme il en était en train avant ces remuements, et à cette fin s'emploieront de tout leur coeur contre ceux qui veulent troubler la prospérité du Roi et de l'état, et y déploieront très volontiers, ce qu'ils ont de vie et de moyens*<sup>454</sup>.

<sup>451</sup> “partilhar a França entre todos os da sua casa, segundo o propósito que eles têm de se apossarem um dia dela, concedendo-lhes pela paz o governo de inúmeras cidades, de importância, e de algumas Províncias, tanto nas fronteiras, quanto dentro do coração deste Reino”, id., ibid., s/p.

<sup>452</sup> “em suma de extinguir a casa de França, e se mudar para o seu lugar”, id., ibid., s/p.

<sup>453</sup> Os partidos católico e protestante acusavam-se mutuamente de deslealdade em relação ao rei e a Deus da mesma forma como, em termos teológicos, consideravam um ao outro responsável pela corrupção da verdadeira Igreja.

<sup>454</sup> “seu objetivo é e sempre foi ver o Rei bem servido e obedecido por todos e (...) dar o exemplo a cada um (...) que eles também só desejam ver o estado deste Reino pacífico e tranqüilo, como era antes dessas agitações, e para esse fim empenhar-se-ão de todo coração contra os que querem perturbar a prosperidade do Rei e do estado, e aplicarão voluntariamente o que tiverem de vida e de meios”, id., ibid., s/p.



As publicações em que católicos intransigentes e *politiques* se entre-atacam vão se tornando mais comuns à medida que avança a década de 1580. Segundo Reinhart Koselleck,

*haute trahison et lutte pour le salut publique étaient devenus, selon les camps changeants et selon les gents qui changeaient de camp, des notions interchangeables*<sup>455</sup>.

As genealogias eram um recurso quase exclusivamente *ligueur*, enquanto os discursos em louvor da paz eram mais frequentes entre os *politiques*. Descrevendo as melhorias, a estabilidade e a tranqüilidade, que, em todas as áreas, favoreciam a França desde 1580, este partido e seus aliados protestantes atribuíam-nas à paz que, desde o édito de Fleix, havia eliminado a guerra e permitido a volta da ordem e da prosperidade ao reino. O argumento usado na *Déclaration et protestacion du roy de Navarre, de M. le prince de Condé et M. le duc de Montmorency* seguia esse método, acusando os Guise e a Liga, “*impatiens de la paix et tranquillité de ce Royaume*”, de terem decidido romper a paz, “*qu’ils entendent contraire à leurs desseins*”, e provocado nova guerra, que traria instabilidade e insegurança, lançando mais uma vez a França no caos que os ajudaria a viabilizar seus objetivos, “*auxquels aussi ils savent très bien ne pouvoir parvenir par la prospérité, mais par la confusion, ruine et dissipation de cet État*”<sup>456</sup>.

Para Étienne Pasquier, que em 1585 publica a já citada *Apologie de la paix. Representant tant les profficts et commodités que la Paix nous produict, que les malheurs, confusions, & desordres qui naissent durant la Guerre*, a paz é o bem maior que faz uma república perdurar e prosperar. Ela é “*d’autant plus recommandable que c’est le ciment et le mortier, qui lie et joint par-ensemble les pierres de l’Édifice Politic*”<sup>457</sup>. Bem fundada nos “*piliers*” da paz, a república beneficia-se do respeito às leis, da segurança nos campos – que permite ao camponês cultivar a terra –, nas estradas – que permite o comércio –, e do equilíbrio nos impostos. Em tempo de guerra, todo o reino é prejudicado, os camponeses, o príncipe, a nobreza, o clero, o burguês e o comerciante, mas é o

<sup>455</sup> “alta traição e luta pela salvação pública tinham se tornado, conforme a mudança dos campos e conforme as pessoas que mudavam de campo, noções permutáveis”, Koselleck, 1979, p.14.

<sup>456</sup> “impacientes com a paz e tranqüilidade nesse Reino”, “que eles crêem contrária aos seus propósitos”, “os quais também eles sabem muito bem não poderem realizar pela prosperidade, mas pela consusão, ruína e dissipação deste Estado”, Henri IV, 1585, s/p.

<sup>457</sup> “tanto mais recomendável quanto é o cimento e a argamassa que liga e une juntas as pedras do Edifício Político”, Pasquier, 1585, pp.22-23.

homem comum, o “*bon-homme*”, quem mais perde com o fim da tranqüilidade, com o abandono da ordem e da prosperidade, pois sem ter a quem recorrer ele é atacado por bandos armados, tem sua colheita destruída pela passagem dos exércitos, e paga impostos extorsivos que servem para dar continuidade à guerra.

Quando há paz,

*l'esprit est tranquille et accommodé à tout honnête repos, dont prennent leur avancement les arts et sciences, les Lois sont en vigueur, la justice fleurit, la vertu montre mieux ses effets, le vice languit, le zèle de piété s'augmente, la discipline de l'Église est autorisée : tant le gentilhomme que le peuple conserve et augmente sa richesse, le commerce et trafic demeure libre, bref, tout bien et commodité en réussi à un chacun, voire que sans la Paix le corps civile n'aurait force, beauté ni ornement*<sup>458</sup>.

Ao contrário, a guerra não é nada mais do que “*la destruction des états, auxquels elle est glissée, la ruine d'autrui, qu'un brigandage*”<sup>459</sup>. “*Ce n'est que désordre, que confusion, que dissipation. On ne peut ce qu'on veut, et maintes fois on fait ce qu'on ne peut ni ne veut*”<sup>460</sup>.

*La Guerre c'est le boucher qui égorge les boeufs, brebis et agneaux, pour dresser un banquet. La Paix c'est le banquet, auquel nous faisons chère et nous réjouissons. (...) La guerre est la lessive, ou bien la buandière, qui ne sert que pour blanchir le linge. La Paix est le linge blanc et net. La guerre est le fléau, qui bat la paille et en fait sortir le grain. La Paix c'est le grain*<sup>461</sup>.

Frente às vantagens tamanhas da paz, por que recorrer à guerra, que traz tanta desolação? Para Pasquier, há apenas uma razão que justifica começar uma guerra: produzir a paz. “*Pour cette seule raison on doit commencer la guerre (...) que nous puissions vivre en paix*”<sup>462</sup>. Toda guerra feita por outros motivos é uma corrupção do estado ideal em que deveria viver uma república. “*Ceux qui ont la vue bonne*”, diz Pasquier, “*reconnaissent bien cela, mais le monde soutient une*

<sup>458</sup> “o espírito está tranqüilo e acomodado em todo repouso honesto, de que tiram seu avanço as artes e ciências, as Leis estão vigorosas, a justiça floresce, a virtude mostra melhor seus efeitos, o vício enfraquece, o zelo da piedade aumenta, a disciplina da Igreja é autorizada; tanto o fidalgo quanto o povo conserva e aumenta sua riqueza, o comércio e tráfico permanece livre, em suma, todo bem e comodidade favorece a todos, e quiçá sem a Paz o corpo civil não teria força, beleza nem ornamento”, id., ibid., pp.46-47.

<sup>459</sup> “a destruição dos estados, nos quais ela se embrenhou, a ruína de outrem, do que banditismo”, id., ibid., p.47.

<sup>460</sup> “É apenas desordem, confusão, dissipação. Não podemos o que queremos, e muitas vezes fazemos o que não podemos nem queremos”, id., ibid., p.18.

<sup>461</sup> “A Guerra é o açougueiro que degola os bois, ovelhas e cordeiros, para preparar um banquete. A Paz é o banquete, onde nos deleitamos e regozijamos. (...) A Guerra é a roupa suja, ou então a lavadeira, que serve apenas para limpar a roupa. A Paz é a roupa branca e limpa. A guerra é o malho, que bate a palha e faz sair o grão. A Paz é o grão”, id., ibid., pp.79-80.

<sup>462</sup> “Por esta única razão devemos começar a guerra (...) que nós possamos viver em paz”, id., ibid., p.49.

*trop grande troupe d'âmes, qui n'ont rien tant à contrecœur que la Paix*<sup>463</sup>. É a ambição desses adversários da paz que leva à guerra. Eles querem mais do que têm e do que são, e para possuírem o que não lhes pertence semeiam a guerra onde lhes convém. “*Et qui est-ce qui nous réveille à la guerre?*”, pergunta Pasquier,

*rien autre, sinon que le villageois tient qu'il est digne d'être marchand, le Gentilhomme Prince, et plus s'il pouvait. Nous dédaignons notre condition, nous encions celle d'autrui, et pourtant de bec ou d'ongles voulons en avoir pied ou aille*<sup>464</sup>.

Para defenderem a guerra, os que esperam prosperar com ela afirmam que ela é necessária, e discorrem sobre os seus benefícios. Segundo Pasquier, há dois argumentos que tentam provar as vantagens da guerra, “*le premier, que la guerre au dedans des entrailles des citoyens et entre les sujets est nécessaire au public: l'autre, qu'elle nous est nécessaire contre l'étranger*”<sup>465</sup>.

Ambos estão errados. A forma mais simples de mostrá-lo é pensar na semelhança entre a “*République bien ordonnée*”<sup>466</sup> e o corpo humano. A guerra entre os súditos de um mesmo reino é a guerra entre os membros de um mesmo corpo. É como, diz Pasquier, se eles fossem tomados de ódio uns pelos outros, e se acontecesse

*que le pied droit supplantât le gauche, que les doigts crevassent les yeux, et chacun membre empêchât son voisin, il est bien certain que le corps enfin demeurerait tronqué, mutilé, imparfait et contrefait, voire qu'il manquerait en toutes ses actions*<sup>467</sup>.

Fica provado portanto que a guerra civil “*est très-incivile*”<sup>468</sup>, pois sobretudo “*à dire la vérité, il n'y a chose qui dissipe plutôt un État, que les querelles et dissensions des particuliers*”<sup>469</sup>. Quanto à guerra contra um estrangeiro, ela pode

<sup>463</sup> “Os que têm a vista boa”, “reconhecem bem isso, mas o mundo carrega uma quantidade muito grande de almas, que não têm nada mais a contragosto do que a Paz”, id., ibid., p.6.

<sup>464</sup> “E o que nos leva à guerra?”, “nada senão que o aldeão acha que é digno de ser mercador, o Fidalgo Príncipe, e mais se pudesse. Nós desdenhamos nossa condição, desejamos a de outro, e no entanto de bico ou de unha queremos ter pé ou asa” id., ibid., p.24.

<sup>465</sup> “o primeiro, que a guerra dentro das entranhas dos cidadãos e entre os súditos é necessária ao público; o outro que ela nos é necessária contra o estrangeiro”, id., ibid., p.83.

<sup>466</sup> “República bem ordenada”, id., ibid., p.83.

<sup>467</sup> “que o pé direito suplantasse o esquerdo, que os dedos furassem os olhos, e cada membro impedisse o seu vizinho, certamente o corpo ficaria enfim truncado, mutilado, imperfeito e disforme, quiçá faltaria em todas as suas ações”, id., ibid., pp.83-84.

<sup>468</sup> “é mui-incivil”, id., ibid., p.86.

<sup>469</sup> “para dizer a verdade, não há coisa que dissipe mais um Estado, do que as querelas e dissensões dos particulares”, id., ibid., p.87.

de fato ser necessária, porém não se deve nunca provocá-la, apenas é correto recorrer às armas quando se for atacado, “*quand il nous vient assaillir, qu’il veut nous faire effort, qu’il tâche à nous ravir ce qui nous appartient, bref quand il nous tient tort*”<sup>470</sup>.

Pasquier conclui assim que a guerra feita pela defesa do reino – contra inimigos estrangeiros ou domésticos, “*moyennant qu’on le prenne comme il faut, avec une sage, mûre et discrète distinction*”<sup>471</sup> – é válida quando se trata de repelir ataques sofridos, mas dar início a ela é perigoso e reprovável.

Os *politiques* tinham a intenção de, enumerando os benefícios unicamente produzidos pela paz, e reprovando a opção armada – a não ser em uma única e específica circunstância, que de certa forma legitimava a sua própria reação armada contra as ligas –, produzir no seu público a certeza de que era preciso dar fim à guerra. Em uma república, o melhor estado, enfim, é a paz:

*Les commodités, que nous cause la Paix ne sont petites, attendu qu’elle nous tient en union, concorde, et fraternité les uns avec les autres : Par elle, nous ne sommes qu’un coeur et une âme, et symbolisons tous ensemble, avec une telle harmonie, que les membres de notre corps ne s’entendent pas mieux unanimement que la Paix nous fait entretenir. Par ce moyen on peut conclure que la Paix est la liaison, le coeur et la vie des États, qui feraient le soubresaut à toutes heures s’ils n’étaient retenus des nerfs d’amitié, qui nous entrejoignent, nourrissent et allient la société humaine. C’est la Paix qui fait fleurir la Justice et la Piété : Les Lois sont mortes, muettes et sans vigueur durant la guerre, attendu que, suivant le proverbe ancien, entre les armes et parmi les bruits des trompettes la voix des bonnes Lois ne peut pas bien être entendue. (...) Bref, c’est la Paix, qui, paisible, nous fait paisiblement passer le cours de cette vie*<sup>472</sup>.

Como resistir a esse chamado? Era essa a pergunta que os autores das exortações e elogios da paz queriam suscitar nos leitores e ouvintes das suas publicações. Ela significaria reconhecer a necessidade da paz, e poderia então ser transformada em outra pergunta: como admitir algo que era aparentemente

<sup>470</sup> “quando ele vem nos assaltar, que ele quer nos forçar, que ele se aplica em nos tomar o que nos pertence, em suma, quando ele nos faz mal”, id., ibid., p.93.

<sup>471</sup> “sob condição que consideremos como se deve, com uma sábia, madura e discreta distinção”, id., ibid., p.93.

<sup>472</sup> “As comodidades que nos causa a Paz não são pequenas, visto que ela nos mantém em união, concórdia, e fraternidade uns com os outros: Por ela, nós somos apenas um coração e uma alma, e simbolizados todos juntos, com uma tal harmonia, que os membros do nosso corpo não se entendem melhor conjuntamente do que a Paz nos faz conservar. Desse modo podemos concluir que a Paz é a ligação, o coração e a vida dos Estados, que seriam sobressaltados a todo momento se eles não estivessem contidos pelos nervos da amizade, que nos reúnem, alimentam e aliam a sociedade humana. É a Paz que faz florescer a Justiça e a Piedade: As Leis estão mortas, mudas e sem vigor durante a guerra, visto que, segundo o provérbio antigo, entre as armas e no meio do barulho das trombetas a voz das boas Leis não pode ser bem ouvida. (...) Em suma, é a Paz, que, pacífica, nos faz passar pacificamente o curso dessa vida”, id., ibid., pp.10-11.

contrário à vontade divina, e que implicava na subversão de toda a tradição monárquica francesa? Por que sofrer a dualidade religiosa no reino? Tautologicamente, a resposta era: por causa da necessidade de paz, urgente necessidade do Estado.

Afirmar a necessidade do reino era um recurso a que se recorria para justificar uma medida, uma situação ou uma atitude impopular, contrária à opinião da maioria, ou à tradição. Em 1570, o filósofo Louis Le Roy, em uma *Exhortation aux François pour vivre en concorde et jouir du bien de la paix*, analisou a situação francesa de divisões e conflitos internos e concluiu que as mudanças pelas quais o reino estava passando poderiam resultar em uma transformação mais ampla, fruto da desobediência às leis. E advertia: em uma república, “*on n’immuerait ou innoverait jamais rien sans urgente nécessité, et très évidente utilité à cause des grands troubles qui en viennent en public et en privé*”<sup>473</sup>. No seu relato sobre os estados gerais de 1576, Jean Bodin conta que o maior interesse de Henrique III era ver os impostos e as novas alienações de território, da Coroa e da Igreja, aprovados pelos deputados. Convocados em maio de 1576, conforme determinação de uma das cláusulas do édito de Beaulieu, os estados reuniram-se em dezembro, mesmo mês em que se iniciou nova guerra civil, a sexta delas. Sem ter pago as dívidas contraídas durante a quinta guerra, o rei precisava já contrair novos empréstimos. A necessidade do reino obrigava-o assim a recorrer aos estados para conseguir o dinheiro de que carecia: aos deputados era demandado, segundo Bodin, que proviessem “*à la nécessité des affaires du Roi, mêmement pour la guerre qui se présentait*”<sup>474</sup>. Um texto anônimo publicado em 1588 referia-se a esse mesmo aumento de impostos ao afirmar que Henrique III havia sido obrigado, pela situação urgente em que se encontrava o reino, a recorrer aos estados: as guerras constantes, diz o autor, “*l’ont conduit à la nécessité de telles levées extraordinaires*”<sup>475</sup>. O autor, um católico contrário à idéia da coexistência confessional e favorável à eliminação do protestantismo do reino, creditava a descontinuação dos movimentos de “*extirpation de l’hérésie*” promovidos pela

<sup>473</sup> “não mudaríamos ou inovaríamos nunca sem urgente necessidade, e muito evidente utilidade por causa das grandes perturbações que decorrem em público e privadamente”, Le Roy, 1570, p.12.

<sup>474</sup> “à necessidade dos assuntos do Rei, assim como para a guerra que se apresentava”, Bodin, 1577, p.47.

<sup>475</sup> “levaram-no à necessidade de tais cobranças extraordinárias”, *Exhortation pour la paix et reunion des Catholiques François*, 1588, pp.14-15.

Coroa (como a Noite de São Bartolomeu) a alguma necessidade do Estado: “ç’a été ou par les nécessités publiques, ou pour laisser respirer les peuples déjà atténués de guerres”<sup>476</sup>.

Na *Harengue faite par le Roy estant en son conseil le saizième de juin à la publication de 26 édicts*, publicada em 1586, Henrique III usou a idéia da necessidade urgente do reino para novamente pedir dinheiro aos parlamentos. Com o Tesouro vazio, e as fontes habituais de renda do Estado depauperadas pela oitava guerra, iniciada em 1585, o rei pedia permissão para nova captação de impostos, certo de que o reconhecimento da urgente necessidade em que se encontrava convenceria os membros do parlamento de Paris:

*je me suis persuadé que chacun en jugeant avec vérité y reconnaître à l’oeil une si grande et si urgente et trop vraie nécessité qu’il apportera autant de faveur et d’allégresse à me secourir au soutènement d’une si sainte guerre*<sup>477</sup>.

Em apoio ao rei, o chanceler Philippe Hurault, conde de Cheverny, diz em seu discurso que “*la chose parle de soi-même et la nécessité se fait sentir de tous*”<sup>478</sup>, e garante que

*Dieu ayant poussé le Roi à cette guerre il a comme un bon Prince employé tout ce qu’il pouvait dire sien auparavant que employer un secours extraordinaire de ses sujets*<sup>479</sup>.

O primeiro presidente do parlamento parisiense Achille de Harlay expressou em resposta a indignação dos membros das cortes de justiça contra os 26 éditos de Henrique III, que previam, entre outros, a incidência de novos impostos sobre as atividades dos procuradores dos parlamentos, e a conversão de todos os ofícios que não fossem ligados à função judicante em hereditários. Em um discurso em que expunha as diferenças entre as leis do rei, efêmeras, e as do reino, imutáveis, Harlay afirmava que não havia necessidade que permitisse ao rei algumas coisas,

<sup>476</sup> “extirpação da heresia”, “foi pelas necessidades públicas, ou para deixar respirarem os povos já extenuados de guerras”, *ibid.*, p.11.

<sup>477</sup> “eu me persuadi de que, cada um julgando com verdade reconhecer facilmente uma tão grande e tão urgente e muito verdadeira necessidade, terá tanto favor quanto entusiasmo em me socorrer no sustento de uma tão santa guerra”, *Harengue faite par le Roy estant en son conseil le saizième de juin à la publication de 26 édicts. En ce compris celle de M. le chancelier, celle de M. le premier président et celle de M. Du Plessis*, 1586, p.4.

<sup>478</sup> “a coisa fala por si mesma e a necessidade se faz sentir por todos”, *ibid.*, p.7.

<sup>479</sup> “Deus tento impelido o Rei a essa guerra, ele empregou como um bom Príncipe tudo o que podia chamar de seu antes de tomar um socorro extraordinário dos seus súditos”, *ibid.*, p.7.

pois, “*Il y a (Sire) choses si contraires à la raison que nécessité ne les peut excuser*”<sup>480</sup>.

Em defesa do rei, o último discurso foi o de Philippe Duplessis-Mornay. Ele admitiu que Henrique III, nos seus 26 éditos, legislava contrariamente a algumas antigas leis do reino –

*Vous êtes contraint certainement de vous servir de moyens qui sont fort extraordinaires et qui contiennent beaucoup de choses contraires aux anciennes lois de votre état*<sup>481</sup>

– reconhecendo, apesar disso, que o império da urgente necessidade justificava plenamente os seus atos:

*Mais nous qui sommes témoins de votre nécessité, qui savons ce que vous avez fait avant que d’en venir là, pouvons sans beaucoup d’éloquence vous en excuser envers tout le monde*<sup>482</sup>.

Na sua *Apologie de la paix*, Pasquier avança opinião semelhante à de Mornay: “*Nécessité (dit-on) n’a point de loi: maintes fois elle nous fait faire ce qui nous est fort à contrecœur*”<sup>483</sup>.

A afirmação de que a necessidade do reino obrigava a decisões e situações contrárias à tradição ou à opinião corrente, isto é, de que, por necessidade, dever-se-ia aceitar uma mudança ou uma transformação dos hábitos de outra forma inadmissíveis, era um dos argumentos a que recorriam os *politiques* no seu propósito de instituir a tolerância civil. A noção já conhecida da necessidade era aplicada ao caos francês provocado pelas guerras de religião, e resultava na conclusão de que a paz era urgentemente necessária, o que significava que uma solução para a guerra precisaria ser aceita independentemente de ser contrária à tradição ou à opinião comum. Admitir a urgente necessidade era uma forma paliativa de convencer os católicos contrários à dualidade religiosa a aceitarem-na, ao menos provisoriamente, em benefício da França. Para os *politiques*, era um meio de conquistar o apoio mesmo dos adversários do protestantismo, alegando que o motivo que os levava a insistirem na tolerância civil era unicamente a defesa do reino.

<sup>480</sup> “Há (Senhor) coisas tão contrárias à razão que necessidade não as pode desculpar”, *ibid.*, p.13.

<sup>481</sup> “Sois certamente obrigado e vos servir de meios que são bastante extraordinários e que contêm muitas coisas contrárias às antigas leis do vosso estado”, *ibid.*, p.18.

<sup>482</sup> “Mas nós que somos testemunhas da vossa necessidade, que sabemos o que fizestes antes de chegar a isso, podemos sem muita eloquência vos desculpar com relação a todos”, *ibid.*, p.18.

<sup>483</sup> “Necessidade (dizem) não tem lei: muitas vezes ela nos faz fazer o que temos muito a contragosto”, Pasquier, 1585, p.159.

Para a Liga, os *politiques* eram assim inimigos mais perigosos do que os protestantes, pois utilizando argumentos externos à religião para tratar da dissensão religiosa, sugeriam que havia, acima da religião, um outro fim para o qual deveriam tender os esforços dos bons franceses. Nas suas publicações, para contrapor-se à lógica *politique*, o partido católico intransigente voltava-se para a mesma tática de que o partido oposto se servia: acusar os inimigos de mentirem duplamente, quanto ao seu próprio objetivo, e quanto ao objetivo dos adversários.

Para contestar as afirmações expressadas por Philippe Duplessis-Mornay e Étienne Pasquier e suas implicações, o advogado do parlamento de Paris Louis Dorléans, célebre entre os contemporâneos pelo seu catolicismo radical<sup>484</sup>, publica em 1586 uma *Apologie ou Defence des catholiques unis les uns avec les autres, contre les impostures des catholiques associez à ceux de la pretendüe Religion*. A defesa da Liga implicava na recriminação dos protestantes e dos católicos a eles associados: usar a religião como pretexto para tomar o reino, querer uma guerra contra o rei, e não contra a heresia, introduzir um sem número de estrangeiros na França – todas acusações feitas pelos *politiques* e pelos protestantes aos Guise e à Liga, e devolvidas por Dorléans como sendo, de fato, características do partido protestante e de seus associados.

A guerra feita pelos protestantes, diz Dorléans, era, desde o início, havia 24 anos, contra o rei, e não contra os católicos do reino:

*Toutefois on voit que depuis vingt-quatre ans en ça les Hérétiques n'ont point tant fait la guerre aux Catholiques qu'ils l'ont faite au Roi, sur lequel ils ont surpris et retenu plusieurs bonnes villes et places en ce Royaume dont ils jouissent encore à présent, comme s'ils les avaient conquises sur leur ennemi*<sup>485</sup>.

Apesar de pretenderem a ruína do reino, e a instauração do calvinismo como única religião nele, os protestantes e seus aliados católicos afirmavam que a sua ação visava apenas a defesa do rei. Ora, pergunta Dorléans, o rei, católico como poucos monarcas antes dele foram na França, admitiria juntar-se a homens que acreditavam que o papa era o anticristo, que a missa era heresia, a devoção aos santos, idolatria, e a Igreja de Roma, a perversão da Palavra de Deus? Deixaria o

<sup>484</sup> cf. Jouanna et al., op.cit., p.850.

<sup>485</sup> “Todavia vemos que há 24 anos os Hereges não fizeram tanto guerra contra os Católicos, quanto a fizeram contra o Rei, do qual eles tomaram e mantiveram várias boas cidades e lugares neste reino de que eles gozam ainda hoje, como se os tivessem conquistado de um inimigo”, Dorléans, 1586, p.4.



rei assim de honrar seu juramento, que o obrigava a defender a religião católica como a única verdadeira? Não, pois o fato é que

*le Roi est trop instruit en la Foi, pour ne croire point qu'il n'est pas constitué Roi que pour maintenir l'honneur de Dieu, que c'est son devoir d'avoir soin du salut de son peuple*<sup>486</sup>.

O rei não poderia, portanto, aceitar uma associação com os huguenotes que ele tinha o dever de combater. Nem aceitar que eles permanecessem no reino. Henrique III podia apenas, no cenário de divisão que caracterizava a França nesse momento, ser “*le chef des Catholiques*”<sup>487</sup>, e destruir as pretensões protestantes. A coexistência de duas confissões no reino é impossível, e traz apenas guerra, diz Dorléans.

*Il n'y a rien qui tant entretienne en paix soit une famille particulière une Cité ou un Royaume, que la conformité de Religion nos pères en ont vu l'expérience, car quand on ne savait en France autre Religion que celle que saint Denis y avait prêchée, jamais nation ne se trouva plus unie en volonté et plus obéissante à son Prince. Mais depuis l'an mil cinq cent soixante et trois, que l'on donna permission de prêcher la religion Calviniste en ce Royaume, onques puis n'avons nous eu que troubles et guerres civiles*<sup>488</sup>.

Se, de seu lado, protestantes e *politiques* afirmavam que havia sido a desobediência dos católicos ao édito de Amboise de 1563 – que permitia o protestantismo no reino – que havia provocado a guerra civil, Dorléans sustentava que havia sido o édito – na liberdade dada aos protestantes – o causador dos confrontos. E inversamente, a desobediência dos protestantes ao édito de Nemours havia causado a retomada da guerra, apesar da insinuação feita por estes de que

*de là sont procédées les guerres, qui ont eu cours depuis cet Édít publié. Pour répondre à cette objection nous dirons que la guerre est procédée de l'opiniâtreté et obstination de ceux qui ont voulu demeurer en l'Hérésie, et ne l'abjurer comme ont fait aucuns de leurs confrères qui sont revenus à notre Église*<sup>489</sup>.

Nas duas situações, como em todas as que se apresentassem à argumentação, os culpados pelo caos, culpados pelas guerras e pela degradação do reino, eram, segundo Dorléans, os protestantes e seus aliados católicos. O

<sup>486</sup> “o Rei é instruído demais na Fé, para achar que não é constituído Rei apenas para conservar a honra de Deus, que é seu dever cuidar da salvação do seu povo”, id., ibid., pp.10-11.

<sup>487</sup> “o chefe dos Católicos”, id., ibid., p.25.

<sup>488</sup> id., ibid., pp.4-5.

<sup>489</sup> “daí procederam as guerras, que aconteceram depois desse Édito publicado. Para responder a essa objeção diremos que a guerra procede da teimosia e obstinação dos que quiseram permanecer na Heresia, e não abjurar como fizeram alguns de seus confrades, que voltaram para a nossa Igreja”, id., ibid., p.12.

protestantismo era portanto uma dupla ameaça para a França, desviando os homens do caminho da salvação, e levando-os à ruína e à morte. Comprovado o perigo da presença protestante, a única intenção da Liga era defender o reino. Sem rodeios, o autor já havia declarado, logo na primeira frase da sua *Apologie*, “*que la Ligue n’est faite que pour les exterminer*”<sup>490</sup>. Nesse sentido, os dois expedientes principais desta organização eram restabelecer o catolicismo como única religião no reino, e impedir qualquer pretendente não católico de se tornar rei da França. Pela abolição da dualidade confessional, a Liga restauraria a paz, pois apenas pelo retorno à unidade religiosa ela seria possível. O bem gerado pela eliminação do protestantismo era portanto, para Dorléans e seus companheiros *ligueurs*, inquestionável. Tanto maior será, conseqüentemente, a desaprovação quanto à atitude dos católicos que escolheram associar-se aos protestantes.

*S’il n’y avait que ceux de la prétendue religion qui se formalisassent de la Ligue des Catholiques, je le porterais patiemment, vu que la Ligue n’est faite que pour les exterminer. Mais je perds patience quand je vois que quelques Catholiques, au moins qui se disent être de la Religion Catholique, Apostolique et Romaine se passionnent ainsi, se bandent, et contreliguent contre ceux qui ne prétendent que maintenir la Religion ancienne de France, et dont eux-mêmes font profession*<sup>491</sup>.

Para Dorléans, era incompreensível que alguns católicos tivessem decidido apoiar os protestantes que, por determinação da sua religião, eram obrigados a, em todas as ocasiões possíveis, eliminar o catolicismo, e substituí-lo pelo calvinismo. A justificativa apresentada pelos católicos associados aos protestantes era a de que a sua intenção era defender o reino, e evitar a discussão que terminava por determinar o uso da força contra a religião. Com esse argumento, diz Dorléans, eles não deveriam se opor apenas à Liga como sendo, ela, prejudicial à França, antes deveriam criticar qualquer liga, qualquer associação que provocasse divisão dentro do reino. Mas apenas a Liga católica era atacada pelos católicos associados; a protestante, que segundo Dorléans tanto mal havia feito à França, era considerada justa, e mesmo santa:

*Encore si quand ils blâment la Ligue comme chose contraire à l’état et au repos public, ils n’épargnassent point nos ennemis les Hérétiques qui se sont ligués, ont fait des bources communes, et baillé des pensions aux chefs de part, tant en ce*

<sup>490</sup> “que a Liga é feita apenas para exterminá-los” id., ibid., p.3.

<sup>491</sup> “Se houvesse apenas os da pretensa religião que se ofendessem com a Liga dos Católicos, eu suportaria pacientemente, visto que a Liga é feita apenas para exterminá-los. Mas perco a paciência quando vejo que alguns Católicos, ou ao menos que se dizem da Religião Católica, Apostólica e Romana se envolvam assim, se retemem, e contra-liguem contra aqueles que querem apenas manter a Religião antiga da França, e da qual eles mesmos fazem profissão”, id., ibid., p.3.

*Royaume, que hors d'icelui : je dirais que s'ils médisent de la Ligue, il leur est à pardonner ne voulant traiter les différents de la Foi par armes : Mais en lieu de condamner tant l'une que l'autre Ligue, ils persécutent les Catholiques par convissés et calomnies, comme gens scélérats, mutins, turbulents, et excusent les hérétiques, les défendent, et soutiennent leur cause comme juste, sainte, et favorable*<sup>492</sup>.

A única explicação, segundo o autor da *Apologie*, estaria na intenção secreta que reunia católicos e protestantes: tomar o reino. Para atingirem seu objetivo, Dorléans conta que o que protestantes e católicos associados propunham era a paz. Mas, atenção, paz muito diferente daquela desejada pela Liga. Paz que implicava na perpetuação da dissensão religiosa, divisão verdadeira do reino. Dividida, a França seria conquistada. A coexistência, que Dorléans já havia provado ser prejudicial, tornava a paz impossível, e a pacificação assim proposta não era paz.

*Je ne puis comprendre que ce soit une paix entre nous quand un prêcheur d'une part soutient la religion de nos ancêtres, d'autre part on dit tant en la prêche publique qu'aux assemblés particulières que le Pape est l'Antéchrist, que l'Église des Catholiques est un bourdeau spirituel, que le Sacrement de l'Autel est une abomination, que nous sommes idolâtres, gens reprouvés mystificateurs perdus et damnés. De telles contentions on en vient aux armes*<sup>493</sup>.

A dualidade religiosa não produzia portanto paz, ela resultava, sim, no retorno permanente da guerra. A não ser que a religião, motivo da dissensão, não fosse razão para contenda, ou pelo menos razão suficiente que justificasse abalar a tranqüilidade do reino para introduzir nele desordem. Era precisamente essa, diz Dorléans, a proposta que protestantes e católicos associados faziam para convencerem de que a sua paz era viável:

*il y en a qui disent qu'il ne se faut point tant formaliser pour la religion, et que c'est folie de prendre les choses tant à coeur, que l'on en veuille perdre l'aise et le repos d'une bonne paix*<sup>494</sup>.

<sup>492</sup> “Ainda que quando eles censurassem a Liga como coisa contrária ao estado e à tranqüilidade pública, eles não poupassem nossos inimigos os Hereges que se ligaram, dividiram os gastos, e deram pensões aos chefes de parte, tanto nesse Reino quanto fora dele: eu diria que se eles maldizem a Liga, é perdoável por não quererem tratar das diferenças da Fé por armas: Mas em vez de condenarem tanto uma quanto a outra Liga, eles perseguem os Católicos por alegações e calúnias, como gente perversa, rebelde, turbulenta, e desculpam os hereges, defendem-nos, e apóiam a sua causa como justa, santa e favorável”, id., ibid., pp.3-4.

<sup>493</sup> “Não posso compreender que seja uma paz entre nós quando um pregador de um lado mantém a religião dos nossos ancestrais, e do outro lado se diz tanto no culto público quanto nas assembléias particulares que o Papa é o Antecristo, que a Igreja dos Católicos é uma enorme enganação espiritual, que o Sacramento do Altar é uma abominação, que nós somos idólatras, gente reprovada mistificadores perdidos e condenados. De tais discussões, chegamos às armas”, id., ibid., p.5.

<sup>494</sup> “há os que dizem que não se deve ofender tanto por causa da religião, e que é loucura tomar as coisas tão a sério, que se queria perder a comodidade e tranqüilidade de uma boa paz”, id., ibid., p.6.

A resposta de Dorléans a essa alegação revela a discussão entre *ligueurs* e *politiques* sobre a função do rei, e sobre a distinção entre os objetivos do Estado e os da Igreja. Alguns afirmavam, diz o autor, “*qu’il y a grande différence entre les préceptes d’État et ceux de la Religion*”<sup>495</sup>. Eram os que propunham que a pacificação apenas poderia ser feita se fosse dada liberdade, de consciência e culto, aos protestantes. E que sustentavam também que a paz no reino, sendo necessária, era mais premente do que a defesa da religião. E ainda, que as duas confissões, catolicismo e protestantismo, poderiam de forma semelhante levar a Deus<sup>496</sup>. “*C’est une belle proposition pourvu que Dieu en fût content*”, diz Dorléans,

*mais si nous lisons en l’Évangile, il n’entend pas que nous en fassions si peu de cas de notre salut ou de celui de notre prochain (...). Or je n’entends point disputer contre les gens indifférents qui ont maintenu par écrit que l’on peut être sauvé chacun en sa Foi, car je crois qu’il n’y a qu’une Foi, non plus qu’il n’y a qu’un Dieu, et que hors de la Foi il n’y a salut aucun*<sup>497</sup>.

E a salvação, que deveria ser a maior preocupação dos homens, e especialmente do rei, vinha de uma única religião. Uma paz proposta fora desta poderia servir apenas a quem acreditasse que o estado de guerra, de caos, em que estava a França era o pior que poderia acontecer aos homens, e que por isso a paz, urgentemente necessária, precisava imediatamente, a qualquer preço, ser restabelecida. Essa pacificação não era no entanto a paz de Deus, aquela que Ele queria para os homens; era apenas uma experiência humana, e portanto efêmera, de tranquilidade, de equilíbrio do Estado, em que o preço a pagar era, justamente, a salvação da alma. Era na verdade, segundo Dorléans, uma paz para os protestantes, pois era a eles que ela permitia viver, enquanto aos católicos ela impunha um sofrimento.

*Je crois bien que si tous étions Huguenots, la paix y serait quant au Monde: mais quant à Dieu, je ne croirais jamais cela. Quand Dieu recommande la paix, il dit je*

<sup>495</sup> “que há grande diferença entre os preceitos do Estado e os da Religião”, id., ibid., p.6.

<sup>496</sup> Essa posição foi mais rara no século XVI, sendo característica não dos partidários da tolerância que chamamos de civil, mas sim dos da tolerância religiosa.

<sup>497</sup> “É uma bela proposta, desde que Deus estivesse contente dela”, “mas si nós lermos o Evangelho, ele não pretende que nós façamos tão pouco caso da nossa salvação ou da do nosso próximo (...). Ora eu não pretendo de forma alguma discutir com as pessoas indiferentes que sustentaram por escrito que podemos ser salvos cada um na sua Fé, pois eu temo que haja apenas uma Fé, tanto como há apenas um Deus, e que fora da Fé não há salvação alguma”, id., ibid., pp.6-7.

*vous laisse la paix non pas comme le Monde l'a donnée : tellement qu'il y a bien différence entre la paix de Dieu et celle des hommes*<sup>498</sup>.

A paz dos homens, nos termos em que Dorléans a apresenta, era aquela feita à revelia da religião, motivada pela preocupação com o reino e com o Estado. Para a Liga, ao contrário, era preciso reconhecer a importância de Deus e saber que uma paz feita sem Ele era o mesmo que uma condenação eterna. À Sua paz chegava-se matando e morrendo por Ele. Quando os protestantes e católicos associados afirmavam que a Liga e os Guise, ao agirem contra a dualidade religiosa, agiam contra as leis do reino, cabia a estes últimos afirmar, como os primeiros cristãos, que a lei dos homens e as suas regras nada eram frente à Lei de Deus. Mas Dorléans sabia que a mera afirmação da Sua vontade, da verdadeira necessidade que deveria guiar os homens – a de obedecer primeiro a Deus e não ao rei – não despertava mais nos seus contemporâneos a mesma disposição que cem anos antes o serviço de Deus provocava.

*Je sais bien que ces propos seront reçus de plusieurs de ce temps corrompu avec risées, pour ce que nous sommes tombés en un siècle où la religion est tenue pour chose de peu de conséquence, et pour laquelle on ne doit perdre le dormir*<sup>499</sup>.

Felizmente, no entanto, “*car il y va du salut de nos âmes et de l'honneur de Dieu*”<sup>500</sup>, “*ce conseil n'a pas été approuvé par plusieurs*”<sup>501</sup>. Entre esses vários, a Liga, que se opunha à pacificação proposta pelos protestantes e católicos associados para o reino por reconhecer o lugar principal que Deus deveria ter no Estado. Para se livrarem desses adversários, diz Dorléans, e evitarem que se descobrisse a sua real intenção, os protestantes acusavam os Guise de quererem, eles, tomar o reino, e usarem a Liga como seu exército. São, essas,

*calomnies que l'on propose contre la Ligue, (...) qu'elle n'est point conduite par un zèle de Religion, mais pour assouvir l'ambition de la Maison de Guise, qui prétend*

<sup>498</sup> “Creio que se nós fôssemos Huguenotes, a paz aí estaria quanto ao Mundo; mas quanto a Deus, eu não acreditaria nunca. Quando Deus recomenda a paz, ele diz, eu vos deixo a paz, não segundo o mundo a deus; tanto que há realmente diferença entre a paz de Deus e a dos homens”, id., ibid., p.8.

<sup>499</sup> “Bem sei que essas propostas serão recebidas por vários desse tempo corrompido com risadas, pelo motivo que nós caímos em um século onde a religião é tida como coisa de pouca consequência, e pela qual não se deve perder a noite de sono”, id., ibid., pp.25-26.

<sup>500</sup> “pois se trata da salvação das nossas almas e da honra de Deus”, id., ibid., p.6.

<sup>501</sup> “esse conselho não foi aprovado por inúmeros”, id., ibid., p.6.

*la Couronne. Cette imputation n'est pas nouvelle dès les troubles d'Amboise on en disait autant*<sup>502</sup>,

e desde então, desde 1560, os Guise haviam se mostrado fiéis aos reis franceses, “*ils ont travaillé non pour eux, mais pour leur Prince*”<sup>503</sup>, afirma finalmente o autor.

No ano seguinte ao da *Apologie*, em 1587, surge uma nova carta endereçada por Navarra e Condé a Henrique III, na qual se repete o argumento de que os Guise, por meio da Liga, queriam destruir a França, destituir o rei, e tomar o reino para si. Segundo o *Advertissement fait au roy, de la part du roy de Navarre et de Monsieur le prince de Condé, touchant la dernière déclaration de la guerre*, tal era o objetivo da família lorena, e a reação de Henrique III deveria ser enérgica:

*Ils se veulent faire Rois, il vous veulent jeter dehors, voilà leur intention : voilà leur but ; voilà la somme de leur entreprises. C'est là qu'ils attachent leur espérance, ils aspirent à la domination universelle de tout le Royaume. Chassez donc ces pestes, et vous repousserez du col de votre peuple le couteau, et de vos belles villes les alarmes et les désolations que cette malheureuse race nous apporte. C'est maintenant le besoin, si jamais besoin fut. (...) Si vous ne vous éveillez de ce sommeil, il vous sera mortel*<sup>504</sup>.

Discurso semelhante aparece no *Le Restaurateur de l'Estat François*. A sua data de publicação não é certa, mas é possível afirmar que o texto foi escrito entre 1585 e 1589, pois há referências à morte do duque de Alençon-Anjou, à possibilidade de Navarra ser o herdeiro do trono, e ao crescimento da Liga sob a liderança do duque de Guise. O *Restaurateur* é composto de forma a parecer uma exortação feita pela França aos franceses: “*Tout ce discours est fait sous le nom de la France*”<sup>505</sup>, diz o autor anônimo no subtítulo da obra. Era assim a França que considerava os Guise e a Liga os responsáveis pelas guerras, e era ela que sabia a verdade sobre o seu interesse no caos que os conflitos provocavam: não o de

<sup>502</sup> “calúnias que são propostas contra a Liga, (...) que ela não é nada conduzida por um zelo de Religião, mas para saciar a ambição da Casa de Guise, que deseja a Coroa. Essa imputação não é nova, desde as perturbações de Amboise se dizia o mesmo”, id., ibid., p.20.

<sup>503</sup> “eles trabalharam, não para eles, mas para seu Príncipe”, id., ibid., p.21.

<sup>504</sup> “Eles querem se fazer Reis, eles querem vos expulsar, eis a sua intenção, eis o seu objetivo, eis o resultado das suas empresas. É aí que eles fixam a sua esperança, eles aspiram à dominação universal de todo o Reino. Expulsai então essas pestes, e rechaçarás do colo do vosso povo a faca, e das vossas belas cidades os espantos e desolações que essa raça infeliz nos traz. É agora a necessidade, se jamais houve necessidade. (...) Se vós não despertardes desse sonho, ele será mortal”, Condé, 1587, s/p.

<sup>505</sup> “Todo esse discurso é feito sob o nome da França”, *Le Restaurateur de l'Estat François. Où sont traitées plusieurs notables questions, sus les Polices, la Justice & la Religion : le sommaire desquelles on pourra voir en la page suivante, s/d.*, p.3.

restaurar a tranqüilidade do reino – apesar de ser essa a sua justificativa –, mas o de realizarem a sua própria prosperidade:

*Ce sont les Seigneurs de Lorraine le Duc de Guise & ses frères qui vous apprêtent et apostent toutes ces misères, ils en sont les entretetteurs : & toutefois vous dites qu'ils sont fort affectionnés envers moi & envers vous, qu'ils sont honnêtes & vertueux. Croyez-moi ils vous aiment comme étrangers qu'ils sont, c'est pour le profit & avancement qu'ils en espèrent. Ce sont leurs inimitiés, avarice & ambition qu'ils poursuivent & non point votre cause, votre repos, votre contentement & profit. C'est la vérité de leurs commodités qu'ils cherchent sous le nom, sous le masque & mensonge des vôtre. Ce sont images & fantômes que leurs propositions. S'ils ont été affectionnés & honnêtes envers vous, ils ne le sont plus : leur affection envers vous, leur honnêteté finit pour le moins au commencement de cette entreprise de la Ligue*<sup>506</sup>.

De acordo com o *Restaurateur*, a Liga recorria ao problema da sucessão real para continuar o confronto contra os protestantes. Admitir um rei protestante, diz a França, não era falta grave como as diatribes e publicações do partido católico intransigente queriam fazer crer. O protestante que poderia, eventualmente, ocupar o trono manteria o catolicismo, não perseguiria nem os fiéis, nem o clero, pois, ao contrário do que alegavam os seus adversários, a sua religião o impedia de agir com violência nas questões da fé. A França avisa então aos franceses:

*Ne craignez pour tant pas, que les Princes apportent le feu, le fer & la corde, pour l'avancement du règne de Dieu, pour faire valoir & étendre leur religion : ils offenseraient leur religion, ils pêcheraient contre Dieu et sa parole, selon laquelle uniquement ils règlent leur zèle. Elle leur défend comme nous avons amplement discouru ci-devant d'user de violence sur les consciences*<sup>507</sup>.

O *Restaurateur*, sob o nome da França, participa assim do debate entre *ligueurs* e *politiques*, apresentando os argumentos, repetidamente empregados nos discursos e panfletos, da verdadeira intenção escondida por trás da máscara da defesa do reino e da religião.

A publicação do *Restaurateur*, da *Apologie ou Defense des catholiques unis les uns avec les autres, contre les impostures des Catholiques associez à ceux de la pretenduë Religion*, e do *Advertissement fait au roy* acontece em um momento em que a Liga criada pela família lorena para defender a religião contra a Reforma transformava-se na Santa União, reunião de todas as ligas nobiliárquicas e

<sup>506</sup> Ibid., p.287-288.

<sup>507</sup> “Não temam no entanto que os Príncipes tragam o fogo, o ferro e a corda para o avanço do reino de Deus, para fazer valer e espalhar a sua religião; eles ofenderiam a sua religião, eles pecariam contra Deus e a sua palavra, segundo a qual unicamente eles pautam seu zelo. Ela os proíbe como discurremos amplamente acima de usar de violência sobre as consciências”, *ibid.*, p.276.

plebéias e de toda a oposição conservadora ao rei e à Reforma. Como o advogado do Parlamento parisiense havia explicado, era preciso estender a reação católica a todos, protestantes e católicos, que não se dedicassem prioritariamente à causa da Igreja. E era preciso preparar-se especialmente para o combate contra os católicos que haviam tomado partido contra ela.

Respondendo ao chamado pela restauração do catolicismo como única religião do reino, um grande número de franceses católicos alista-se na Santa União, que usa comumente o nome de Liga. Sua influência baseava-se em larga medida no carisma e na autoridade pessoal do duque de Guise, que, em contrapartida, apoiava-se nas massas reunidas pelos pregadores católicos para fortalecer sua posição.

A popularidade de Guise era diretamente proporcional à impopularidade de Henrique III, o que ficou evidente em maio de 1588. No início do mês, uma reunião da liga parisiense divide a cidade em cinco áreas, cada uma controlada por um “coronel” *ligueur*<sup>508</sup>. A população é armada e a função principal dos coronéis é mobilizá-la em caso de necessidade. Tudo se passa sem que o rei seja consultado ou informado. Temendo uma nova tentativa de golpe contra o seu governo ou mesmo contra a sua pessoa – nos últimos anos, outras já haviam sido organizadas pelas ligas, pela União ou diretamente pelos Guise –, Henrique III proíbe o duque de entrar em Paris. Chamado pela Liga, Guise viola a decisão real e adentra a capital em 9 de maio. A população, insuflada durante semanas pelos oradores *ligueurs*, recebe o duque como a um novo messias: ele lhes parece “*le seul chef capable de mener une croisade contre l’hérésie*”<sup>509</sup>. Na madrugada de 12 de maio, o rei ordena à sua companhia de suíços, à guarda francesa e à parte da milícia que lhe permanecia fiel que controlem pontos estratégicos da cidade. A reação parisiense é imediata, e as ruas da cidade são fechadas com barricadas para impedir o avanço das tropas reais. Cerca de 60 suíços são mortos. Temendo uma repetição dos massacres de São Bartolomeu – e sem dúvida temendo também pela própria vida, e pela segurança da família real – Henrique III ordena então aos seus soldados que se retirem, mas a exaltação de uma população que o rei não controla, e que não respeita a sua autoridade, obriga-o a recorrer a Guise. Humilhado, e

<sup>508</sup> Jouanna, op.cit., p.336.

<sup>509</sup> “o único chefe capaz de comandar uma cruzada contra a heresia”, id., ibid., p.336.



inseguro, Henrique III deixa a capital e se refugia em Chartres. Henrique de Guise torna-se o novo rei de Paris.

Segundo Jouanna, a vitória de Guise sobre o rei nesse mês de maio de 1588 foi o resultado da crise de autoridade em que afundava Henrique III. Seus oponentes esforçavam-se para transformar as decisões e mesmo as atitudes cotidianas do rei em provocações à religião e em atos de tirania. O Dia das Barricadas seria assim

*la violente réaction de rejet d'un monarque dont toutes les initiatives passent pour être la manifestation de la double volonté de détruire les libertés et d'anéantir la vraie foi*<sup>510</sup>.

Em Chartres, pressionado pelo prestígio incontestável do duque de Guise, Henrique III é obrigado a negociar com a Liga. Em julho são publicados os *Articles de la sainte union des Catholiques François*, que explicam, como o tratado de Nemours antes deles, a luta em que o rei e a Liga deveriam se unir, para expulsar a heresia do reino e restabelecer o seu antigo esplendor. Segundo o autor dos *Articles*, a unidade era a regra que, desde os primeiros filósofos, desde Sócrates e Platão, havia sido considerada como “*la fontaine ou plutôt comme (...) l'Océan de tout bien*”<sup>511</sup>. E a unidade era Deus. Todo o esforço do rei deveria ser no sentido de defender a unidade, a religião, Deus. Essa era a função do príncipe, e a União adverte o rei:

*Souvenez-vous (Sire) que Dieu vous a colloqué en souverain degré pour être instrument de sa gloire et dispensateur de ses grâces, sur le nombre infini de vos sujets pour les maintenir aux anciennes lois, coutumes et Religion des François*<sup>512</sup>.

Para ajudar o rei, a União e os Guise – seus líderes – estavam igualmente empenhados em preservar a religião católica, expulsando do reino a heresia protestante. Seus maiores inimigos, além dos hereges protestantes, eram, como Louis Dorléans afirmara, os católicos que se haviam aliado a eles, sobretudo os *politiques*. No entanto, segundo os *Articles*, “*les hérétiques ni les Politiques ne*

<sup>510</sup> “a violenta reação de rejeição de um monarca cujas iniciativas todas são consideradas manifestações da dupla vontade de destruir as liberdades e anular a verdadeira fé”, id., ibid., p.337.

<sup>511</sup> “a fonte ou antes como (...) o Oceano de todo bem”, *Articles de la sainte union des Catholiques François*, 1588, p.2.

<sup>512</sup> “Lembrai-vos (Senhor) que Deus vos colocou em grau soberano para ser instrumento da sua glória e distribuidor das suas graças, sobre o número infinito dos vossos súditos, para conservá-los nas antigas leis, costumes e Religião dos franceses”, ibid., p.31.

*sont assez forts pour nous rompre la force que Dieu à mis en nos mains*<sup>513</sup>, e a luta pela religião e contra eles mostrará as suas mentiras, revelando o seu verdadeiro propósito.

Os *Articles* retomam a dinâmica em que a Liga acusava os *politiques* de quererem a ruína do Estado, e estes por sua vez devolviam a acusação, afirmando que essa era a intenção dos Guise. A apresentação, pelo autor dos artigos, da alegação *politique* mostra a dimensão tomada pela guerra feita através das publicações de ambos os lados:

*Je répondrais succinctement aux raisons qu'ont fait semer et publier (par toute la France) plusieurs politiques, mal affectionnés au service de Dieu, repos et sûreté de la France, Premièrement ils ont osé alléguer que cette union qu'ils appellent ligue pour la rendre plus odieuse, tend à l'éversion de l'état, que messieurs de Lorraine pour s'emparer de la Couronne ont sous prétexte de religion troué cette intention. À quoi je dirai en un mot à la vérité, Dieu a voulu que d'une si sainte et céleste entreprise, ils soient les auteurs et moyen*<sup>514</sup>.

Contra os *politiques* e os protestantes, era nos Guise que o rei deveria buscar apoio. Para evitar a deterioração de uma relação já conturbada com a população e as autoridades francesas, sobretudo as parisienses, Henrique III aceita as determinações presentes nos artigos da Santa União, e torna público o seu próprio édito *Sur l'union de ses subjects Catholiques*. Segundo um espectador anônimo – e católico – dos acontecimentos,

*Le Roi vraiment très chrétien, brûlant de l'amour du Dieu vivant, et zélé d'un saint zèle a promis par l'Édit public leur union, laquelle d'abondant il désire jurer et confirmer par ses États, et en faire une loi fondamentale en ce Royaume, qui est certes un trait de prudence singulière, et digne de sa Majesté très chrétienne, étant cet Édit l'espérance de notre salut, l'honneur de l'Église, l'ornement de sa noblesse, et le repos de son pauvre peuple*<sup>515</sup>.

<sup>513</sup> “os hereges nem os *Politiques* são suficientemente fortes para romper a força que Deus colocou nas nossas mãos”, *ibid.*, p.22,

<sup>514</sup> “Eu responderia sucintamente às razões que fizeram semear a publicar (por toda a França) vários *politiques*, mas afeiçoados no serviço de Deus, tranqüilidade e segurança da França, Primeiramente eles ousaram alegar que essa união, que eles chamam liga para torná-la mais odiosa, visa a abertura do estado, que os senhores de Lorena, para tomarem a Coroa, furaram essa intenção. Ao que eu diria em uma palavra na verdade Deus quis que de um tão santo e celeste empreendimento, eles fossem os autores e meios”, *ibid.*, p.27.

<sup>515</sup> “O Rei verdadeiramente muito cristão, queimando pelo amor do Deus vivo, e zeloso de um santo zelo prometeu pelo Édito público a sua união, a qual ele deseja jurar e confirmar abundantemente pelos seus Estados, e fazer uma lei fundamental neste Reino, o que é certamente um traço de singular prudência, e digno de sua Majestade muito cristã, sendo este Édito a esperança da nossa salvação, a honra da Igreja, o ornamento da nobreza, e a tranqüilidade do seu pobre povo”, *Advertissement aux trois estats de France assemblez en la ville de Blois, pour obtenir de Sa Majesté l'interpretation d'une close de son dernier edict de réunion faulsement exposee par les heretiques & politiques leurs associez*, 1588, pp.6-7.

No *Edict du roy sur l'union de ses subjects Catholiques*, Henrique III confirma as cláusulas da Santa União, ordena a todos os franceses que se juntem a ele e à Liga na conservação do catolicismo e indica que, após a sua morte, não poderá haver mudança de religião no reino, isto é, seu sucessor deverá ser, como ele, católico:

*Avons résolu (...) à ce que de notre vivant il soit établie au fait de notre Religion Catholique Apostolique & Romaine, un bon & assuré repos, & lorsqu'il plaira à Dieu disposer de nos jours pour nous appeler à soi, nous puissions nous représenter en notre conscience que nous n'avons rien omis de ce, où l'esprit humain s'est pu étendre pour obvier qu'après notre décès il n'advienne en celui notre Royaume, changement ou altération au fait de la Religion. Voulant pour cette occasion que tous nos sujets Catholiques, de quelque dignité, qualité & condition qu'ils soient, s'unissent & joignent avec nous, pour l'acheminement & perfection d'un oeuvre si nécessaire & agréable à Dieu, nous communiquant avec eux & s'unissant à nous pour la conservation de notre sainte Religion*<sup>516</sup>.

Henrique III havia sido obrigado a essa decisão. Após o Dia das Barricadas, para tentar aproximar-se de Guise, o rei o havia nomeado lugar-tenente geral, ao mesmo tempo em que, para evitar que o domínio do duque sobre a capital se estendesse ao resto da França, convocava uma nova assembléia dos estados gerais. Esperando construir uma maioria favorável entre os deputados que se reunirão em Blois, o rei interfere pessoalmente nas eleições para os estados. Mas melhor resultado tem a Santa União: dos representantes do clero e do terceiro estado, a maior parte é de partidários da Liga; os deputados da nobreza dividem-se igualmente entre *royaux* e *ligueurs*.

Os estados reconhecem o édito da União como lei fundamental do reino, e o rei jura, como havia jurado no momento da sua coroação, a sua intenção de manter apenas uma religião no reino. Mas para conservar a religião, Henrique III precisava de fundos. Mais uma vez, como nos estados gerais de 1576, o rei pede aos deputados dinheiro para reconquistar o reino para a Igreja. Mais uma vez, os estados negam o pedido de Henrique III. Para o rei, por trás dessa nova recusa está Henrique de Guise, cuja intenção seria destituí-lo de toda a sua autoridade de

---

<sup>516</sup> “Decidimos (...) que durante a nossa vida seja estabelecido sobre a questão da nossa Religião Católica Apostólica e Romana, um bom e seguro repouso, e quando Deus quiser dispor dos nossos dias para nos chamar a ele, possamos manter que não omitimos nada disso, onde o espírito humano pode estender-se para evitar que depois da nossa morte não aconteça neste nosso Reino mudança ou alteração na questão da Religião. Queremos nessa ocasião que todos os nossos súditos católicos, seja qual for a sua dignidade, qualidade e condição, unam-se e se juntem a mim, para o encaminhamento e completação de uma obra tão necessária e agradável a Deus, nos juntando a eles e se unindo a nós para a conservação da nossa santa Religião”, *Edict du roy sur l'union de ses subjects Catholiques*, 1588, s/p.

monarca e tornar-se, no seu lugar, o líder incontestável da reação católica à pernicioso influência protestante sobre o reino.

Henrique III decide então dar fim à sua disputa com o duque de Guise. Em 23 de dezembro de 1588, em Blois, o duque é assassinado pelos *Quarente-Cinq*, a nova guarda pessoal do rei, criada em 1585. Henrique III, segundo um panfletista *royaliste*, “*a fait entendre que c’est punition pour avoir conspiré et attenté contre lui et son état*”<sup>517</sup>. O cardeal de Guise, irmão do duque, é preso e assassinado no dia seguinte. Alguns deputados ligados à Santa União são presos, assim como o cardeal de Bourbon. Mas ao contrário do que esperava Henrique III, a morte de Guise faz aprofundar-se a distância entre ele e seus súditos, que vêm no assassinato a confirmação da tirania real. Em 1589, Paris, dominada pela Liga desde o Dia das Barricadas, meio ano antes, torna-se o centro de difusão de um radicalismo religioso que se nutre na oposição ao rei. Na capital, as procissões expiatórias, as perseguições aos funcionários da Coroa e aos partidários do rei tornam-se mais e mais freqüentes. Ainda em janeiro a faculdade de teologia declara os franceses livres do seu juramento de obediência ao rei. Henrique III passa a ser *Henri de Valois*, pessoa privada, não mais rei. Por anagrama, *Henri de Valois* é chamado também de *Vilain Hérodes*<sup>518</sup>, e comparado a Calígula, “*la vie duquel est naïvement conforme à celle de Henri de Valois*”<sup>519</sup>.

De Paris e de outras cidades, as publicações contra Henrique III inundam a França. Os assassinatos de 23 e 24 de dezembro, especialmente o do duque de Guise, fizeram de um rei pouco popular o inimigo do reino e da religião. Segundo os sermões e panfletos *ligueurs*, as penitências, as procissões, a devoção manifestada por Henrique III não eram nada além de “*spécieux préceptes de son maître Machiavel*”<sup>520</sup>, que ensinava a mentir e fingir para conquistar um objetivo,

<sup>517</sup> “disse que é punição por ter conspirado e atentado contra ele e seu estado”, *Apologie pour les Catholiques d'Angers, demeurez fermes en l'obeissance du Roy, calumniez d'heresie, pour n'auoir voulu estre de la ligue*, 1589, p.32.

<sup>518</sup> Denis Crouzet reporta uma passagem do *Contre les fausses allegations que les plus qu'Architofels, Conseillers Cabinalistes, proposent pour excuse Henry le meurtrier de l'assassinat par luy perfidement commis en la personne du tres illustre Duc de Guise* (1589) em que o autor conta que “*un prêcheur de Paris lui a fait cet anagramme, Vilain Hérode*” (Crouzet, 1990, p.528 nota 97).

<sup>519</sup> “cuja vida é naturalmente conforme a de Henrique de Valois”, *L'Arpocratie ou Rabais du caquet des politiques et Jebusiens de nostre aage. Dedié aux agens & catholiques associez du roy de Navarre*, 1589, p.12.

<sup>520</sup> “sedutores preceitos de seu mestre Maquiavel”, *Advertissement envoié par un Catholique aux Villes de S. Quentin, Coucy et la Fere, salutaire et profitable pour les autre villes tenant party contraire a l'Union*, 1589, p.7.

“car s’il eût eu cette Religion et cette dévotion extérieure aussi fort imprimée en l’âme, comme il le voulait montrer en apparence”<sup>521</sup>, o protestantismo, e os protestantes, teriam sido definitivamente expulsos do reino. Os crimes cometidos contra os defensores do catolicismo haviam provado que “l’habit ne faisait pas le Moine, et sous la queue gisait le venin”<sup>522</sup>. Se até o dia 23 de dezembro de 1588 havia sido possível ter a esperança de que Henrique III restabeleceria a Igreja “en sa première splendeur”<sup>523</sup> – sobretudo com a confirmação, durante a reunião dos estados gerais, do édito da União –, depois desse dia fatal,

*comment peut-on croire qu’il soit Catholique et Chrétien, ayant contre cette foi publique par lui donnée, ratifiée et confirmée par le serment qu’il fit sur le saint Sacrement de l’Autel en l’assemblée des États, massacré sans sujet un Cardinal Prince, Légat du saint-siège Apostolique, et député de sa Province : Emprisonné un autre Cardinal Prince du sang, et un Archevêque qu’il détient encore : fait tuer et inhumainement assassiner le premier Prince du monde, la terreur des Hérétiques, et l’appui des Catholiques Français?*<sup>524</sup>

A realidade do reinado de Henrique III era ainda pior pois, segundo o autor anônimo desse *Advertissement*, aqueles que um dia acreditaram na sinceridade do rei, que viram nele um defensor da religião quando ele na verdade “*contrefaisait (...) le Religieux et dévot, faisant bâtir des Oratoires, portant par les rues l’habit de Pénitent avec un fouet à la ceinture*”<sup>525</sup>, esses estavam sendo enganados desde as primeiras horas de um governo infame. Convencidos de que as guerras civis eram uma ameaça para o Estado, e de que o Estado deveria ser preservado a qualquer custo, os bons cidadãos de Saint-Quentin, Coucy e La Fère haviam sido levados a crer que a religião não estava em questão, e que portanto não se tratava de salvá-la, mas de salvar o Estado. Mentiras. Mentiras de *politiques*, hereges e ateus, “*qui vont publiant partout, qu’il n’y va point de la Religion, que l’on veut seulement attenter à l’État, et que le Roi n’a autre désir que d’extirper les*

<sup>521</sup> “pois se ele tivesse tido essa Religião e essa devoção exterior tão fortemente impressa na alma, como ele queria mostrar em aparência”, *ibid.*, p.7.

<sup>522</sup> “o hábito não fazia o Monge, e no rabo estava o veneno”, *ibid.*, p.7.

<sup>523</sup> “no seu primeiro esplendor”, *ibid.*, p.7.

<sup>524</sup> “como podemos acreditar que ele seja Católico e Cristão, tendo contra essa fé pública por ele dada, ratificada e conformada pelo juramento que ele fez sobre o santo Sacramento do Altar na assembléia dos Estados, massacrado sem motivo um Cardeal Príncipe, Legado da santa sé Apostólica, e deputado da sua Província; Aprisionado um outro Cardeal Príncipe de sangue, e um Arcebispo que ele ainda mantém preso; matado e inumanamente assassinado o primeiro Príncipe do mundo, o terror dos Hereges, e o apoio dos Católicos Franceses?”, *ibid.*, p.8.

<sup>525</sup> “fingia (...) o Religioso e devoto, fazendo construir Oratórios, vestindo pelas ruas o hábito do Penitente com um chicote na cintura”, *ibid.*, p.7.

*hérésies*<sup>526</sup>. Mentiras publicadas que, segundo o autor do *Advis et exhortation en toute humilité & obeissance*, era preciso enfrentar:

*Plus serait de besoin par une sévère ordonnance de réprimer et borner les langues de ces gens qui ne se ressentent que de la terre, qu'on appelle politiques ou à mieux dire Athéistes. Car de l'abondance du coeur (comme savez) la bouche parle, et telles personnes peuvent de leurs méchantes langues messagères de leurs coeurs pervers et de leurs pensées diaboliques, infecter les pauvres âmes simples, mêmes par leurs faux bruits engendrer une division en cette ville de Paris, qui est l'oeil, le miroir et la torche de la France. Lesquels témérairement par leurs serpentines langues blâment et parlent mal tant des bons Princes morts, que de vivants : Ce qui ne se devrait souffrir ni permettre entre nous autres Chrétiens et fidèles Catholiques unis*<sup>527</sup>.

Mentiras que, como as dissimulações do rei, “*sont des artifices du diable et de ses supports*”<sup>528</sup>. E assim, pergunta o *Advertissement* aos moradores de Saint-Quentin, Coucy e La Fère,

*Ne voyez-vous pas que celui de qui vous soutenez si opiniâtement le parti, et ses supports, ne respirent autre chose que le sang des Catholiques, l'établissement de l'hérésie, et abolition de la vraie Religion ?*<sup>529</sup>

Com esse único propósito Henrique III governava a França. Para o autor do *Advertissement*, como para os outros panfletistas *ligueurs*, o assassinato do duque de Guise era uma afronta feita ao mesmo tempo ao reino e a Deus. No *Advis aux catholiques françois, sur l'importance de ce qui se traicte aujourd'huy, sur l'irresolution de quelques scrupuleux ensemble & principalement sur les ruzes des politiques, atheistes, forgeurs de nouvelles, & aultres ennemys de Dieu*, depois da morte de Henrique de Guise –

*ce grand Capitaine, voire le plus grand, le plus généreux et accompli en toute vertu, que la France ait nourri depuis longtemps, feu monseigneur le Duc de Guise, assassiné traîtreusement et méchamment à Blois, au Cabinet de celui qui se disait roi très chrétien*<sup>530</sup>

<sup>526</sup> “que vão publicando por todo lado, que não se trata da Religião, que querem apenas atentar contra o Estado, e que o Rei deseja apenas extirpar a heresia”, *ibid.*, p.12.

<sup>527</sup> *Advis et exhortation en toute humilité & obeissance. A messeigneurs du Conseil d'Etat general, de la sainte Union de l'Eglise catholique apostolique & romaine. Contre les blasphemateurs du nom de Dieu, & de ceux qui seront trouvez en adultere & paillardise. Ensemble contre ceux qui soustiennent les heretiques & politiques de ce temps*, 1589, p.18.

<sup>528</sup> “são artificios do diabo e dos seus suportes”, *Advertissement envoyé par un Catholique aux Villes de S. Quentin, Coucy et la Fere...*, *op.cit.*, p.12.

<sup>529</sup> “Não vedes que esse cujo partido, e seus suportes, vós apoiáis tão teimosamente, respiram apenas o sangue dos Católicos, o estabelecimento da heresia, e a abolição da verdadeira Religião?”, *ibid.*, pp.4-5.

<sup>530</sup> “esse grande Capitão, quiçá o maior, o mais generoso e completo em toda virtude, que há muitos anos a França alimentou, falecido senhor Duque de Guise, assassinado traidora e malvadamente em Blois, no quarto daquele se dizia rei muito cristão”, *Advis aux catholiques françois, sur l'importance de ce qui se traicte aujourd'huy, sur l'irresolution de quelques*

– depois da morte de Guise, portanto, tornava-se uma obrigação juntar-se à Liga para enfrentar “*l’injure de ce tyran*”<sup>531</sup>, e também “*ces Politiques qui ont été tant étroits amis de ce tyran*”<sup>532</sup>; para defender o reino e a religião.

Os assassinatos dos líderes católicos ordenados pelo rei em Blois resultaram em uma radicalização da violência da Liga contra o rei. Segundo Denis Crouzet, depois de dezembro de 1588,

*il y a l’Union des catholiques, parce qu’il y a affirmation sacrale que nul ne doit préférer une chose mortelle et caduque à Dieu (...). Dieu doit primer sur tout, et la résistance au roi est légitime parce que Dieu doit être aimé*<sup>533</sup>

acima de todas as coisas, acima também do rei.

A oitava guerra civil, iniciada na primavera de 1585, custava ao rei suas – diminutas – reservas, e muitas cidades que haviam sido tomada pelos exércitos *ligueurs* eram-lhe agora hostis. Ainda mais isolado do que antes da morte de Henrique de Guise, o rei propõe uma aliança a Navarra. Este vinha publicando, sempre com redação de Philippe Duplessis-Mornay, cartas aos três estados do reino, aos membros do parlamento de Paris e aos parisienses, nas quais afirmava a sua vontade de paz, e assegurava que esta não seria atingida pela eliminação do catolicismo, mas apenas pelo respeito deste e dos católicos. Em 13 de abril de 1589, os representantes de Henrique III e Navarra assinam em Tours um acordo, com validade de um ano, estipulando que este último deveria combater o duque de Mayenne, irmão e herdeiro de Guise na liderança da Santa União, e, em troca, poderia manter, entre as cidades retomadas, uma por bailia. No mesmo mês, Navarra atravessa o rio Loire e junta-se a Henrique III, no dia 30 de abril de 1589, em Plessis-lès-Tours, de onde seguem com seus exércitos, que, somados, contam mais de 30 mil homens, na direção de Saint-Cloud. Em maio, o papa Sixto V excomunga o rei da França. Em julho, Henrique III e Navarra cercam Paris.

Dentro da cidade, as opiniões exacerbam-se. A Santa União declara justa e necessária a desobediência ao rei, e a deposição deste passa a ser a matéria da

---

*scrupuleux ensemble & principalement sur les ruzes des politiques, atheistes, forgers de nouvelles, & aultres ennemys de Dieu*, 1589, p.4.

<sup>531</sup> “injúria desse tirano”, *ibid.*, p.5.

<sup>532</sup> “esses *Politiques* que foram tão próximos amigos desse tirano”, Dieudonné, *op.cit.*, p.25.

<sup>533</sup> “há União dos católicos porque há afirmação sacral que ninguém deve preferir algo mortal e caduco a Deus (...). Deus deve primar sobre tudo, e a resistência ao rei é legítima porque Deus deve ser amado”, Crouzet, 1990, p.491.

quase totalidade dos sermões ouvidos na capital. O autor do *Advertissement envoié par un Catholique aux Villes de S. Quentin, Coucy et la Fere* explica que, sendo Deus o verdadeiro rei da França, e a religião o seu verdadeiro Estado, o rei a ser respeitado não era Henrique III, nem o Estado a ser mantido era o seu governo, pois

*nous avons donc avant toutes autres choses, et sans aucun respect humain, à contenter le Roi des Rois, et conserver son État en la France (qui est sa Religion) contre tous les assauts et des hommes et des diables, laquelle nous voyons que celui qu'il nous avait donné pour son ministre, et que nous avons jusqu'à cette heure reconnu pour tel, veut éteindre et assoupir*<sup>534</sup>.

No *Advis aux catholiques francois*, a exortação final tem o objetivo de demover os últimos partidários de Henrique III, que alegavam em seu favor a religiosidade do rei e a fidelidade devida a ele por juramento:

*Il est notre Roi, dites-vous, il est l'Oint de Dieu : O combien vous le poignez au vif ! c'est autant comme si vous disiez, il est défenseur de la religion, protecteur de la patrie, père du peuple (car voilà que c'est être Roi, Roi de France) et vous voyez comme il a sapé l'Église, favorisé l'hérétique, fait venir les étrangers en ce pauvre Royaume (...). Si vous doutez qu'il soit hérétique : je vous renvoie aux effets (...) Je crois que nous sommes tous charmés. Eh bien cela vous semble dur, de démettre un Roi, lui ôter la couronne : pourquoi ? puisqu'il viole le serment fait en son sacre, pour ce qu'il détruit l'Église, puisque lui nous a délivré du serment de fidélité, s'il violait sa Foi puisqu'il se rend indigne de telle majesté ?*<sup>535</sup>

Alguns sermões *ligueurs* radicalizam a oposição ao rei: o tiranicídio é justificado como um ato de libertação do povo de Deus. Em 1º de agosto, o monge Jacques Clément apunhala Henrique III, que morre no dia seguinte. Nas ruas de Paris, a notícia é comemorada: “*Bonnes nouvelles, mes amis! Bonnes nouvelles! Le tyran est mort! Il n’y a plus de Henri de Valois en France !*”<sup>536</sup>.

<sup>534</sup> “nós temos portanto antes de tudo mais, e sem nenhum respeito humano, que contentar o Rei dos Reis, e conservar o seu Estado na França (que é a sua Religião) contra todos os ataques tanto dos homens quanto dos diabos, a qual vemos que aquele que ele nos havia dado como seu ministro, e que nós até agora reconhecemos como tal, quer extinguir e eliminar”, *Advertissement envoié par un Catholique aux Villes de S. Quentin, Coucy et la Fere...*, op. cit., p.6.

<sup>535</sup> “Ele é nosso Rei, dizeis, ele é o Ungido de Deus: é como se dissésseis, ele é defensor da religião, protetor da pátria, pai do povo (pois eis o que é ser Rei, Rei da França) e vês como ele minou a Igreja, favoreceu o herege, fez virem os estrangeiros nesse Reino (...). Se duvidais que ele seja herege : eu vos remeto aos efeitos (...) Creio que estamos todos enfeitados. Pois bem, parece-vos duro depor um Rei, tirar-lhe sua coroa: por quê? posto que ele viola o juramento feito na sagração, porque ele destrói a Igreja, posto que ele nos libertou do juramento de fidelidade, se ele violasse sua Fé posto que ele se torna indigno de tal majestade”, *Advis aux catholiques francois...*, op.cit., pp.22-23.

<sup>536</sup> “Boas notícias, meus amigos! Boas notícias! O tirano está morto! Não há mais Henrique de Valois na França!” apud Crouzet, 1990, p.492.



## 2.

### 1589-1598

#### A paz pela tolerância civil: Henrique IV e os *politiques*

1589 é provavelmente o ano em que mais trabalharam as prensas a serviço da Santa União. Delas saíram centenas de publicações em que Henrique III era descrito como o inimigo maior da religião e do reino, como o *Advertissement des nouvelles cruautez et inhumanitez, desseignees par le Tyran de la France*, e o *Advertissement aux Catholiques sur la Bulle de nostre Saint Pere, touchant l'excommunication de Henry de Valois*. Depois da morte do rei, várias publicações descreveram o tiranicídio, remetendo à providência divina a ação do monge dominicano Jacques Clément, entre eles o *Advertissement, ou Vray discours de ce qui est advenu à Pont S. Clou, touchant la mort de Henry de Valois*. O *Discours veritable de l'estrage & subite mort de Henry de Valois, advenue par permission divine*, versão mais longa dentre uma série de textos (entre eles o *Advertissement* citado) em que a morte de Henrique III era explicada aos franceses, revelava, na relação entre o rei e os *politiques* e protestantes, a união de heresia e mau governo que o levava a ser excomungado pelo papa e finalmente executado por um monge que havia provado “*combien les forces divines surpassent les humaines*”<sup>537</sup>. Segundo o *Discours*,

*Il n'y a celui d'entre nous qui ne soit certain, avec suffisante et déplorable épreuve du mal que Henri de Valois pendant son règne a procuré à ses sujets, principalement à ceux qu'il a connu être bons et fidèles Catholiques, et par conséquent amateurs de la vertu et du bien public, et ennemis des hérétiques et politiques de ce Royaume, qu'il a préféré à Dieu, à l'Église, et à son honneur*<sup>538</sup>.

Em Paris, Jacques Clément é aclamado como o Anjo libertador<sup>539</sup> enviado por Deus. Morto pela guarda real imediatamente após ter apunhalado o rei, o monge torna-se rapidamente o mais importante mártir da Santa União. Roland Mousnier afirma que

<sup>537</sup> “quanto as forças divinas superam as humanas”, *Discours veritable de l'estrage & subite mort de Henry de Valois*, 1589, p.Aiij.

<sup>538</sup> “Não há ninguém entre nós que não esteja certo, com suficiente e deplorável prova do mal que Henrique de Valois durante seu reino gerou para os seus súditos, principalmente para os que ele sabia serem bons e fiéis Católicos, e conseqüentemente amadores da virtude e do bem público, e inimigos dos hereges e *politiques* desse Reino, que ele preferiu a Deus, à Igreja, e à sua honra”, *ibid.*, s/p.

<sup>539</sup> Cf. Crouzet, 1990, p.491.

*les “bons catholiques”, les “bons fidèles chrétiens” (...) célébrèrent Jacques Clément comme l’envoyé du Ciel pour délivrer le peuple catholique, comme l’instrument de Dieu, comme un martyr, comme un saint*<sup>540</sup>.

Como instrumento da vontade divina, o monge não era culpado de assassinato, não havia pecado no seu gesto; o assassinato do tirano havia se tornado um dever, e não um crime. A *Arpocratie ou Rabais du caquet des politiques et Jebusiens de nostre aage*<sup>541</sup> demonstra como essa transformação foi justificada: recorrendo sobretudo aos escritos bíblicos, mas também à história romana, à francesa e a autores contemporâneos, como Bodin<sup>542</sup>, seu autor sustenta que o assassinato de Henrique III não havia sido um crime, e sim o cumprimento de uma lei divina. Segundo a *Arpocratie*,

*Non seulement il est permis de tuer un tyran, mais aussi c’est une chose juste et raisonnable, car celui qui abuse du glaive qu’il porte, mérite et est digne de mourir par le même glaive*<sup>543</sup>.

Mais do que isso, havia sido um ato da Providência:

*Pour cette cause la sacro-sainte école de Sorbonne ayant connu les actions, vies et moeurs de ce bon Religieux, d’un commun accord a conclu qu’il n’a point péché, attendu que cela s’est fait par le mouvement et instinct du Saint Esprit*<sup>544</sup>.

Em Saint-Cloud, Henrique III teve tempo, antes de morrer no dia 2 de agosto, de designar Navarra como seu sucessor. O embaixador de Veneza,

<sup>540</sup> “os “bons católicos”, os “bons fiéis cristãos” (...) celebraram Jacques Clément como o enviado do Céu para libertar seu povo católico, como o instrumento de Deus, como um mártir, como um santo”, Mousnier, 1964, p.199.

<sup>541</sup> O certificado de aprovação – dado pelos “*Docteurs*” – para a impressão do texto é datado de 8 de setembro de 1589, ou seja, pouco mais de um mês após a morte de Henrique III. Inserido na última página do panfleto, nele se lê: “*Nous certifions avoir lu ce présent traité intitulé, l’Arpocratie ou rabais du caquet des Politiques ou des jébusiens de notre âge, auquel traité nous n’avons rien vu qui soit contre la foi et la religion Catholique, ni contre les bonnes moeurs, fait ce vingt-huitième jour de Septembre 1589.*”

<sup>542</sup> O autor da *Arpocratie* faz menção ao capítulo II do livro V dos *Six livres de la République*, de Bodin. Neste capítulo, Bodin chega no entanto à conclusão inversa daquela que mantém o autor da *Arpocratie*, isto é, Bodin afirma que não é lícito matar o rei, mesmo sendo ele um tirano: “*Je dis donc que jamais le sujet n’est recevable de rien attenter contre son Prince souverain, pour méchant et cruel tyran qu’il soit; il est bien licite de ne lui obéir pas en chose qui soit contre la loi de Dieu ou de nature, s’enfuir, se cacher, parer les coups, souffrir la mort plutôt que d’attenter à sa vie, ni à son honneur*” (Bodin, 1993, II, V, p.229).

<sup>543</sup> “Não apenas é permitido matar um tirano, mas também é algo justo e razoável, pois aquele que abusa da espada que carrega, merece e é digno de morrer pela mesma espada”, *L’Arpocratie...*, op.cit., p.10.

<sup>544</sup> “Por causa disso a sacro-santa escola da Sorbonne tendo conhecido as ações, vidas e costumes desse bom Religioso, de comum acordo concluiu que ele não pecou, visto que isso foi feito pelo movimento e instinto do Espírito Santo”, *ibid.*, p.10.

Giovanni Mocenigo, que estava em Tours quando o rei foi atacado, reconstruiu, a partir dos relatos dos presentes à cena, as últimas declarações de Henrique III:

*Mon frère, vous voyez comment vos ennemis et les miens m'ont traité ; il faut que vous preniez garde qu'ils ne vous en fassent autant. (...) Messieurs, approchez-vous et écoutez mes dernières intentions sur les choses que nous devrez observer quand il plaira à Dieu de me faire partir de ce monde. (...) Je vous prie comme mes amis, et vous ordonne comme votre roi, que vous reconnaissiez après ma mort mon frère que voilà, que vous ayez la même affection et fidélité pour lui que vous avez toujours eue pour moi, et que, pour ma satisfaction et votre propre devoir, vous lui en prêtiez le serment en ma présence. Et vous, mon frère, que Dieu vous y assiste de sa divine providence*<sup>545</sup>.

Um autor *liqueur* sob o pseudônimo de Jean de La Mothe apresentará em 1591 a sua versão para os momentos finais de Henrique III, reiterando a imagem divulgada pela Liga depois do assassinado do duque de Guise segundo a qual o rei havia se dedicado mais a desprezar e combater a verdadeira religião do que a defendê-la, ao mesmo tempo descrevendo a relação entre Henrique III e Navarra e os *politiques*, herdeiros das suas más-intenções: o rei,

*étant au lit de la mort, avait néanmoins insisté en l'alliance des libertins, hérétiques et politiques : et qu'au lieu de penser en sa conscience et au salut de sa pauvre âme, et d'impêtrer de Dieu merci de sa vie lubrique, bestiale, tyrannique, hypocrite, ambitieuse, voluptueuse, tant détestable et damnable, à l'imitation d'un Antiochus, ou Hérode, ou d'un Julian l'Apostat, il écumait encore plus sa rage, et faisait apparaître son félon, contre les bons Catholiques de son Royaume, qui lui avaient été meilleurs vassaux qu'il ne leur avait été bon Roi. Et ce qui est plus déplorable pour sa pauvre âme, lorsqu'il ne devait penser qu'en Dieu, en larmes, soupirs et confession sacramentelle, et en la réception du saint Sacrement de l'autel et en l'extrême onction, il institua son successeur son beau frère et cousin, Henri de Bourbon hérétique et relaps, et par le saint père de Rome personnellement excommunié, en lui requérant, et à tous ses fauteurs, qu'ils eussent de venger sa mort, et de poursuivre les Catholiques associés et unis pour l'entretien de l'honneur de Dieu, et de la religion Apostol. Cathol. et Romaine, disant et tellement leur enchargeant de venger sa mort, qu'ils eussent d'y employer le vert et le sec, c'est-à-dire tous leurs amis, biens et pouvoir, afin qu'ils fussent exterminés*<sup>546</sup>.

<sup>545</sup> “Meu irmão, vedes como vossos inimigos e os meus me trataram; é preciso que tomeis cuidado para que eles não vos façam o mesmo. (...) Senhores, aproximem-se e escutem minhas últimas intenções sobre as coisas que deveris fazer quando Deus quiser me fazer partir deste mundo. (...) Eu vos peço como meus amigos, e ordeno como vosso rei, que reconheçais depois da minha morte meu irmão que aqui está, que tendes a mesma afeição e fidelidade com ele que sempre tiveram comigo, e que, para minha satisfação e vosso próprio dever, prestem-se juramento na minha presença. E vós, meu irmão, que Deus vos ajude na sua divina providência”, apud Cottret, op.cit., pp.135-136.

<sup>546</sup> “estando no leito de morte, tinha entretanto insistido na aliança com os libertinos, hereges e *politiques*: e que em vez de pensar na sua consciência e na salvação da sua pobre alma, e rogar de Deus perdão pela sua vida lúbrica, bestial, tirânica, hipócrita, ambiciosa, voluptuosa, tão detestável e condenável, como um Antiochus, ou Herodes, ou um Julian l'Apostat, ele espumava ainda mais a sua raiva, e fazia aparecer sua traição, contra os bons Católicos do seu reino, que lhe tinham sido melhores vassallos do que ele tinha sido bom Rei. E o que é mais deplorável para a sua pobre alma,

As disposições do rei moribundo encontram resistência entre os senhores católicos que o apoiavam, e que se indis põem com a obrigação de servirem a um rei protestante. Para começar a vencer as dificuldades que se apresentarão ao seu reconhecimento como rei, Navarra publica uma *Déclaration et serment du roi à son avènement à la couronne*, feita no dia 4 de agosto, em que afirma a intenção “*de maintenir et conserver en notre royaume, la religion catholique, apostolique et romaine en son entier, sans y innover, ni changer aucune chose*”<sup>547</sup>.

Mas talvez, para os senhores católicos que permaneceram ao lado de Henrique III, mais decisivo para o seu apoio a Navarra do que manter a religião tenha sido o compromisso por ele assumido “*d’être instruit par un bon, légitime et libre concile général et national pour en suivre et observer ce qui y sera conclu et arrêté*”<sup>548</sup>. O novo rei dessa forma reiterava as indicações de que não se opunha, em princípio, a abdicar do protestantismo e tornar-se novamente católico, e, através delas, obtém o apoio da maioria dos católicos moderados do reino e fortalece sua ligação com os *politiques*, que serão os seus mais importantes aliados na reconquista do reino. Para Arlette Jouanna, a perspectiva de uma conversão resultou no “*engagement de la majorité des Politiques aux côtés de Henri IV*”, adesão que

*s’est accompagné d’un combat résolu en faveur de quelques thèmes simples qui donnent à leur pensée l’épaisseur doctrinale qui lui manquait jusqu’alors. Ils ont été ainsi des artisans efficaces du ralliement des esprits au roi*<sup>549</sup>.

Por outro lado, a promessa de Henrique IV desagrade aos senhores *ligueurs*, que vêem nela uma manobra para desestruturar o argumento da oposição católica

---

no momento em que ele devia pensar apenas em Deus, em lágrimas, suspiros e confissão sacramental, e no recebimento do santo Sacramento do altar e em extrema unção, ele instituiu seu sucessor seu cunhado e primo, Henrique de Bourbon herege e relapso, e pelo santo padre de Roma excomungado pessoalmente, requerendo dele, e a todos os seus desenganados, que eles vingassem a sua morte, e perseguissem os Católicos associados e unidos para a conservação da honra de Deus, e da religião Apostol. Catol. e Romana, dizendo e tanto os encarregando de vingar a sua morte, tivessem eles que empregar tudo, quer dizer, todos os seus amigos, bens e poderes, a fim de que eles fossem exterminados”, La Mothe, 1591, pp.5-6.

<sup>547</sup> “de manter e conservar no nosso Reino a religião católica, apostólica e romana inteiramente, sem inovar, nem mudar nada”, Henri IV, 1829, t. XV, p.3.

<sup>548</sup> “de ser instruído por um bom, legítimo e livre concílio geral e nacional para seguir e observar o que será concluído e decretado nele”, id., *ibid.*, p.3.

<sup>549</sup> “engajamento da maioria dos *Politiques* ao lado de Henrique IV”, “foi acompanhada por um combate decidido em favor de alguns temas simples que dão ao seu pensamento o volume doutrinário que lhe faltava até então. Eles foram assim os artesãos eficazes da adesão dos espíritos ao rei”, Jouanna, *op.cit.*, p.391.

baseado na impossibilidade de se receber e obedecer a um rei herege. No dia seguinte à declaração de Navarra, o duque de Mayenne, nomeado pela Santa União lugar-tenente geral após a morte do irmão, torna pública uma *Déclaration du lieutenant général et du conseil général de l'union pour réunir tous les Français à la défense de la religion catholique*. Nela, Mayenne insiste que a intenção da Santa União

*n'a jamais été autre que de s'opposer aux desseins desdits hérétiques, pour conserver ladite religion catholique et cette couronne en leur entier, qui sont deux choses qu'ils ont toujours estimées, comme nous tenons encore être inséparables*<sup>550</sup>.

Nos seus sermões e publicações, a Liga não deixará portanto de repetir seu zelo pela ordem monárquico-religiosa que unia o rei à Igreja, e de criticar os católicos que se haviam aliado a Navarra, especialmente os *politiques*, que, junto com os protestantes, teriam abandonado a verdadeira fé para servirem aos seus próprios interesses. Segundo o *Réveil matin et mot du guet des bons catholiques*, é Henrique de Navarra, com a ajuda de

*son damnable parti, (...) le capital ennemi de ladite tant sainte et si salutaire union, et par conséquent de la Religion Catholique, Apostolique et Romaine, dont ils devraient être les premiers appuis et défenseurs*<sup>551</sup>.

Expor o perigo representado por essa “*Ligue des hérétiques et politiques de ce Royaume*”<sup>552</sup>, a que o *Réveil matin* se refere, é o propósito por exemplo do já citado *Advertissement envoyé par un Catholique aux Villes de S. Quentin, Coucy et la Fere*, de 1589, em que um *ligueur* explica aos habitantes dessas cidades as razões por que eles deveriam abandonar o partido de Henrique III e dos *politiques* para se juntarem à Liga e enfrentarem aqueles e os protestantes. “*Je sais que vous me direz*”, afirma o autor anônimo,

*que votre but et votre intention est de maintenir l'État de la France, et que vous ne vous souciez point quoi qu'il advienne, pourvu qu'il ne périsse. Mais vous devez penser, que de tous ceux qui portent les armes pour le parti de l'Union, il n'y en a point qui après le fait de la Religion, ait autre but que celui-là (...) où avez-vous maintenant les yeux et l'entendement, que vous ne pouvez discerner ni reconnaître la ruse de notre ennemi, qui pour être soutenu de vous, ne couche que de l'État,*

<sup>550</sup> “foi sempre se opor aos propósitos dos ditos hereges, para conversar a dita religião católica inteiramente, que são duas coisas que eles sempre estimaram, como estimamos ainda, serem inseparáveis”, Mayenne, 1589, s/p.

<sup>551</sup> “seu condenável partido, (...) o inimigo capital da dita tão santa e salutar união, e conseqüentemente da Religião Católica, Apostólica e Romana, de que eles deveriam ser os primeiros apoios e defesas”, La Mothe, op.cit., p.2.

<sup>552</sup> “Liga dos hereges e *politiques* deste Reino”, ibid., p.4.

*sachant comme il est très certain que de la conservation d'icelui, vu l'état auquel est maintenant cette pauvre France, dépend la déperdition de la Religion Catholique, et l'établissement de l'hérésie ? Vous devez savoir et croire, qu'en cette querelle générale de la France, il y va principalement de la Religion et non de l'État. Cause pourquoi vous devez fléchir et démettre toutes vos affections particulières, aussi véritablement l'État de la France ne se peut perdre, trop bien changer de main : mais la Religion y peut périr et y être abolie, comme de fait on y tend*<sup>553</sup>.

Se a França seguisse pela via traçada por Henrique III, sobretudo depois da sua aliança com Navarra, o reino poderia sobreviver – mesmo mudando de mãos o reino não se acabaria –, diz o *Advertissement*, mas a religião pereceria. A temática da comparação entre a destruição do reino e a da religião foi comum nas publicações durante as guerras de religião. O *Advertissement aux trois estats de France assemblez en la ville de Blois* recorria a ela para assegurar os leitores de que, em uma França sem religião, não valeria a pena viver. Na sua invocação final, o autor anônimo diz que é melhor morrer católico do que ser obrigado a viver em meio à heresia:

*Mourons Chrétiens, mourons Catholiques, de bonne heure mourons, si l'on veut plutôt condamnés de rébellion au jugement de quelques politiques que convaincus en nos âmes de religion d'avoir manqué de nous opposer par toutes voies aux hérétiques, mourons devant que de voir mourir notre foi, mourons, car aussi bien nous n'emporterons rien en mourant, que nous ne réservions, si nous vivons à la disposition des hérétiques, à son honneur et vie : mais en mourant n'oublions par de mener mourir nos enfants avec nous, de peur que en leur laissant cette vie ils ne soient par la commination hérétique conduits à la mort et condamnation éternelle*<sup>554</sup>.

<sup>553</sup> “Eu sei que me direis”, “que vosso objetivo e vossa intenção é a conservação do Estado da França, e que não vos preocupais com nada, desde que ele não pereça. Mas deveis pensar, que de todos os que se armaram pelo partido da União, não há nenhum que depois da questão da Religião, tenha outro objetivo que não esse (...) onde tendes agora os olhos e o entendimento, que não podeis discernir nem reconhecer a astúcia do nosso inimigo, que para ser apoiado por vós, fala apenas do Estado, sabendo como é certo que para a conservação deste, visto o estado em que está agora esta pobre França, depende a perda da Religião Católica, e a instalação da heresia? Deveis saber e crer que nessa querela geral da França, trata-se principalmente da Religião e não do Estado. Razão pela qual deveis vos curvar e eliminar todas as suas afeições particulares, tão verdadeiramente o Estado da França não pode se perder, quando muito mudar de mãos: mas a Religião pode aí perecer e ser abolida, como de fato se pretende”, *Advertissement envoyé par un Catholique aux Villes de S. Quentin, Coucy et la Fere...*, op.cit., pp.4-5.

<sup>554</sup> “Morrámos Cristãos, morramos Católicos, cedo morramos, se for o caso melhor sermos condenados por rebelião segundo o julgamento de alguns *politiques*, do que convencidos em nossas almas religiosas de termos deixado de nos opor por todas as vias aos hereges, morramos antes que ver morrer nossa fé, morramos pois também não levaremos nada morrendo que não perderíamos se vivermos à disposição dos hereges, à sua honra e vida: mas ao morrermos, não esqueçamos de levar a morrerem conosco nossos filhos, de medo que os deixando essa vida eles sejam, pela ameaça herege, levados à morte e condenação eterna”, *Advertissement aux trois estats de France assemblez en la ville de Blois...*, op.cit., pp.21-22.

No trecho do *Advertissement aux trois estats*, o autor se refere aos *politiques* sugerindo que eles acusavam a Liga de rebeldia porque os *ligueurs* escolhiam enfrentar os protestantes a “ver morrer a fé”. Em outras palavras, se a Santa União fosse condenada por defender a religião, ela o seria pelo partido que, tendo que decidir entre a religião e o Estado, escolhia o Estado e abandonava a religião para ser arruinada. Um panfleto publicado em 1590, com o título de *Raisons des politiques qui veullent faire Henry de Bourbon Roy de France, & celles des Catholiques, par lesquelles est prouvé qu’il ne le doit estre*, afirma que Navarra, como os seus *politiques*, “*ne reconnaît plus grand que soi en ce monde*”<sup>555</sup>. Segundo o *Fouet des heretiques, politiques, et traistres de la France associez du feu Roy de Navarre*, este partido era formado por franceses que se declaravam bons católicos e excelentes súditos, mas que eram na verdade inimigos da religião. No texto anônimo de 1590, um amigo explica ao autor, um francês que voltava da Itália – onde se dizia “*que les Français ont divisé Jésus Christ*”<sup>556</sup> –, que o reino estava de fato cindido entre “*deux partis de Catholiques*”<sup>557</sup>, e que

*tous les prétextes & excuses, de ceux lesquels se disent Catholiques, & néanmoins tenant le parti du Roi de Navarre, avancent en ce qu’ils peuvent le parti des hérétiques, n’ont aucune apparence entre les gens de bien, & que se sont vrais ennemis de la religion Catholique, plus dangereux en l’Église de Dieu que ceux qui ouvertement sont hérétiques*<sup>558</sup>.

Os inimigos da religião mais perigosos ainda do que os protestantes, fórmula várias vezes repetida desde a década de 1580, tornam-se, depois da morte de Henrique III, o inimigo principal a combater. O assassinato do rei e a ascensão de Henrique de Navarra criam um fosso na França que subverte a divisão entre católicos e protestantes. Desde o início das guerras de religião, em 1562, a mera clivagem entre as confissões não traduzia corretamente a ruptura que a Reforma protestante havia produzido no reino. Já em 1560 havia membros da alta nobreza católica que discordavam da posição intransigente do grupo que estava se

<sup>555</sup> “não reconhece maior que si mesmo neste mundo”, *Raisons des politiques qui veullent faire Henry de Bourbon Roy de France, & celles des Catholiques, par lesquelles est prouvé qu’il ne le doit estre*, 1590, p.8.

<sup>556</sup> “que os franceses dividiram Jesus Cristo”, *Le fouet des heretiques, politiques, et traistres de la France associez du feu Roy de Navarre*, 1590, p.5.

<sup>557</sup> “dois partidos de Católicos” *ibid.*, p.5.

<sup>558</sup> “todos os pretextos e desculpas, dos que se dizem Católicos, e no entanto apoiando o partido do Rei da Navarra, avançam no que podem o partido herege, não têm nenhuma aceitação entre as pessoas de bem, e que são verdadeiros inimigos da religião Católica, mais perigosos na Igreja de Deus do que os que são abertamente hereges”, *ibid.*, p.5.

transformando no partido católico. A Coroa, especialmente durante a chancelaria de Michel de L'Hospital, desaprovava o plano de extirpação da heresia proposto pelos católicos intransigentes, e, depois do afastamento do chanceler, o projeto de instauração da tolerância civil havia sido mantido por Catarina de Médici e seus filhos, Carlos IX e Henrique III. Mas, mesmo conduzindo um processo que levaria à dualidade confessional, a Coroa guardava como objetivo final o retorno do reino à unidade católica – a tolerância civil implicava em uma coexistência temporária de católicos e protestantes como meio de solucionar o problema das guerras civis, e a pacificação do reino permitiria a um concílio nacional – ou universal – prover à questão da reforma da Igreja. A hipótese de uma conversão do rei ao protestantismo não havia sido aventada seriamente em nenhum momento. Apesar das divergências entre a Coroa e o partido católico, apesar da política de tolerância civil e de por vezes apoiar o partido protestante, a monarquia permanecia e permaneceria católica. Até que a morte do duque de Alençon-Anjou, em 1584, alçou o protestante Henrique de Navarra à condição de herdeiro do trono.

Durante os cinco anos que separaram a morte de François d'Alençon-Anjou do assassinato do último Valois, a divisão – já pouco nítida – entre católicos e protestantes transformou-se, primeiro, em uma oposição entre legalistas – que consideravam a lei sálica lei fundamental do reino, e portanto inviolável – e aqueles que preferiam recorrer a outros critérios para decidir a sucessão, de modo a garantirem que o novo rei fosse um católico. Os partidos em disputa, *politiques*, *ligueurs*, protestantes, católicos moderados e mesmo a Coroa, repartiram-se entre essas duas posições. A discussão centrava-se na questão da religião do rei. Era possível que o rei da França, que usava o epíteto de *Très-Chrétien*, não fosse católico? Para a Liga, não. Segundo Louis Dorléans, mais importante do que respeitar a lei sálica era fazer cumprir a lei de Deus, que, no Deuteronômio, “*ne permet de recevoir un Roi infidèle, qui puisse conduire son peuple à l'infidélité*”<sup>559</sup>. Por essa razão um dos propósitos que haviam levado à organização

---

<sup>559</sup> “não permite receber um rei infiel, que possa levar seu povo à infidelidade”, Dorléans, op.cit., p.29.



da Liga era “qu’aucun ne soit admis et reçu à la Couronne s’il n’est Catholique, et tel que tous les Rois de France ont été en Religion”<sup>560</sup>.

Para os aliados de Henrique de Navarra, os critérios para a definição do rei deveriam seguir as leis fundamentais do reino, e além disso poderiam se basear no caráter do pretendente ao trono, na sua vida pregressa e nas demonstrações que ele havia dado de que tinha a intenção e seria capaz de defender o bem comum. O autor do *Restaurateur de l’État François* faz um longo elogio de Navarra, no qual apresenta as suas muitas qualidades, todas imprescindíveis ao bom rei. Nenhuma menção à sua religião, nem à preservação da religião, é feita:

*Je puis dire avec l’aveu de vos consciences, avec vérité, qu’il surpasse en toutes les parties requises en un bon Prince l’élection & les souhaits des hommes. Il est agréable et louable en sa personne & actions autant qu’homme qui vive. Il règne sur lui & sur ses sujets plus divinement qu’humainement. C’est l’esprit le plus vif, le plus arrêté & le plus ferme qu’on puisse désirer, la liberté duquel on n’a jamais vu être captivée par quelconques affaires de contentement ou d’ennui qui lui soient survenues. Il est toujours élevé par dessus tout ce qui ce présente. Sa raison lui est si naturelle, est si puissante & remplit tellement son esprit, que les passion n’y peuvent demeurer n’y entrer. Jamais homme ne se ressembla tant à toutes heures qu’il se ressemble. Il est grand guerrier si jamais il en fut, il communique avec les soldats en toutes les fatigues de la guerre, ne différant en rien de ses soldats qu’en incomparable conduite & valeur, il est avisé & heureux en guerre, & s’il se peut dire il est digne de son heur : jamais Prince ayant si peu de volonté de faire la guerre que lui, ne fit tant d’exploits de guerre que lui, Ce ne sont point les hommes, mais la raison, l’expérience & le jugement qui sont aux hommes qui le gouvernent avec le conseil de son âme & l’Esprit de Dieu. Il aime ses affaires, il veut tout voir, ouïr et savoir : ce qui apporte un très grand soulagement aux sujets & est le seul ou plus sûr moyen de maintenir les officiers en leur devoir. Il est populaire, il est affable, il est doux & clément : & néanmoins il n’y a Prince qui aie plus de majesté, qui attire tant le respect, qui contienne mieux un chacun en son devoir, & qui conserve mieux la Justice au contentement de tous que lui. Il ne connaît la cruauté, l’injustice, la prodigalité & l’oppression, que comme choses contraires à ce à quoi il s’étudie : on n’a jamais oui dire, qu’il ait tué, massacré ou assassiné aucun de ses sujets, aucun de ses serviteurs dans son foyer ou ailleurs : on ne sait point qu’il détienne injustement le bien d’autrui, ses Palais ne sont point bâtis ni enrichis de la ruine & saccagement des villes & du peuple : il dépend selon ses moyens, il estime plutôt ses moyens être à ses sujets que ceux de ses sujets être à lui : il donne tellement, qu’il a assez d’amis & serviteurs, il donne tellement, qu’il lui en reste assez, pour subvenir à ses affaires, sans qu’il soit contraint avoir recours aux oppressions. Cette vérité n’est point offensée, pour les oppressions que beaucoup sentent aujourd’hui des armées & gens de guerre du Roi de Navarre. Car il en est autant ennuyé que ceux même qui sentent & souffrent les pertes & incommodités, il le témoigne assez par la vérité de ses larmes, par ses plaintes ordinaires, par les soigneuses poursuites qu’il fait de la paix, par les courtoisies ordinaires qu’il fait à ceux qui implorent sa Clémence : il ne tient pas à lui qu’il ne soit aussi doux en la guerre, qu’il est en la paix, il retranche tant qu’il peut les justes sévérités de la guerre, mais il ne peut faire que la guerre ne soit guerre. S’il*

<sup>560</sup> “que ninguém seja admitido e recebido na Coroa se não for Católico, e como todos os Reis da França forma quanto à Religião”, id., ibid., p.4.

*avait assez de moyens pour soudoyer & entretenir ses gentilshommes & soldats, pour soutenir le fait de la guerre contre ses ennemis, vous pouvez croire qu'il le ferait, & que les choses se passeraient si doucement, que vous seriez peu ou point incommodés par les siens, pour le désir qu'il a de vous soulager tous. Mais il lui est impossible d'exécuter cette bonne volonté qu'il a envers vous : d'autant que la plupart de ses biens sont saisis & levés par ses ennemis, tous ceux qui le suivent Seigneurs, gentilshommes & autres sont injustement bannis de leurs pays, chassés de leurs maisons, privés de la jouissance de leurs biens & frustrés de l'exercice de leurs vacations. Il faut qu'ils vivent, qu'ils s'entretiennent puisqu'ils ne le peuvent de leurs biens, parce que leurs ennemis les usurpent, il faut qu'ils se servent du bien de leurs ennemis, de ce qu'ils trouvent. Ainsi ce n'est pas du Roi de Navarre qu'il se faut plaindre : c'est de la guerre, c'est des auteurs de cette guerre, laquelle il n'a point commencé, mais en est extrêmement déplaisant, il ne demande & ne prétend bien ni repos, qu'avec le bien & le repos de vous tous. Il se peut bien abstenir des plaisirs de votre Cour : il se résoudrait incontinent de renoncer à votre Couronne s'il n'y allait que du sien : mais il y va plus du votre que du sien : il y va de vos biens, de vos honneurs & dignités, de votre renommée, de votre vie & de la liberté qui a toujours été inestimable à tous hommes, mais principalement à vos ancêtres : tellement que le devoir, son rang, sa vocation & la bonne volonté qu'il vous porte ne lui permettent point de vous abandonner au péril auquel vous êtes, & parce qu'il vous veut préserver de ruine ou servitude : ou périr pour vous, ou périr avec vous. Ouvrez donc les yeux, & jugez le droit, le mérite & l'intention de ce Prince : ne rejetez point un tel Prince. Préparez-vous de le recevoir en la qualité & au rang que Dieu le vous présente & présentera, sans désirer toutefois le départ du Roi que vous avez pour le présent, que Dieu vous a donné. Regardez d'un regard favorable le Roi de Navarre puisqu'il est tel, que quand il vous serait permis d'attendre un Roi selon votre élection & vos souhaits, vous n'en pouvez élire ni souhaiter un plus digne. Et croyez que vous recevrez plus de profit, commodité & contentement de son règne que lui : il se peut mieux passer de tels sujets, que vous d'un Prince que lui. Donc ne conjurez plus contre lui, c'est contre vous-mêmes, c'est contre Dieu que vous conjurez. Ne regardez, ne désirez, ne recherchez plus les étrangers<sup>561</sup>.*

<sup>561</sup> “Posso dizer com a confissão das suas consciências, com verdade, que ele ultrapassa em todas as partes requeridas em um bom Príncipe a eleição e os desejos dos homens. Ele é agradável e louvável na sua pessoa e ações tanto quanto qualquer homem. Ele reina sobre si e sobre seus súditos mais divina que humanamente. É o espírito mais vivo, o mais decidido e o mais firme que possamos desejar, cuja liberdade nunca vimos ser feita prisioneira por qualquer assunto de contentamento ou de aborrecimento que lhe tenha acontecido. Ele está sempre acima de tudo o que acontece. Sua razão é-lhe tão natural, é tão poderosa e preenche tanto o seu espírito, que as paixões não podem entrar nem permanecer nela. Nunca homem se pareceu sempre tanto consigo mesmo a qualquer hora. Ele é tão grande guerreiro como jamais houve, ele divide com os soldados todos os percalços da guerra, diferenciando-se dos seus soldados apenas quanto à incomparável conduta e valor, ele é hábil e feliz na guerra, e se se puder dizer, ele é digno da sua sorte: nunca Príncipe tendo tão pouca vontade de fazer a guerra quanto ele, realizou tantas façanhas de guerra quanto ele, Não são os homens, mas a razão, a experiência e o julgamento que estão nos homens que o governam com o conselho da sua alma e do Espírito de Deus. Ele ama seus negócios, quer ver, ouvir e saber tudo: o que traz um enorme alívio para os súditos, e é o único ou mais seguro meio de conservar os oficiais nos seus deveres. Ele é popular, ele é afável, ele é doce e clemente: e contudo não há Príncipe com mais majestade, que incite tanto o respeito, que mantenha melhor cada um no seu dever, e que conserve melhor a Justiça no contentamento de todos quanto ele. Ele não conhece a crueldade, a injustiça, a prodigalidade e a opressão, a não ser como coisas contrárias àquilo a que ele se dedica: nunca se ouviu dizer que ele matou, massacrou ou assassinou nenhum dos seus súditos, nenhum dos seus servidores na sua casa ou em outro lugar: não se conhece que ele detenha injustamente o bem de outro, seus Palácios não são construídos e enriquecidos pela ruína e saques das cidades e do povo: ele gasta segundo seus meios, ele considera antes seus meios pertencerem aos seus súditos, do que os dos seus súditos serem seus: ele dá tanto, que tem muitos

Quais são as qualidades de um rei? Quais são as virtudes necessárias ao rei? Segundo Michel Senellart, a partir do século XII o príncipe passa a ser o espelho, o exemplo no qual os súditos devem reconhecer toda virtude<sup>562</sup>. Não apenas aquelas ligadas à disciplina da carne, mas às virtudes cardeais, prudência, justiça, fortaleza e temperança, que, de Aristóteles, eram incorporadas, por Tomás de Aquino, ao inventário das características do príncipe cristão. Petrarca, de acordo com Quentin Skinner, havia descrito as virtudes necessárias ao homem (as virtudes singulares que o faziam um ser virtuoso) como incluindo “não apenas as virtudes cardeais exaltadas pelos moralistas antigos, mas também a virtude, fundamental, da fé cristã”<sup>563</sup>. Na década de 1470, Francesco Patrizi apontou, no seu *De regno et regis institutione*, a fé cristã como a virtude mais importante ao

---

amigos e servidores, ele dá tanto, que lhe resta o suficiente para subvencionar aos seus negócios, sem que ele seja obrigado a recorrer às opressões. Essa verdade não é em absoluto contestada por causa das opressões que muitos sentem hoje por causa dos exércitos e gente de guerra do Rei da Navarra. Pois ele está tão desagradado quanto aqueles mesmos que sentem e sofrem as perdas e incômodos, ele dá suficiente testemunho disso pela verdade das suas lágrimas, pelas suas reclamações habituais, pelas cuidadosas buscas que ele faz pela paz; pelas cortesias comuns que ele faz aos que imploram a sua Clemência: não depende dele que ele não seja tão doce na guerra, quanto ele é na paz, ele reprime o quanto pode as severidades da guerra, mas ele não pode fazer que a guerra não seja guerra. Se ele tivesse meios suficientes para assalariar e manter seus fidalgos e soldados, para sustentar a questão da guerra contra seus inimigos, podeis crer que ele o faria, e que as coisas aconteceriam de maneira tão doce, que vós não seríeis absolutamente ou quase nada incomodados pelos seus, por causa do desejo que ele tem de aliviar-vos todos. Mas lhe é impossível executar essa boa vontade que ele tem em relação a vós: dado que a maioria dos seus bens está conquistada e tomada pelos seus inimigos, todos os que o seguem, Senhores, fidalgos e outros, estão injustamente expulsos das suas regiões, expulsos das suas casas, impedidos de gozar dos seus bens e privados do exercício das suas rendas. Eles precisam viver, precisam se manterem posto que não o podem pelos seus bens, porque os inimigos os usurpam, eles devem se servir dos bens dos seus inimigos, do que encontrarem. Assim, não é do Rei da Navarra que se deve fazer queixa: é da guerra, é dos autores dessa guerra, que ele não iniciou, mas de que está extremamente desgostoso, ele não pede nem ambiciona bem nem tranqüilidade, a não ser juntamente com o vosso bem e a vossa tranqüilidade. Ele bem pode se abster dos prazeres da sua Corte: ele se decidiria incontinentemente renunciar à sua Coroa, caso se tratasse apenas do seu: mas se trata mais do vosso do que do dele: trata-se dos vossos bens, das vossas honras e dignidades, do vosso nome, da vossa vida e da liberdade, que foi sempre inestimável para todos os homens mas sobretudo para vossos antepassados: tanto que o dever, seu lugar, sua vocação e a boa vontade que ele tem em relação a vós não lhe permite absolutamente abandonar-vos ao perigo em que estais, e porque ele quer vos preservar de ruína ou servidão: ou por vós perecer, ou perecer convosco. Abri então os olhos, e julgai o direito, o mérito e a intenção deste Príncipe: não rejeitem tal Príncipe. Preparai-vos para recebê-lo na qualidade e no lugar que Deus o apresenta e apresentará, sem no entanto desejar a partida do Rei que tendes atualmente, que Deus vos deu. Olhai com um olhar favorável o Rei da Navarra, posto que ele é tal que quando vos for permitido esperar um Rei segundo vossa eleição e vossos desejos, não possais eleger nem desejar um mais digno. E creiam que recebeis vós mais proveito, comodidade e contentamento do seu reino do que ele: ele pode melhor dispensar súditos como vós, do que vós um Príncipe como ele. Portanto, não conjureis mais contra ele, é contra vós mesmos, é contra Deus que conjurais. Não olheis, não desejeis, não procureis mais os estrangeiros”, *Le Restaurateur de l’Etat François*, op.cit., pp. 277-282.

<sup>562</sup> Senellart, 1995, p.48.

<sup>563</sup> apud Skinner, op.cit., p.113.

príncipe, pois ela “exibe um tal esplendor que na sua falta todas as demais virtudes dos reis e príncipes empalidecem”<sup>564</sup>. Os espelhos de príncipe (como o livro de Patrizi, dedicado ao papa Sixto IV) acrescentam ainda, ao lado dessas, quatro outras virtudes que não deveriam faltar aos governantes: a liberalidade, ou generosidade, a magnificência, a clemência, e a honra, que soma a capacidade de manter a palavra dada à qualidade de nunca mentir – para Patrizi, um rei “nunca deve iludir, nunca mentir, nunca permitir que outros mintam”<sup>565</sup>. Em 1573, François Hotman, autor da já citada *Epistre envoyée au Tigre de la France* (1560), afirma, na sua *Histoire des massacres et horribles cruautés commises en la personne de messire Gaspar de Colligny grand Amiral de France*, que

*Les plus recommandables vertus à un Roi son justice, bénignité et clémence, l'inhumanité et cruauté sont à condamner en toutes personnes, mais surtout aux Roi*<sup>566</sup>.

<sup>564</sup> Apud id., *ibid.*, p.147.

<sup>565</sup> Apud id., *ibid.*, p.149. Dentre as virtudes revistas e criticadas por Maquiavel, este entendimento acerca da honra será talvez o mais atingido. Maquiavel transforma a *virtus* composta por uma série de virtudes que deveriam ser seguidas pelo príncipe, na *virtù*, cuja principal função era domar a *fortuna* e assim manter o estado, o poder. Segundo Senellart, no *Príncipe* Maquiavel realiza um deslocamento do conceito ético-político de *virtus* para o de *virtù* (Senellart, *op.cit.*, p.224), que “*ne designe plus une forme supérieure de qualification éthique, mais l'attitude créative, propre à l'homme d'État*” (id., *ibid.*, p.225). Obrigado a operar em um mundo regido pelo tempo, e portanto em constante mutação, o príncipe deveria poder adaptar-se à realidade que são as necessidades do tempo, e agir de acordo com as demandas de cada momento, ao invés de permanecer estático, preso à obrigação a ser clemente, generoso, prudente, justo... Quando não for conveniente ao príncipe, para a conservação do seu poder, agir de forma generosa, ele simplesmente não deve fazê-lo, pois às vezes é preciso “agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião” (Maquiavel, 1997, XVIII, p.103). Da mesma forma, apesar de ser comumente reconhecido que honrar a palavra dada é louvável em um príncipe (id., *ibid.*, XVIII, p.101), “vê-se nos nossos tempos, pela experiência, alguns príncipes terem realizado grandes coisas a despeito de terem tido em pouca conta a fé da palavra dada” (id., *ibid.*, XVIII, p.101). Em um mundo impregnado pela idéia da virtude, Maquiavel aconselha ao príncipe parecer ser justo, clemente e generoso, mas estar preparado para não o ser quando necessário. Para o autor florentino, a adesão do príncipe às virtudes cardeais e às teológicas e cristãs não estava em questão, mas sim o resultado que ele seria capaz de produzir com o objetivo de manter-se e ao seu estado. Iludir, parecer ser ganham então status de virtudes, fazem parte da *virtù* do príncipe. A honra, no sentido da manutenção da palavra dada, perde espaço para a honra que se associa à glória e à fama que provinham de conquistar a fortuna, vencer e manter um estado (id., *ibid.*, XVIII, p.103). Mesmo nessa relação conflituosa entre *fortuna* e *virtù*, Navarra sai vencedor: o autor do *Advis d'un Francois à la Noblesse catholique de France* (1590), que se discute ainda hoje se era Philippe Duplessis-Mornay ou Étienne Pasquier, afirma a um dado momento, sobre Navarra, que “*il semble que la fortune le contrarie lui donnant pour âpres ennemis, ceux qui lui devaient être sujets affectionnés*” (*Advis d'un Francois à la Noblesse catholique de France, sur la remontrance d'un Ligueur, auquel le devoir des Catholiques, à la mémoire du feu Roy, & envers le Roy à présent régnant, ensemble la conjuration de la Ligue contre l'Etat, ses traités & alliances avec l'Espagnol sont déclarés*, 1590, p.8), e assim, se sua virtude não fosse tanta, e tamanha a sua coragem, ele não teria forças para andar de cerco em cerco, com armas às costas, caçando e perseguindo inimigos – mas esses são percalços que a fortuna lhe impinge para fortalecê-lo, “*ce sont exercices qu'elle lui donne pour faire mieux paraître sa vertu*” (ibid., p.8)

<sup>566</sup> “As mais recomendáveis virtudes para um Rei são justiça, benignidade e clemência, a inumanidade e a crueldade devem ser condenadas em todas as pessoas, mas sobretudo nos Reis”, Hotman, 1573, p.XXXVIII. A *Histoire des massacres et horribles cruautés commises en la*

As palavras de Hotman são como um reflexo das qualidades de Henrique de Navarra listadas pelo autor do *Restaurateur de l'Etat François*, por volta de 1588. Sabedoria, clemência, generosidade, justiça, temperança, fortaleza, as virtudes guerreiras, e a maior das virtudes cristãs, a caridade, o amor ao próximo. Todas características de Navarra. Além disso, segundo o *Reformateur*, o seu governo era superior ao dos demais homens, porque era feito de razão, experiência e juízo, a que se somava o “Espírito de Deus”. Nenhuma menção à religião de Navarra, nem à defesa da religião, mas à afirmação da *escolha* de Deus. O que fazia o escolhido de Deus? Ele garantia aos franceses a manutenção “*de vos biens, de vos honneurs & dignités, de votre renommée, de votre vie & de la liberté qui a toujours été inestimable à tous hommes*”. E se sacrificava por eles, pois, sendo o único a reunir todas as virtudes necessárias ao rei – e sendo o escolhido de Deus – Navarra tinha a obrigação de fazê-lo, tinha o dever de restaurar a paz e prover ao bem comum. Como para Bodin, a religião estava no fundamento do poder real, mas ela não era o seu objetivo. O autor do *Restaurateur* é hábil ao desvincular o rei da obrigação de defender a religião, sem no entanto produzir uma oposição entre a religião e o rei, o que poderia afastá-lo do seu objetivo de conquistar novas adesões ao partido de Navarra. O problema da confissão do rei é sanado pela afirmação da ligação especial entre Navarra e Deus, o que torna supérflua a sua confissão. Quando fosse chegado o momento, o rei deveria ser escolhido e aceito porque reunia “*le droit, le mérite & l'intention*” de um bom rei, e não porque era católico.

Progressivamente, os debates sobre a sucessão real na França se encaminharam assim para a pergunta sobre a diferença entre a Igreja e o Estado: que critérios deveriam definir o herdeiro do trono, aqueles derivados da lei de Deus, ou das leis do reino? Era imprescindível que o novo rei fosse católico – mesmo que isso significasse que ele seria um estrangeiro –, o que correspondia na época à afirmação da sua obrigação de preservar a religião; ou, por outro lado, era determinante que as leis do reino fossem respeitadas, posição defendida pelo

---

*personne de messire Gaspar de Colligny grand Amiral de France, & autres seigneurs gentils-hommes, personnages honorables de diverses qualitez, hômes femmes & enfans, tant en la ville de Paris qu'en plusieurs lieux & endroits du Royaume, le 24 jour d'Aoust 1572. & autres suivans, ficou mais conhecida sob seu título latino, De Furoribus Gallicis.*

partido que considerava como função do rei a preservação da paz e do bem comum, independentemente das necessidades da Igreja?

A Liga concentrou aqueles que julgavam que o vínculo entre a Igreja e o rei era imperativo e deveria ser mantido, considerando a implicação religiosa da sucessão mais importante do que a legal. O autor das *Raisons des politiques qui veulent faire Henry de Bourbon Roy de France* responde à afirmação, feita pelos *politiques*, de que Navarra deveria ser reconhecido como rei porque era o sucessor determinado pela lei nos seguintes termos:

*Vous supposez qu'il soit légitime, et qu'il soit par droite lignée successeur pour être Roi de France, votre supposition concédée et accordée, il ne s'ensuit qu'il le soit. Car il ne suffit être successeur de lignée, faut aussi être successeur des autres Rois de France Catholiques, en foi Très-chrétienne, Catholique, Apostolique et Romaine, en laquelle il défaut*<sup>567</sup>.

Para fazer frente a esses argumentos desenvolvidos pela Liga, havia os protestantes e os legalistas, formados pela nobreza fiel a Henrique III, e pelos aliados de Henrique de Navarra, parte deles *politique*. Os confrontos passaram a girar em torno à pergunta: o rei tem como função realizar as necessidades da Igreja, ou aquelas do Estado? Segundo os *politiques*, era pelo Estado que deveria se empenhar o rei, e a necessidade do Estado era de paz. Em 1589, ao juntar seus exércitos aos de Henrique III, no combate à Liga, Navarra havia explicado, em publicação escrita com Duplessis-Mornay, que a repetição das guerras civis era a causa do caos, e o seu resultado seria “*le renversement de la Maison où nous sommes logés*”, que, por sua vez, “*ne se peut pas faire, qu'il ne nous accable*”<sup>568</sup>. A única forma de evitar esse fim calamitoso, era recorrer à paz,

*une Paix, qui du Chaos si ténébreux, où vous vous êtes mis, vous remit en lumière : qui vous rendit vous mêmes, à votre nature, et à votre sens ; qui vous délivrât de ces inquiétudes, où vous êtes ; de ce labyrinthe, où vous êtes entrés, que vous jugez bien, que ne pouvez franchir, et dont cependant, vous ne voyez le bout. Une Paix, qui remit chacun en ce qu'il aime : rendit au bonhomme sa charrue ; à l'artisans, sa boutique ; au marchand, son trafic ; aux champs la sûreté ; aux villes, la police ; à tous indifféremment, une bonne justice. Une Paix, qui vous rendit l'amour paternelle du Roi ; à lui l'obéissance et fidélité, que lui devez. Une Paix, en somme, qui rendit à cet Etat, l'âme et le corps : le corps, qui s'en va tiré par ses*

<sup>567</sup> “Supondes que ele seja legítimo, e que ele seja por linha direta sucessor para ser Rei da França, vossa suposição concedida e acordada, não se segue que ele o seja. Pois não basta ser sucessor de linhagem, é preciso também ser sucessor dos outros Reis da França Católicos, e fé Mui-cristã, Católica, Apostólica e Romana, o que ele não é”, *Raisons des politiques qui veulent faire Henry de Bourbon Roy de France...*, op.cit, pp.4-5.

<sup>568</sup> “a destruição da Casa onde moramos”, “não pode acontecer, sem que nos destrua”, Henri IV, 1589-a, p.17.

*ambitions en mille pièces ; l'âme, je veux dire, ce bel ordre : qui l'a conservé, qui du haut jusqu'au bas dégradé, s'en va tout en confusion*<sup>569</sup>.

Por outro lado, aos olhos da Santa União, fervorosa defensora da religião, os aderentes da segunda hipótese, essa que ligava o rei à manutenção do reino ao mesmo tempo desvinculando-o da obrigação para com a salvação das almas dos seus súditos, tornavam-se adversários muitas vezes mais perigosos do que os protestantes. A paz, dizia Jean Boucher, era de fato mais desejável do que a guerra, mas uma paz como aquela a que aludiam os *politiques*, uma paz como aquela apresentada por Navarra, era pior do que a própria guerra:

*Cette guerre nous fait ennemis des hommes, cette paix ennemis de Dieu. Cette guerre nous fait résister au Diable, cette paix nous rend traîtres à Dieu. En guerre pour sauver l'âme, nous perdons le corps ; en paix pour sauver le corps, nous perdons les âmes*<sup>570</sup>.

Para a Liga, para Boucher, os *politiques*, partido que segundo a Santa União condensava todos esses novos inimigos, não propunham uma outra forma de chegar a Deus, propunham que chegar a Deus não era o problema a ser imediatamente resolvido, e que a discussão sobre como chegar a Deus deveria ser deslocada para uma instância própria, em que o Estado, instância, por sua vez, própria da ação dos homens e do rei, não estaria ameaçado. Para o autor do *Advis aux catholiques françois, sur l'importance de ce qui se traicte aujourd'huy*, a idéia da existência de um Bem humano, distinto e em certos casos superior ao divino, era a causa da “*dépravation de ce siècle, et les propositions de cet athée Machiavel, Évangéliste des politiques d'aujourd'hui*”<sup>571</sup> haviam levado alguns franceses a esquecerem as suas obrigações com relação a Deus.

<sup>569</sup> “uma Paz, que do Caos tão tenebroso onde vos colocastes, vos recolocasse na luz: que vos fizesse novamente vós mesmos, segundo a vossa natureza, e vossos sentidos; que vos libertasse dessas inquietações onde estais; desse labirinto, onde entrastes, que julgais com razão não puder ultrapassar, e cujo final no entanto não vedes. Uma Paz, que recolocasse cada um no que ama: devolvesse ao camponês seu arado; ao artesão, sua loja; ao mercador, seu comércio; aos campos a segurança; às cidades, o governo; a todos indiferentemente uma boa justiça. Uma paz, que vos devolvesse o amor paternal do Rei; a ele a obediência e fidelidade, que lhe deveis. Uma Paz, em suma, que devolvesse a esse Estado a alma e o corpo: o corpo, que vai sendo puxado pelas suas ambições em mil pedaços; a alma, quero dizer, essa bela ordem: que a conservou, que do alto ao mais baixo grau está totalmente confusa”, id., *ibid.*, pp.17-18.

<sup>570</sup> “Esta guerra nos faz inimigos dos homens, esta paz inimigos de Deus. Esta guerra nos faz resistir ao Diabo, esta paz nos torna traidores de Deus. Em guerra para salvar a alma, perdemos o corpo; em paz para salvar o corpo, perdemos as almas”, Boucher, 1594, p.604.

<sup>571</sup> “depravação deste século, e as proposições desse ateu Maquiavel, Evangelista dos *politiques* de hoje”, *Advis aux catholiques françois...*, op.cit., pp.13-14.

Quando Henrique III é assassinado, apesar de a maioria dos católicos moderados do reino – aqueles que se haviam mantido fiéis ao rei – aceitar a coroação de Navarra desde 1589, uma parte deles rejeita a idéia de um rei herege, e mesmo alguns *politiques* resistem a apoiar o sucessor indicado por Henrique III. Alguns, como Étienne Pasquier, não tiveram entusiasmo na sua decisão, antes resignação:

*Ainsi me délibéré-je vivre et mourir sous celui qui nous gouvernera désormais, sans entrer en aucun examen de sa conscience ; car tel que Dieu nous l'a donné, il nous le faut prendre*<sup>572</sup>.

Caso diferente é o de Jean Bodin. Nos estados gerais de 1576, Bodin havia sido deputado do terceiro estado pelo Vermandois, e seu relato das reuniões é fonte indispensável para se entender o contexto das disputas entre as ligas, os protestantes, os *politiques* e o rei. A sua atuação nas assembleias em Blois havia revelado nele um *politique* exemplar, que ao mesmo tempo em que buscava produzir uma filosofia política de fortalecimento da autoridade do rei, através do desenvolvimento do conceito de soberania e da idéia de que o rei reinava acima de todas as ordens do reino (abaixo apenas de Deus), participava ativamente, nos estados gerais, dessa construção. As duas principais discussões em Blois foram a reunificação dos franceses em uma mesma religião (por meio da guerra ou pacificamente) e a alienação dos bens da Coroa e da Igreja (necessária para custear uma guerra pelo catolicismo). Nas duas questões o deputado do Vermandois fez-se notar, envolvendo-se profundamente e às vezes comandando os debates.

Quando Henrique III havia declarado a sua intenção de restaurar a unidade religiosa no reino, alguns deputados, mesmo os católicos, tinham se mostrado reticentes quanto às implicações dessa decisão. Para Bodin, a reunificação imediata representava um perigo para o reino, pois dificilmente se chegaria a ela sem guerra, e a guerra não era desejável. A discussão sobre a religião do reino, durante os estados, foi longa, e as intervenções de Bodin foram essenciais para que, ao final deles, o pedido pela reunião dos franceses no catolicismo viesse

---

<sup>572</sup> “Assim decidi-me viver e morrer sob este que nos governa agora, sem entrar em nenhum exame da sua consciência; pois tal como ele nos foi dado por Deus, devemos tomá-lo”, Pasquier, *Lettres historiques*, apud Daussy, 2002, p.463 nota 160.



acompanhado da fórmula: “*par les plus douces et saintes voies que sa Majesté aviserait*”<sup>573</sup>.

1576 havia sido também o ano da primeira edição dos seus *Six Livres de la République*, em que Bodin apresentava e discutia a soberania, marca diferencial do rei, e seus limites. Segundo ele, havia poucos freios para a autoridade soberana, e entre eles o principal era a lei de Deus e da natureza. Quando age com injustiça e desonestidade, um rei

*franchit et brise les bornes sacrées de la loi de Dieu et de nature. Si on me dit qu’il ne se trouvera point de Prince si mal appris, et n’est pas à présumer qu’il voudrât commander chose contre la loi de Dieu et de nature, il est vrai: car [celui-là] perd le titre et l’honneur de Prince, qui fait contre le devoir de Prince*<sup>574</sup>.

Nos anos seguintes aos estados de Blois, Henrique III havia se tornado o príncipe mal apanhado que, para Bodin, não deveria manter seu título. O rei teria se tornado indigno de ocupar sua função por duas razões: seus atos eram incongruentes e não pareciam ter como objetivo a salvaguarda do reino; e o assassinato do duque de Guise e do seu irmão cardeal não havia sido motivado pela necessidade do Estado, mas pela incapacidade do rei de manter a sua autoridade e pela pura inveja de quem havia deixado de ser o primeiro no coração dos franceses. Em 1590, torna-se pública uma carta de Bodin dedicada a justificar a sua adesão à Liga. O pretexto da epístola é a defesa do direito do cardeal de Bourbon à Coroa, pois de acordo com Bodin, as determinações das leis do reino indicavam que era o cardeal o parente mais próximo, por linha masculina, de Henrique III:

*La Loi du Royaume dessert la Couronne à la plus proche maison venant en directe ligne de la race des Rois. Et cette coutume est conforme à la loi de Dieu : et a été suivie et approuvée par la loi des douze tables. Or est-il que Monseigneur le Cardinal de Bourbon, à conter depuis le Roi Saint Louis, se trouve descendu par son fils Robert de France Comte de Clermont, duquel est venue la branche de Bourbon, à prendre de père à fils, au treizième degré, et le Roi de Navarre au quatorzième, et par tant plus éloigné un degré*<sup>575</sup>.

<sup>573</sup> “pelas mais doces e santas vias que sua Majestade decidirá”, Bodin, 1577, p.16.

<sup>574</sup> “ultrapassa e arrebeta os limites sagrados da lei de Deus e da natureza. Si me dizem que não se encontrará nenhum Príncipe tão mal apanhado, e não é presumível que ele quisesse comandar algo contra a lei de Deus e da natureza, é verdade: pois perde o título e a honra de Príncipe aquele que faz contra o dever de Príncipe”, Bodin, 1993, III, IV, p.286

<sup>575</sup> “A Lei do Reino transmite a Coroa à casa mais próxima vindo em linha direta da raça dos Reis. E esse costume está de acordo com a lei de Deus: e foi seguido e aprovado pela lei das doze tábuas. Ora, dá-se que meu Senhor Cardeal de Bourbon, contando a partir do Rei São Luís, encontra-se descendente, por seu filho Robert de França Conde de Clermont, de que veio a linhagem de Bourbon, de pai para filho, ao 13º grau, e o Rei da Navarra ao 14º, e portanto mais afastado um grau”, Bodin, 1590, p.12.

A discussão acerca das regras e direitos de sucessão era extensa, e servia também como um álibi por trás do qual os partidários de cada grupo legitimavam a sua posição. Em 1588, Antoine Hotman, irmão católico intransigente de François Hotman, havia publicado, na mesma linha de Bodin, um *Traicté sur la déclaration du Roy pour les droits de prérogative de Monseigneur le Cardinal de Bourbon* e um *Advertissement sur les lettres octroyées à M. le cardinal de Bourbon*. Em ambos, a motivação já presente nas publicações do arqui-diácono François de Rosières repetia-se: tratava-se de excluir Henrique de Navarra da sucessão real, indicando o herdeiro que deveria, de acordo com as leis do reino e de Deus, assumir o trono. Hotman escrevia porque, apesar de os decretos publicados por Henrique III no início da oitava guerra civil instituírem “*les droits, privilèges, et prérogatives de Monseigneur le Cardinal de Bourbon*”<sup>576</sup>, várias publicações, de protestantes e *politiques*, contradiziam-nas, o que o levava a assumir a missão de “*faire cesser toutes les doutes*”<sup>577</sup> sobre a sucessão.

Para Bodin, Navarra não tinha as qualidades necessárias para ser rei da França porque era protestante e mantinha uma vida desregrada. Em 1576, nos *Seis Livros da República*, o monarca ideal era assim descrito:

*un Roi juste et droiturier, qui craint Dieu sur tout, qui honore la vertu, qui fait prix des bons, qui châtie les vices, qui décerne le droit loyer aux gens de bien et la peine aux méchants, qui a les flatteurs en horreur, qui tient sa foi et ses promesses, qui bannit les sangsues de cour, et les inventeurs de nouvelles exactions, qui épargne le sang de ses sujets comme le sien, qui venge les injures d'autrui et pardonne les siennes, et qui, surtout, a la religion d'honneur devant ses yeux*<sup>578</sup>.

Nem o temor a Deus nem o rigor da virtude eram, para Bodin, qualidades de Navarra, e o desrespeito a essas regras significava que a corrupção da função do soberano, que havia caracterizado o reinado de Henrique III, seria perpetuada. Segundo Jouanna, para Bodin “*le mouvement ligueur est simplement l'instrument*

<sup>576</sup> “os direitos, privilégios, e prerrogativas de meu Senhor o Cardeal de Bourbon”, Hotman, 1588, s/p.

<sup>577</sup> “fazer cessarem todas as dúvidas”, id., ibid, s/p.

<sup>578</sup> “um Rei justo e honesto, que teme Deus acima de tudo, que honra a virtude, que premia os bons, que castiga os vícios, que dispensa a justa retribuição às pessoas de bem e a pena aos maus, que tem horror dos adutores, que mantém sua fé e suas primessas, que bane os sanguessugas de corte, e inventores de novas exações, que preserva o sangue dos seus súditos como o seu, que vinga as injúrias de outrem e perdoa as suas, e que, sobretudo, tem a religião em honra sob seus olhos”, Bodin, 1993, VI, V, p.555.

*dont Dieu s'est servi pour balayer la corruption du dernier Valois*<sup>579</sup>, por isso a adesão a um partido cujas teses políticas não concordavam com as suas. A realidade, iminente, de um rei que não fosse católico provocou em muitos moderados e *politiques*, homens que acreditavam e defendiam uma separação entre a função do rei e a religião, a rejeição ou o desconforto com as suas próprias idéias. Para Bodin, apoiar Navarra era apoiar a continuação do governo corrompido de Henrique III. Opor-se a ambos era aliar-se à Santa União.

Depois de se considerar providencialmente libertada da tirania de Henrique III,

*la mort duquel non précogitée par jugement humain, mais venant de la main de Dieu, qui use de son bras droit contre les Rois et Princes, quand ils se méconnaissent*<sup>580</sup>,

a Liga empenhava-se em impedir a coroação de Navarra e em lutar contra os católicos aliados a ele, agindo para isso em todas as instâncias possíveis. Da publicação de discursos e sermões públicos, de tratados e panfletos difamatórios, à escolha de outro sucessor para Henrique III, o cardeal de Bourbon, Carlos X, proclamado rei da França pela Liga em 5 de agosto de 1589, mesmo preso, e cujos poderes, segundo o *Arrest de la cour de Parlement, de reconnoistre pour Roy, Charles dixiesme de ce nom*, datado de 21 de novembro desse mesmo ano, passariam ao duque de Mayenne até a sua libertação<sup>581</sup>. Da nomeação de um conselho real *ligueur*, e de *ligueurs* para os altos cargos da administração pública, à convocação dos estados gerais e à promulgação, pelo Parlamento de Paris, de leis anti-protestantes, como aquela anunciada no *Arrest de la Cour de Parlement pour la conservation du repos public de la ville & faux-bourgs de Paris, & sureté des habitans d'icelle*, de 11 de setembro de 1589, que proibia os moradores da capital de “*tenir et souffrir l'exercice, autre que de la religion Catholique, Apostolique et Romaine*”, e de “*favoriser le parti des Hérétiques, leurs fauteurs et*

<sup>579</sup> “o movimento *ligueur* é simplesmente o instrumento de que Deus se serviu para afastar a corrupção do último Valois”, Jouanna, op.cit., p.390.

<sup>580</sup> “cuja morte não prevista por julgamento humano, mas vindo da mão de Deus, que usa do seu braço direito contra os Reis e Príncipes, quando eles se desconhecem”, Bodin, 1590, p.20.

<sup>581</sup> *Arrest de la cour de Parlement, de reconnoistre pour Roy, Charles dixiesme de ce nom*, 1589, p.4.

*adhérents, ni leur assister, prêter conseil, confort et aide*”<sup>582</sup>. Das procissões expiatórias aos confrontos armados contra os exércitos fiéis a Henrique IV.

Nos anos seguintes à morte de Henrique III, os exércitos *ligueurs*, comandados por Mayenne, combaterão na França as forças de Henrique IV, enquanto Paris permanecerá, resistindo a cercos sucessivos, como a capital da Santa União. Um conselho formado por magistrados e outros católicos proeminentes da cidade é criado para geri-la e às demais localidades que fizessem parte da Liga. O *Advis et exhortation en toute humilité & obeissance. A messeigneurs du Conseil d'Etat general, de la sainte Union de l'Eglise catholique apostolique & romaine*, publicado em 1589, descreve a constituição desse corpo e as suas funções, ao lembrar aos seus membros que

*Dieu vous a fait la grâce d'être ainsi honorés de la charge et autorité, en laquelle vous êtes colloqués, ce qu'on sait n'avoir été par brigues ni par ambition, mais par l'antique, bonne et ancienne voie d'élection du peuple, qui n'a été faite de vos personnes, que pour la bonne vie qu'on a connue être en vous, et le bon zèle et affection qu'avez toujours montré et fait paraître durant et pendant les orages et tempêtes, à la défense et manutention de la foi et religion Catholique, Apostolique et Romaine, et au bien public de ce pauvre et misérable Royaume de France, jadis heureux, triomphant et florissant sur tous les Royaume de la terre*<sup>583</sup>.

Frente a esses homens honrados, estão outros, que, sem honra alguma, dão mais valor às coisas da terra do que às do céu. Segundo o autor anônimo,

*Ce sont gens de la terre, et non du Ciel, lesquels préfèrent (tant ils sont aveuglés) plutôt ce qui est du tout corruptible à ce qui est incorruptible, spirituel et éternel. (...) Telles personnes sont de belle apparence et pleins de beaux et graves propos de Rhétorique, mais fort peu fermes, zélés et affectionnés à la foi et religion Catholique, sinon seulement à leur insatiable avarice et ambition, ne se souciant d'autre chose en ce monde, qui est une peste, qui ruine l'âme et le corps d'une République*<sup>584</sup>.

<sup>582</sup> “manter e suportar o esercício, outro que não da religião Católica, Apostólica e Romana”, “favorecer o partido dos Hereges, seus agentes e aderentes, nem os assistir, dar conselho conforto e ajuda”, *Arrest de la Cour de Parlement pour la conservation du repos public de la ville & faux-bourgs de Paris, & sureté des habitans d'icelle*, 1589, p.4.

<sup>583</sup> “Deus vos fez a graça de serem assim honrados com o cargo e autoridade, na qual estais postos, o que sabemos não ter sido por intriga nem por ambição, mas pela antiga, boa e velha via de eleição pelo povo, que foi feita das vossas pessoas apenas pela boa vida que se reconheceu em vós, e o bom zelo e afeição que sempre mostrastes e fizestes aparecer durante e ao longo das chuvaradas e tempestades na defesa e conservação da fé e da religião Católica, Apostólica e Romana, e do bem público deste pobre e miserável Reino da França, antes feliz, triunfante e florescente acima de todos os Reinos da terra”, *Advis et exhortation en toute humilité & obeissance...*, op.cit., p.8.

<sup>584</sup> “São gente da terra, e não do Céu, os quais preferem (tão cegos estão eles) antes o que é totalmente corruptível ao que é incorruptível, espiritual e eterno. (...) Tais pessoas têm bela aparência e são cheios de belas e sérias propostas de Retórica, mas muito pouco firmes, zelosos e afeiçoados à fé e religião Católica, se não apenas à sua insaciável avareza e ambição, não se

Para impedir a ruína do reino, e o abandono da religião, em janeiro de 1593 a Liga convoca os estados gerais, que se reunirão na capital. O número de presentes é pequeno: 127 no total. Das duas reuniões anteriores dos estados, em Blois, em 1576 e 1588-1589, haviam participado respectivamente 383 e 437 deputados. A razão é simples, e é já o recurso que Henrique de Navarra usará para rejeitar as suas disposições: os estados gerais de 1593, ao serem convocados pela Liga, elegeram apenas deputados católicos (mesmo alguns *politiques* participariam). Para os protestantes, não eram portanto disposições representativas da vontade ou das necessidades do reino. Para a Liga, no entanto, a autoridade desses estados em nada se diferenciava das reuniões anteriores, as decisões tomadas neles sendo igualmente soberanas.

Uma decisão interessava especificamente à Santa União: a sua doutrina conferia aos estados o poder e a função de indicar o rei. O velho cardeal de Bourbon, preso por Henrique III em 24 de dezembro de 1588, havia morrido na prisão de Fontenay-le-Comte em maio de 1590, e a Liga, firme no propósito de se opor à coroação de Navarra, precisava escolher novamente um herdeiro para o trono. As candidaturas eram várias: o irmão – católico – do príncipe de Condé e novo cardeal de Bourbon, a infanta espanhola, o duque de Sabóia, o filho de uma filha bastarda de Henrique II, o jovem filho do duque de Guise e o filho de Mayenne. Os dois últimos proponentes eram apoiados pela Liga; a infanta e o duque de Sabóia eram frutos dos casamentos que haviam selado a paz de Cateau-Cambrésis entre França e Espanha, em 1559. Mas a lei sálica, que impedia as mulheres de ocuparem e de transmitirem o direito ao trono, foi reiterada por uma parte dos deputados do terceiro estado, que assim invalidaram a candidatura da infanta, e, entre os pretendentes restantes, nenhum reunia o entusiasmo dos estados sobre o seu nome. Sobretudo, alguns deputados interrogavam-se acerca do grau de legitimidade que teria uma decisão sua, tão poucos e tão pouco representativos eram eles. Segundo Jouanna, alguns deles questionavam sua própria autoridade, pois “*dans ces conditions, comment être sûrs que le choix de*

---

preocupando com outra coisa nesse mundo, o que é uma peste, que arruína a alma e o corpo de uma República”, *ibid.*, pp.10-11.

*l'assemblée ait une légitimité assez incontestable pour s'imposer à l'ensemble du royaume?*"<sup>585</sup>.

Mayenne tinha preocupação semelhante. Para tentar dar credibilidade à escolha dos estados, o duque convida então os príncipes de sangue, demais príncipes e oficiais da Coroa católicos que apoiavam Navarra a se reunirem aos deputados. Como Navarra rejeita enfaticamente o convite, declarando ilegais os estados de Paris, os príncipes, oficiais, prelados e senhores católicos a ele associados conseguem em substituição a aprovação para um encontro entre os seus representantes e os de Mayenne. Os participantes do lado *ligueur* são eleitos entre os deputados moderados presentes aos estados gerais. Em 29 de abril de 1593 abre-se em Suresnes, ao lado de Paris, a conferência. Sua primeira decisão é estabelecer uma trégua de dez dias, enquanto durarem as conversas (em julho, a trégua será renovada pelo período de três meses). Os partidários da paz, cada vez mais numerosos, exultam e entrevêm a possibilidade real de se decidirem os conflitos. O deputado Guillaume Du Vair, conselheiro do parlamento de Paris, conclui na sua *Exhortation à la Paix*, escrita entre 1592 e 1593, que

*toutes les considérations concourent pour persuader Monsieur du Mayne et les Princes de mettre fin à tant de misères, et donner quelque moyen à tant de peuples affligés et tantôt tous consumés de respirer sous le fait d'une si étrange calamité*<sup>586</sup>.

Em 17 de maio, o arcebispo de Bourges, Renaud de Beaune, principal nome da delegação dos *royaux*, anuncia solenemente que Navarra receberá uma instrução católica e, em consequência dela, abjurará o protestantismo.

Já em 1576, durante os estados gerais de Blois, Navarra havia feito referência a uma instrução religiosa. Segundo Bodin, na resposta aos embaixadores que haviam sido enviados a ele por Henrique III para informá-lo da decisão tomada pelos deputados do retorno à unidade católica, o rei da Navarra afirmara que,

*Quant à ce qu'en particulier ils désirent qu'il ait à faire qu'il n'y ait qu'une Religion Catholique Romaine, et quitter celle dont il fait profession, il a accoutumé de prier Dieu, et le prie en une si belle assemblée, que si sa religion est la bonne comme il croit, qu'il veuille l'y conserver et assurer. Que si elle est mauvaise, lui*

<sup>585</sup> “nessas condições, como ter certeza de que a escolha da assembléia tem uma legitimidade suficientemente incontestável para se impor ao conjunto do reino?”, Jouanna, op.cit, p.380.

<sup>586</sup> “todas as considerações concorrem para persuadir o Senhor du Mayne e os Príncipes de pôr fim a tantas misérias, e dar algum meio a tantos povos afligidos e logo todos consumidos por respirar sob o fato de uma tão estranha calamidade”, Du Vair, 1592, p.107.

*fasse entendre la bonne, et illuminer son esprit pour la suivre, et y vivre et mourir, et après avoir chassé de son esprit tous erreurs, lui donner force et moyen pour aider à la chasser de ce Royaume, et de tout le monde, s'il est possible*<sup>587</sup>.

Em 1584, quando se começou a discutir o problema da religião de Navarra após a morte do duque de Alençon-Anjou, aventou-se a possibilidade de uma conversão após um período de instrução no catolicismo. No relato ficcional da reunião que se teria seguido à entrevista entre Navarra e o duque de Épernon, enviado de Henrique III, um dos presentes, o senhor de Roquelaure, defendera uma conversão imediata, enquanto outro, Du Ferrier, acreditava que sobre ela se deveria recorrer ao estudo da religião e instruir-se “*par les saintes lettres. Car les discours politiques, et toutes les raisons sur lesquelles s’est fondé monsieur de Roquelaure, semblent être fort peu à propos*”<sup>588</sup>.

Duplessis-Mornay, em texto de 1585, afirmava que Henrique de Navarra “*est prêt et sera toujours de recevoir instruction d’un Concile libre et légitime, et de laisser l’erreur quand il lui sera montré*”<sup>589</sup>. No mesmo ano, a *Déclaration et protestacion du roy de Navarre, de M. le prince de Condé et M. le duc de Montmorency* informa que Navarra “*se soumet à un concile et déclare qu’il est prêt d’être instruit par icelui*”<sup>590</sup>. Cinco anos mais tarde, em 1590, o autor do *Advis d’un François à la Noblesse catholique de France*, Duplessis-Mornay ou Pasquier, assegura que “*Notre Roi ne désire autre chose d’avantage que d’être instruit*”<sup>591</sup>.

Instrução era o que pedia Navarra em carta de março de 1589 (antes portanto do assassinato de Henrique III) aos três estados do reino: “*je me suis toujours offert à la raison, et m’y offre encore. (...) Instruisez-moi : je ne suis*

<sup>587</sup> “Quanto ao que eles desejam particularmente que ele deva fazer com que haja apenas uma Religião Católica Romana, e deixar aquela de que ele faz profissão, ele costuma rogar a Deus, e roga-lhe em uma tão bela assembléia, que se a sua religião é a certa como ele acredita, que ele queira conservá-lo e assegurá-lo nela. Que se ela é errada, faça-o ouvir a boa, e iluminar seu espírito para segui-la, e viver e morrer nela, e depois de ter expulsado do seu espírito todos os erros, dar-lhe força e meio para ajudar a expulsá-la deste Reino, e de todo o mundo, se for possível”, Bodin, 1577, p.87.

<sup>588</sup> “pela sagrada escritura. Pois os discursos políticos, e todas as razões sobre as quais se baseou o senhor de Roquelaure, parecem não vir nada ao caso”, *Double d’une lettre...*, op.cit., p.65.

<sup>589</sup> “está disposto, e estará sempre, a receber instrução de um Concílio livre e legítimo, e a deixar o erro quando ele lhe for mostrado”, Mornay, 1585, p.32.

<sup>590</sup> “submete-se a um concílio e declara que está disposto a ser instruído por ele”, Henri IV, 1585, s/p.

<sup>591</sup> “Nosso Rei não deseja nada mais do que ser instruído”, *Advis d’un François à la Noblesse catholique de France...*, op.cit., p.41.

*point opiniâtre. Prenez le chemin d'instruire*<sup>592</sup>. Instrução, de novo, é a palavra usada por ele para indicar aos católicos que uma conversão não era impossível, dois dias depois da morte de Henrique III, na *Déclaration* de 4 de agosto de 1589.

Instrução, finalmente, é o que anuncia o arcebispo de Bourges em maio de 1593. A conversão acontece em pouco mais de dois meses, em uma cerimônia na basílica de Saint-Denis, no dia 25 de julho de 1593.

Boa parte dos católicos do reino receberá com entusiasmo a notícia, entre eles vários *ligueurs* menos intransigentes. Bodin abandonará a Liga e retornará, antes de morrer, em 1596, às fileiras *politiques* aliadas a Navarra, quando este retoma Laon, em 1594. Menor será a satisfação dos protestantes, e ainda menor a do grupo radical dentro da Liga. Para estes, a conversão de Navarra era apenas um golpe *politique* sem que houvesse qualquer mudança nas suas verdadeiras intenções, a principal delas destruir a Igreja.

Em 1588 a possibilidade de Navarra se tornar católico já havia sido rechaçada pela Santa União: o autor dos *Articles de la sainte union des Catholiques François* afirmava:

*Je sais que les politiques mal affectionnés à leur Religion font grand état des paroles qu'a tenu le Roi de Navarre aux Députés des États de Blois qu'il avait été toujours nourri et instruit à cet exercice de Religion, et que si par un Concile dûment assemblé, sa Religion était trouvée mauvaise, et la notre confirmée, il emploierait tous ses moyens pour la manutention des Catholiques. Ce sont de beaux propos qu'il dit à l'Archevêque de Vienne et qu'il avait accoutumé de prier Dieu, que si sa Religion était bonne, comme il croit, qu'il veuille lui confirmer et assurer, que si elle est mauvaise lui fasse entendre la bonne, et illuminer son esprit pour la suivre, et y vivre et mourir. Mais par ces propos emmiellés il ressemble à quelque vile orcade, depuis le sommet de la tête jusqu'à la fin du corps, et le reste est la queue d'un dragon très venimeux et épouvantable, car si les actions accompagnées des effets nous font bien juger des hommes, nous ne pouvons conclure autre chose de lui, sinon qu'au lieu de demander d'être instruit et enseigné, il veuille confirmer sa nouvelle opinion par force et par armes, et pour sonder et rechercher les choses de près et les peser au poids, et mesurer à l'aune, il se sert de cet artifice pour ne découvrir ouvertement le venin qu'il couve dedans l'âme*<sup>593</sup>.

<sup>592</sup> “sempre me ofereci à razão, e me ofereço ainda. (...) Instruí-me: eu não sou nada teimoso. Tomem o caminho de instruir”, Henri IV, 1589-a, s/p.

<sup>593</sup> “Eu sei que os *politiques* mal afeiçoados à sua Religião dão grande atenção às palavras que disse o Rei da Navarra aos Deputados dos estados de Blois, que ele tinha sido alimentado e instruído nesse exercício de Religião, e que se por um Concílio devidamente reunido a sua Religião fosse considera errada, e a nossa confirmada, ele empregaria todos os seus meios para a conservação dos Católicos. São belas propostas que ele diz ao Arcebispo de Vienne e que ele estava acostumado a rogar a Deus que, se a sua Religião for certa, como ele acredita, que ele queira lhe confirmar e assegurar, que se ela for errada, faça-lhe ouvir a boa, e iluminar seu espírito para seguí-la e viver e morrer nela. Mas por essas propostas açucaradas ele se assemelha a alguma vil *orcande*, desde o topo da cabeça até o fim do corpo, e o resto é o rabo de um dragão muito venenoso e assustador, pois se as ações acompanhadas dos efeitos de fato nos fazem julgar os



Dois anos mais tarde, entre as *Raisons des politiques qui veulent faire Henry de Bourbon Roy de France*, estava a referência ao concílio nacional, proposta novamente recusada com o argumento de que uma instância superior, um “*Concile général*”, o de Trento, já havia rejeitado o protestantismo. O fato de Navarra pedir um concílio nacional quando outro, de maior autoridade, já havia decidido a questão da dissensão religiosa, faz o autor advertir: “*Telle allégation me semble plus un subterfuge ou évacion à échapper, que bonne volonté de s’amender et sortir de son hérésie*”<sup>594</sup>. Em 1591, outra publicação anônima enumerava as razões que deveriam impedir os franceses de aceitarem Navarra como rei, e refutava em seguida algumas objeções *politiques* aos argumentos citados. Diziam os *politiques*: “«*Le Roi de Navarre pourra se faire Catholique.*» Réponse: «*Mais il ne l’est pas*»”<sup>595</sup>. Em 1593, ainda não se acredita na conversão. Nos *Sermons de la simulée conversion, et nulité de la prétendue absolution de Henri de Bourbon*, o padre *ligueur* Jean Boucher declara: “*rien n’importe, si le loup est vêtu en peau de brebis. Car il ne laisse d’être loup, et n’en perd pas les dents pourtant*”<sup>596</sup>.

Para convencer os indecisos quanto à conversão, e para dissuadir os seus adversários, os *politiques*, como era sua prática, publicam e publicam. No *Advertissement salutaire aux François*, de 1594, o autor, novamente anônimo, volta ao primeiro argumento dos católicos intransigentes contra a coroação de Henrique de Navarra, e lembra que

---

homens, não podemos concluir outra coisa dele senão que em lugar de pedir para ser instruído e ensinado, ele quer confirmar sua nova opinião pela força e pelas armas, e para sondar e procurar as coisas de perto, e pesá-las ao peso, e medir à vara, ele se serve deste artifício para não expor abertamente o veneno que prepara dentro d’alma”, *Articles de la sainte union des Catholiques François*, op.cit., p.15.

<sup>594</sup> “Tal alegação me parece mais um subterfúgio ou evasão para escapar, do que boa vontade de se corrigir e sair da sua heresia”, *Raisons des politiques qui veulent faire Henry de Bourbon Roy de France...*, op.cit, p.12.

<sup>595</sup> ““O Rei da Navarra poderá fazer-se Católico.” Resposta: “Mas ele não o é”.”, *Les raisons, pour lesquelles Henry de Bourbon, soy disant Roy de Navarre ne peut et ne doit estre receu, approuvé, ne recogneu Roy de France. Avec les responses aux plus communes objections des Polytiques*. 1591, p.31.

<sup>596</sup> “não importa nada se o lobo está vestido em pele de cordeiro. Pois ele não deixa de ser lobo, e não perde portanto seus dentes”, Boucher, op.cit., p.604.

*Les passages de l'écriture tirés par les cheveux n'ont manqué à nos Docteurs vénaux. Et tout cela, disaient-ils, pour ce que le Béarnais ou Roi de Navarre était hérétique*<sup>597</sup>.

Depois da conversão, no entanto, a situação estava transformada, pois

*le voilà Catholique, Dieu a exaucé les vœux et prières des bons, notre désir a réussi par la bonté, grâce et miséricorde de ce grand Roi des Rois, qui a frappé de sa puissante main l'entendement de notre Roi, pour le nous rendre et nous à lui. Il est fils comme nous de l'Église Catholique, Apostolique et Romaine, à laquelle il s'est soumis pour le Spirituel. Dieu lui a ouvert et tendu les bras, comme jamais il ne rebute le pécheur converti. Quand tous les hommes lui fermeraient la porte, c'est en vain, puisqu'il est dedans. Il est Roi légitime, l'élu et l'oint de Dieu en cette charge. Dieu puissant sur les hommes, qui s'opposeraient à sa miséricorde, a certes montré par là l'amour qu'il porte à ce pauvre Royaume*<sup>598</sup>.

Como única barreira para a aceitação de Navarra como rei legítimo, a sua religião poderia justificar a recusa católica em reconhecê-lo, mas depois de abjurar o protestantismo, e regressar à Igreja católica, a causa da rejeição ao novo rei havia sido eliminada. Entretanto, diz o autor desse *Advertissement*, alguns focos de resistência continuavam atuando, publicando panfletos e fazendo sermões, assegurando que a conversão não era sincera nem válida:

*L'Espagnol mécréant, et la ligue des seize tyrans*<sup>599</sup> *faisaient prêcher impossible sa conversion, les chaires des prédicateurs en retentissaient sur même billet, comme ils en étaient bien payés*<sup>600</sup>.

Os franceses, porém, os que ainda não tinham aceitado a coroação de Henrique IV, deveriam saber que mentirosos eram os *ligueurs*, mentirosas as suas afirmações, e que

*Notre Roi (vrai Français) est du vrai tige et race de ce bon saint Louis, la plus noble et ancienne du monde, c'est notre gloire. Non de race nouvelle, d'un maître d'hôtel d'un Empereur, un petit Comte d'Habsbourg, il n'y a que trois cent ans, ou*

<sup>597</sup> “As passagens da escritura puxadas pelos cabelos não faltaram aos nossos Doutores venais. E tudo isso, diziam eles, porque o Bernês ou Rei da Navarra era herege”, *Advertissement salutaire aux Français*, 1594, p.4.

<sup>598</sup> “ei-lo Católico, Deus realizou os votos e pedidos dos bons, nosso desejo realizou-se pela bondade, graça e misericórdia desse grande Rei dos Reis, que tocou com sua poderosa mão o entendimento do nosso Rei, para dá-lo a nós e nos dar a ele. Ele é filho como nós da Igreja Católica, Apostólica e Romana, à qual se submeteu quanto ao Espiritual. Deus abriu e estendeu os braços a ele, como nunca rejeita o pecador convertido. Quando todos os homens fechariam a porta a ele, é em vão, posto que ele está dentro. Ele é Rei legítimo, o eleito e o ungido de Deus nesse cargo. Deus poderoso sobre os homens, quem se oporia à sua misericórdia, certamente mostra dessa forma o amor que tem por esse pobre Reino”, *ibid.*, pp.4-5.

<sup>599</sup> Referência aos *Seize*, grupo radical dentro da Liga, que foi em alguns momentos responsável pela administração de Paris (cf. Jouanna et al., *op.cit.*, pp.1297-1298).

<sup>600</sup> “O espanhol descrente, e a liga dos 16 tiranos faziam pregar impossível a sua conversão, os púlpitos dos pregadores retumbavam na mesma nota, como eram bem pagos para tal”, *Advertissement salutaire aux Français*, *op.cit.*, p.5.

*d'un Henri bâtard de Castille, établi Roi par Pierre de Bourbon qui déchassa de ce Royaume de Castille, Pierre le Cruel. Sa conversion a été faite en l'Église saint Denis en France, sur les tombeaux et comme en la face de ses majeurs, âmes généreuses, témoins de sa conversion, et cautions envers nous ayant laissé ce beau très-Chrétien, très puissant, et le plus noble Royaume de la terre, que l'étranger le nouveau Chrétien veut par nos mains impies, et par le poison semé des langues vénales perdre maintenant et dissiper*<sup>601</sup>.

A discussão sobre a sinceridade desta sexta<sup>602</sup> conversão de Henrique de Navarra é menos importante do que a percepção de que foi uma preocupação do rei revesti-la da mais plena sinceridade. Navarra pedia para ser instruído, admitia que poderia estar errado na sua opção confessional e assegurava que, se a Verdade se apresentasse, ele não teria pudor nem medo de abraçá-la. A afirmação da necessidade de instrução – além de poder ser a expressão de um sentimento genuíno – é um reflexo da sua preocupação em controlar as opiniões sobre a conversão: uma abjuração imediata poderia parecer oportunismo, mas a mesma decisão tomada depois de ampla discussão e profunda reflexão era justificável, e poderia, inclusive, ser vista como um ato da Providência.

Nos poucos meses entre o anúncio da instrução de Navarra e a conversão de fato, a Liga continuou a pressionar os estados gerais para que eles elessem um novo rei. Após a abjuração, no entanto, o aumento significativo dos aliados de Navarra torna nula a autoridade dos deputados quanto a essa questão. A força da Liga começa a ceder.

Em janeiro de 1594, o governador de Meaux entrega a cidade a Navarra. No mesmo mês, o parlamento de Aix o reconhece como rei. Em fevereiro, seu exército entra em Lyon. No fim do mês, Navarra é sagrado em Chartres. No dia

<sup>601</sup> “Nosso Rei (verdadeiro francês) é do mesmo tronco e raça desse bom são Luís, a mais nobre e antiga no mundo, é nossa glória. Não de raça nova, de um *maître d'hotel* de um imperador, um pequeno conde de Habsburgo, há apenas 300 anos, ou de um Henrique bastardo de Castela, feito Rei por Pedro de Bourbon que expulsou desse Reino de Castela Pedro o Cruel. Sua conversão foi feita na Igreja Saint Denis na França, sobre os túmulos e como que frente aos seus maiores, almas generosas, testemunhos da sua conversão, e garantia para nós tendo deixado esse belo mui-Cristão, muito poderoso, e o mais nobre Reino da terra, que o estrangeiro o novo Cristão quer pelas nossas mãos ímpias, e pelo veneno semeado pelas línguas venais perder agora e dissipar”, *ibid.*, pp.5-6.

<sup>602</sup> Henrique de Navarra havia sido batizado católico, mas desde cedo recebera uma educação calvinista sob a orientação de sua mãe, a rainha da Navarra Jeanne d'Albret (que abjurara publicamente o catolicismo no Natal de 1560). Quando o pai, Antoine de Bourbon, torna-se lugar-tenente geral do reino, em 1561, Navarra está vivendo em Paris, e, no ano seguinte, passa a ser educado, com os filhos de Henrique II e Catarina de Médici, na religião católica. Alguns anos depois da morte do pai, em 1562, Jeanne d'Albret recupera a guarda do filho e, por volta de 1567, ele é novamente protestante. Após a Noite de São Bartolomeu, o novo rei da Navarra (a rainha havia morrido no mesmo ano de 1572, pouco antes do casamento de Henrique e Margarida de Valois) é obrigado a abjurar, mas se converte mais uma vez depois de fugir da corte, em 1576. A conversão de 1593 será portanto a sexta, e última.

22 de março, Paris abre as portas a Henrique IV. Segundo Robert Descimon, “*la conversion du 25 juillet 1593 ouvrit à Henri IV le coeur des Parisiens*”<sup>603</sup>, que haviam resistido a dois cercos durante a oitava guerra de religião. O primeiro, ainda em 1589, havia reunido Henrique III e Navarra. Após o assassinato do rei, em 8 de agosto Henrique IV suspendera o cerco e deixara Saint-Cloud. No ano seguinte, a cidade foi novamente sitiada, entre o início de maio e o final de agosto de 1590, meses em que a fome e as doenças devastaram a população da cidade. De acordo com Jean Hippolyte Mariéjol, no início do cerco havia em Paris cerca de 100 mil pessoas; em agosto, a fome havia matado 13 mil, e outras 30 mil pessoas haviam perecido, ou pereceriam ainda, por causa das infecções decorrentes das condições insalubres na cidade<sup>604</sup>. Como resultado do mal-sucedido cerco, quase metade da população que estava na capital, 43% dela, estava morta. Quando Henrique IV finalmente conquista a cidade, não é preciso cerco nem sangue: na madrugada de 22 de março, o governador da capital, Charles de Cossé-Brissac, abre uma das portas de Paris às forças reais. Às 6h da manhã, quando o rei entra na cidade, nenhuma resistência é oferecida a ele<sup>605</sup>. A entrada solene do rei na sua capital acontecerá em 15 de setembro de 1594.

Depois da capital, caem Rouen, Le Havre, Harfleur, Montivilliers, Pont-Audemer, Verneuil, Troyes e outras cidades. No outono, Charles de Guise, filho do duque de Guise assassinado em dezembro de 1588 por Henrique III, alia-se ao rei.

Em 17 de janeiro de 1595, Henrique IV declara guerra à Espanha. Como o almirante Gaspard de Coligny em 1572, o rei esperava reunir os franceses em uma guerra contra um inimigo exterior, e assim fortalecer a conciliação interna de católicos e protestantes sob a sua liderança. Conselho semelhante dava Jean Bodin nos seus *Six livres de la République*:

*Le plus beau moyen de conserver un état et le garantir de rébellions, séditions et guerres civiles, et d'entretenir les sujets en bonne amitié, est d'avoir un ennemi, auquel on puisse faire tête* <sup>606</sup>.

<sup>603</sup> “a conversão de 25 de julho de 1593 abriu a Henrique IV o coração dos parisienses”, Descimon, 1990, p.30.

<sup>604</sup> Mariéjol, op.cit., pp.352-355.

<sup>605</sup> Jouanna, op.cit., p.388.

<sup>606</sup> “O mais belo meio de conservar um estado e protegê-lo de rebeliões, sedições e guerras civis, e de manter os súditos em boa amizade, é ter um inimigo, ao qual se possa fazer frente”, Bodin, 1993, V, V, p.463.

Em junho, Henrique IV vence em Fontaine-Française as forças de Mayenne e da Espanha juntas. O duque, assim como o sobrinho Guise antes dele, é perdoado pelo rei e transforma-se em um novo aliado. O édito assinado com Henrique IV no início do ano seguinte, em janeiro de 1596, garante-lhe boas vantagens, como em 1594 o acordo com o duque de Guise: Mayenne recebe três cidades como *places de sûreté* durante seis anos (Chalon, Seurre e Soissons) e a soma de pouco mais de três milhões e quinhentas mil libras. As vitórias conquistadas pelos exércitos de Henrique IV, somadas aos perdões distribuídos e às negociações deveras favoráveis aos seus antigos adversários, resultaram no fim da resistência da Liga. De acordo com as memórias de Sully, o rei teria gastado cerca de 32 milhões de libras para conquistar os chefes *ligueurs*, tendo mais uma vez atitude próxima daquela recomendada por Bodin, que ensinava que “*les plus avisés estiment que, de tels ennemis, il en faut faire de bons amis ou les tuer du tout*”<sup>607</sup>. Louis Dorléans, autor *ligueur* da *Apologie ou Defence des catholiques unis les uns avec les autres, contre les impostures des catholiques associez à ceux de la pretendüe Religion* (1586), louvará, em 1603, o esforço de pacificação feito por Henrique IV, demonstrado pelo seu empenho em esquecer e superar antigas inimizades: “*Si le roi n’eût pardonné, à qui eût-il commandé, car toute la France était contre lui, et à présent, elle est glorieusement à lui*”<sup>608</sup>, afirmará Dorléans.

Na primavera de 1596, resta contra Henrique IV apenas o duque de Mercoeur, na Bretanha, que resiste com o reforço dos mais de mil soldados enviados por Felipe II. A luta contra ele durará até o início de 1598. Em dezembro de 1597, os estados provinciais declaram oficialmente apoio ao rei e apelam a ele contra Mercoeur e as forças espanholas. Em fevereiro seguinte, o duque é obrigado a capitular após a queda de Dinan. Segundo Bernard Cottret, “*le chef ligueur n’était plus qu’un oiseau désamparé qui ne peut plus voler*”<sup>609</sup>.

Em 30 de abril, é assinado em Nantes o novo édito de pacificação. Em 2 de maio de 1598, é a vez de Felipe II assinar um tratado de paz com Henrique IV, nos moldes daquele feito em 1559 em Cateau-Cambrésis. O fim de ambas as

<sup>607</sup> “os mais ilustrados estimam que, de tais inimigos, é preciso fazer bons amigos ou matá-los todos”, id., *ibid.*, IV, I, p.339. Os inimigos a que Bodin faz referência nessa passagem não eram os seus contemporâneos, mas os inimigos da república romana.

<sup>608</sup> “Se o rei não tivesse perdoado, a quem teria ele comandado, pois toda a França estava contra ele, e agora, ela é gloriosamente dele”, Louis Dorléans, carta de 18 de abril de 1603, citada por Cottret, *op.cit.*, p.131.

<sup>609</sup> “o chefe *ligueur* era apenas um passarinho desamparado que não pode mais voar”, Cottret, *op.cit.*, p.123.

guerras, a interna e a exterior, não significou no entanto que a luta pela pacificação do reino estivesse terminada. As sete tentativas, representadas pelos sete édito promulgados por Carlos IX e Henrique III, haviam resultado em novas guerras, e não em paz. A dificuldade no registro do édito de Nantes poderia indicar que também ele falharia em construir a paz. De fato, a aplicação do édito não foi simples, nem os seus efeitos, imediatos. No Natal de 1598, que Henrique IV escolhe, simbolicamente, passar em Paris, ecos da Liga ainda ressoam, e, segundo Cottret, “*pendant l’hiver (...) les prédicateurs se laissent à nouveau aller à des excès de chaire dont retentissent les églises parisiennes*”<sup>610</sup>.

Quanto ao édito, foi necessário pressionar os parlamentos para que as suas cláusulas fossem registradas. Ao parlamento de Paris, Henrique IV faz uma visita em 7 de janeiro de 1599. Do seu discurso, emanam sobretudo a autoridade do rei e a sua intenção de restaurar a paz:

*Ce que j’ai à vous dire est que je vous prie de vérifier l’Édit que j’ai accordé à ceux de la Religion. Ce que j’en ai fait est pour le bien de la paix. Je l’ai faite au dehors, je la veux au dedans. Vous me devez obéir, quand il n’y aurait autre considération que de ma qualité et de l’obligation que m’ont tous mes sujets, et particulièrement vous tous de mon Parlement*<sup>611</sup>.

Henrique IV tem suficiente autoridade, ao contrário de Carlos IX e Henrique III, para fazer respeitar sua vontade de rei, e o édito é feito lei<sup>612</sup>. Essa autoridade, os *politiques* ajudaram a construí-la, elaborando nas suas publicações um processo de sacralização pessoal do rei. Afirmações da intervenção divina favorecendo Navarra nos campos de batalha – onde ele era apoiado “*par une guide et escorte divine, et par un vent en poupe de la fortune, qui érige trophée sur trophée, et continue victoires à d’autres victoires*”<sup>613</sup> –, longos elogios sobre as suas muitas

<sup>610</sup> “durante o inverno (...) os pregadores deixam-se ir novamente a excessos de púlpito com os quais retumbam as igrejas parisienses”, id., ibid., pp.208-209.

<sup>611</sup> “O que tenho a vos dizer é que eu rogo a vocês que registrem o Édito que concedi aos da Religião. O que fiz é pelo bem da paz. Eu a fiz no exterior, eu a quero no interior. Deveis obedecer-me, quando não houvesse outra consideração além da minha qualidade e da obrigação que tem em relação a mim todos os meus súditos, e particularmente vós todos do meu Parlamento”, l’Estoile, 1982, pp.164-165.

<sup>612</sup> Em 25 de fevereiro de 1599, o parlamento de Paris registra o édito. Outros parlamentos ainda resistirão até o ano seguinte, ou por até 10 anos: Grenoble fez o registro em 27 de setembro de 1599, Dijon em 12 de janeiro de 1600, Toulouse e Bordeaux respectivamente nos dias 19 e 27 do mesmo mês, Aix em 11 de agosto, Rennes no dia 23 e, finalmente, Rouen, no dia 5 de agosto de 1609.

<sup>613</sup> “por um guia e escolta divina, e por um vento em popa da fortuna que erige troféu sobre troféu, e segue vitórias à outras vitórias”, *Advis d’un Francois à la Noblesse catholique de France...*, op.cit., p.8. O providencialismo criado em torno de Navarra não significava por certo que alguma

virtudes – que garantiam que “*le nom d’Auguste ou conquérant peut aussi bien être donné à notre Roi*”<sup>614</sup> – coabitavam, nos textos *politiques*, com a afirmação da importância do seu propósito, da necessidade da paz e da capacidade única do novo rei de restaurá-la, por que ele, como nenhum outro antes, conhecia a sua função: “*il a le bien de son peuple en trop grande recommandation, la sûreté de son Etat trop chère*”<sup>615</sup>.

Para o autor do *Advis d’un François à la Noblesse catholique de France*, das batalhas, Navarra às vezes saía vencedor simplesmente porque seus inimigos “*voyaient leur entreprise impossible par la seule vertu du Prince, à qui ils avaient affaire*”<sup>616</sup>. Segundo o autor, Pasquier ou Duplessis-Mornay,

*Admirable est la vertu, innommable le courage de ce grand guerrier invincible, invaincu, qui rend vraisemblables les prouesses de ces anciens Princes et Capitaines, dont les Histoires sont honorées, que jusqu’à présent nous avons estimé impossibles, saintes et accrues par la plume des Historiens*<sup>617</sup>.

Mas, continua o *Advis*,

*ses vertus ne sont pas seulement guerrières, (...) car il a pareillement les autres vertus qu’un grand Roi, pour l’ornement de la paix, doit avoir. Son naturel est reconnu aimer la justice, le soulagement du peuple, et ce qui en l’un et l’autre est grandement recommandable est Prince de foi et très-religieux observateur de sa parole*<sup>618</sup>.

Publicado no mesmo ano do *Advis*, o *Anagramme de Henry de Bourbon* (1590), este assinado por Pasquier, reiterava os elogios feitos naquela publicação e explicava à França que, com a chegada de Henrique de Navarra, acabara-se a guerra, chegara a paz:

*France, dont le navire a si longtemps été  
Sur la mer de Malheur par l’orage battue,  
Et dont les tourbillons de la vague tortue*

---

igreja, católica ou protestante, passaria a deter o monopólio da divinização do rei – tal consequência seria, teoricamente, a reiteração da obrigação do rei para com a igreja.

<sup>614</sup> “o nome de Augusto ou conquistador pode igualmente ser dado ao nosso Rei”, *ibid.*, p.7.

<sup>615</sup> “ele tem o bem do seu povo em muito alta recomendação, a segurança do seu Estado muito cara”, *ibid.*, p.61.

<sup>616</sup> “viam sua empresa impossível unicamente pela virtude do Príncipe com quem lidavam”, *ibid.*, p.145.

<sup>617</sup> “Admirável é a virtude, indescritível a coragem desse grande guerreiro invencível, invicto, que torna verossímeis as proezas desses antigos Príncipes e Capitães, cujas Histórias são honradas, que até o presente estimávamos impossíveis, santas e aumentadas pelas penas dos Historiadores”, *ibid.*, pp.5-6.

<sup>618</sup> “suas virtudes não são apenas guerreiras, (...) pois ele tem igualmente as outras virtudes que um grande Rei, para o ornamento da paz, deve ter. Sua natureza é sabido amar a justiça, o alívio do povo, e o que em um e outro é recomendável é Príncipe de fé e mui-religioso observador da sua palavra”, *ibid.*, p.39.

*Ont brisé tout le dos, çà et là tempêté.  
 Courage, vois l'Ardant sur ton mâât arrêté,  
 La saint-Herme est venu, qui de clarté pointue  
 En bref te fera voir la tourmente abattue,  
 Et l'Hiver de tes maux s'échanger en Été.  
 C'est le Royal flambeau de la gloire Bourbonne,  
 Illustrant de ses rais la Française couronne :  
 Heur espéré des bons, des mutins grand effroi.  
 C'est Henry de Bourbon, donne-paix,  
 chasse-guerre,  
 À l'arrivée duquel, crois France, que ta terre  
 A de bon roy bon heur, et de bon heur  
 bon roy<sup>619</sup>.*

Depois da proclamação do édito de Nantes, a glorificação do rei se fortaleceu com as suas conquistas, com a guerra já vencida, contra a Liga e contra a Espanha, com a paz anunciada e regulamentada pelo édito. O autor anônimo do *De la Concorde de l'Estat* (1599) exaltava ao mesmo tempo Henrique IV e a paz, que considerava obra sua:

*Voici, il nous est né un Prince, grand Architecte et brave conducteur de notre concorde : jetons la vue sur ses yeux : contemplons ses affections, observons ses intentions, et ne gâtons point un si bel ouvrage de notre Paix entrepris par ce Monarque, avec tant de peines et de travaux, Monarque, qui par la force de ses armes et par sa patience a consolidé toutes les plaies de cet État, Monarque qui nourrit en sont sein deux grandes vertus, la vaillance et la clémence, et de ses deux mamelles allaite et alimente cet État. L'une pour vaincre, l'autre pour pardonner. L'une pour se faire craindre et redouter de ses ennemis : l'autre pour se faire aimer de ses sujets<sup>620</sup>.*

A vitória de Navarra era fruto das suas virtudes e das suas intenções, conquistada pela força e pela paciência, por um duplo trabalho realizado nos campos de batalha e nas consciências francesas, preparadas, com o tempo, para aceitarem a sua paz. Para os *politiques*, a vitória permitia a instituição da tolerância civil também porque, pelas suas virtudes e pelas suas intenções, o rei mostrava ser *o escolhido*. Havia uma benção, uma unção a pairar sobre Henrique de Navarra, e ela havia sido recebida por ele como uma dádiva pessoal, dada diretamente por Deus, sem que fosse preciso passar pelo intermédio de nenhuma

<sup>619</sup> Pasquier, 1590, p.3.

<sup>620</sup> “Eis, nasceu-nos um Príncipe, grande Arquitecto e bravo condutor da nossa concórdia: deitamos a vista sobre os seus olhos: contemplemos suas afeições, observemos suas intenções, e não estraguemos uma tão bela obra da nossa Paz realizada por esse Monarca, com tanta pena e trabalho, Monarca, que pela força das suas armas e pela sua paciência, consolidou todas as feridas deste Estado, Monarca que alimenta em seu seio duas grandes virtudes, a valentia e a clemência, e das suas duas mamas amamenta e alimente este Estado. Uma para vencer, a outra para perdoar. Uma para se fazer temer e recear pelos seus inimigos: a outra para se fazer amar pelos seus súditos”, *De la Concorde de l'Estat...*, op.cit., pp.89-90.



instituição<sup>621</sup>. Para o autor do *Advis*, as vitórias acumuladas por Navarra, mesmo em momentos de maior adversidade, “*montrent une singulière faveur de la fortune conduite par la main de Dieu, qui a perpétuellement accompagné ce Prince et lui aide à manier ses affaires*”<sup>622</sup>. Como no longo trecho já citado do *Restaurateur de L’Etat François*, a razão e o Espírito de Deus guiavam os passos do soberano, garantindo-lhe uma capacidade superior ao comum dos homens, uma inteligência e uma grandeza sobre-humanas<sup>623</sup>.

A mitificação pessoal de Henrique IV não o afastava no entanto dos homens, nem das suas necessidades: atender a elas, que tomavam forma no bem-comum, era o objetivo para o qual o rei havia sido ungido<sup>624</sup>. Com o objetivo de

<sup>621</sup> Pode-se reconhecer nessa idéia a premissa protestante de que a relação entre o homem e Deus não precisa da intermediação da igreja, pois todo fiel é um pastor. Em termos históricos, igualmente, não se pode deixar de pensar que a monarquia absoluta de direito divino possa ter aí um primeiro desenvolvimento teórico.

<sup>622</sup> “mostram um singular favor da fortuna conduzida pela mão de Deus, que acompanhou perpetuamente esse Príncipe e o ajuda a manejar seus negócios”, *Advis d’un François à la Noblesse catholique de France...*, op.cit, p.7.

<sup>623</sup> *Le Restaurateur de l’Etat François*, op.cit., pp. 277-282, transcrito nas páginas 203-204 desta tese.

<sup>624</sup> A mitificação de Henrique IV, *Henri le Grand*, não cessou após o seu reinado. O assassinato do rei, em 1610, foi profundamente lamentado pela população francesa, que via nele um herói, ao mesmo tempo que um pai. A historiografia francesa nos séculos XVII, XVIII e XIX, e especialmente aquela produzida pelo Iluminismo, criou para Henrique IV a imagem de um monarca superior aos demais, em bondade e competência, e do pacificador de uma guerra sem fim. Para Tallement des Réaux, “*on n’a jamais vu prince plus humain ni qui aimât plus son peuple*” (“nunca se viu príncipe mais humano nem que tenha amado mais seu povo”, apud Desprat & Thibau, 2001, p.116). Em 1728, Voltaire abre a sua *Henriade* (uma primeira edição, incompleta, data de 1723) declarando: “*Je chante ce Héros, qui régna dans la France./ Et par droit de conquête, et par droit de naissance./ Qui par de long travaux apprit à gouverner./ Qui formidable et doux, sut vaincre et pardonner./ Confondit et Mayenne, et la Ligue, et l’Ibère./ Et fut de ses sujets le vainqueur et le père*” (“Eu canto esse Herói, que reinou na França./ Tanto por direito de conquista, quanto por direito de nascimento./ Que por longos trabalhos aprendeu a governar./ Que formidável e doce, soube vencer e perdoar./ Confundi tanto Mayenne, quanto a Liga e o Ibero./ E foi dos seus súditos o vencedor e o pai”, Voltaire, 1728, p.1). Michelet, na sua monumental *Histoire de la France*, publicada entre 1833 e 1846, afirma que “*Après qu’il eut conquis son royaume, toute l’Europe sentait une chose, c’est qu’il n’y avait qu’un roi et c’était le roi de France. Le voeu de tous nos voisins eut été d’être conquis. Les Flamands écrivaient aux nôtres : « Ah ! si nous étions Français » (...) Est-ce à dire que la voix publique a tort de vanter ce règne? La légende est-elle vaine? Non, le peuple a eu raison de consacrer la mémoire du roi singulier, unique, qui fit désirer à tous d’être Français*” (“Depois de ele ter conquistado seu reino, toda a Europa sentia uma coisa, que havia apenas um rei e era o rei da França. Os desejos de todos os nossos vizinhos foi de serem conquistados. Os flamengos escreviam aos nossos: “Ah! Se nós fôssemos franceses”(…) Deve-se dizer que a voz pública está errada em elogiar esse reino? A legenda será ela vã? Não, o povo teve razão de consagrar a memória do rei singular, único, que fez todos desejarem ser franceses”, apud Desprat & Thibau, op.cit., p.119). Em 1844, Alexandre Dumas trata o ainda jovem Navarra como a luz em meio à escuridão de tempos sombrios. Segundo Eliane Viennot, em *Rainha Margot “Le Bourbon annonce de temps nouveaux, celui où la raison, l’intelligence, la tolérance, prendront le pas sur la passion, l’aveuglement, le goût du sang et de la haine*” (“O Bourbon anuncia tempos novos, em que a razão, a inteligência, a tolerância tomarão o passo à paixão, à cegueira, ao gosto do sangue e do ódio”, Viennot, 1994, p.630). E ainda em 1935, Heinrich Mann, em seu *A juventude do rei Henrique IV*, discorre, segundo Georg Lukács, “a

realizarem a sua proposta de tolerância, os *politiques* fizeram de Henrique IV uma espécie de grande guia para a França atribuindo ao rei, responsável pela construção e aplicação do novo édito de pacificação, marcas que confirmavam, por causa da sua unção pessoal, a veracidade e a validade do seu objetivo e do instrumento que conduzia a ele – e se, diz o autor do *De la Concorde de l'Estat*, os seus contemporâneos não soubessem ainda reconhecer a grandeza de Henrique IV, a posteridade – que, na França, só existirá por causa do rei e da sua paz – saberá dar graças e reconhecer o seu valor:

*C'est donc (ô Prince magnanime) par l'observation de vos Édits de Pacification, plus que de nuls autres, qu'il vous faut maintenant affermir la concorde de cet État, C'est par leur moyen qu'il faut effacer les couleurs, les ombrages, les prétextes de nos rébellions, empruntées sous le titre de Religion, C'est par leur autorité qu'il vous fait retenir la créance sur les uns, et sur les autres vos sujets : Et quoique le peuple de ce siècle trop aveuglé en ses passions n'en puisse juger les effets, et trop ingrat n'en puisse reconnaître les bienfaits : la postérité seule rendra témoignage de vos actions, et comblera de louanges vos vertus : Postérité qui se ressentira encore de la bonne odeur de vos lys, de l'heureuse réconciliation de vos sujets, et de la prudente conduite de cet État*<sup>625</sup>.

Segundo Arlette Jouanna, a proposta *politique*, que consideramos exposta na passagem acima, baseava-se ao mesmo tempo na personalidade de Henrique IV e no desenvolvimento da idéia da necessidade urgente do reino que, à medida que as guerras prosseguiam, tornava mais visíveis os resultados e o caos que derivavam dos conflitos movidos por interesses alheios ao bem comum. Para Jouanna,

*Le roi a une personnalité suffisamment forte et charismatique (à la différence de celle de Henri III) pour servir de support crédible à cette mythification de l'image royale ; il a surtout la chance d'arriver à un moment où l'excès des misères publiques a rendu irrépressible cette attente passionnée et mystique d'un ordre échappant aux passions humaines*<sup>626</sup>.

---

respeito de uma humanidade real e vitoriosa – manifesta em Henrique IV” (Lukács, 1993), que era, como para Dumas, o contraponto das trevas representadas pelo avanço do regime nazista.

<sup>625</sup> “É portanto (ó Príncipe magnânimo) pela observação de vossos Éditos de Pacificação, mais do que de nenhum outro, que deveis agora fortalecer a concórdia deste Estado, É por meio deles que as cores, as desconfianças, os pretextos das nossas rebeliões, disfarças sob o título de Religião, devem ser apagadas, É pela sua autoridade que deveis reter a crença em uns, e nos outros vossos súditos: E mesmo que o povo deste século, cego demais nas suas paixões não possa julgar os efeitos, e ingrato demais não possa reconhecer seus benefícios: a posteridade unicamente dará testemunho das suas ações, e cobrirá de elogios vossas virtudes: Posteridade que sentirá ainda o bom odor dos nossos lírios, da feliz reconciliação de vossos súditos, e da prudente condução deste Estado”, *De la Concorde de l'Estat...*, op.cit., pp.92-93.

<sup>626</sup> “O rei tem uma personalidade suficientemente forte e carismática (ao contrário da de Henrique III) para servir de apoio credível a essa mitificação da imagem real; ele tem sobretudo a sorte de chegar em um momento em que o excesso das misérias públicas tornou irreprimível esta espera apaixonada e mística por uma ordem que escapasse às paixões humanas”, Jouanna, op.cit., p.392.

Mas a vontade do rei não foi a única razão para a pacificação do reino, muito embora ela tenha estado sempre presente, liderando o processo. O que tornou o édito de Nantes viável foi o fato de as condições envolvendo-o serem distintas daquelas em que os tratados anteriores haviam sido elaborados e assinados. Diferentemente deles, o édito promulgado após a oitava guerra de religião foi o resultado de longos anos de discussões entre católicos, protestantes e os representantes do rei, e a possibilidade da sua aplicação foi fruto da aceitação da idéia de que a única forma de dar fim aos conflitos era impedir que a coexistência de católicos e protestantes fosse motivo de guerra, era, em outras palavras, desvincular a diferença na religião da oposição na república.

Durante os nove anos da última guerra de religião, a contar do assassinato de Henrique III, a reconquista do reino frente às resistências da Liga foi acompanhada de negociações para o estabelecimento de uma nova paz, e a elaboração de um novo édito de pacificação<sup>627</sup>. As conversas com a Liga iniciam-se em 1590, quando Philippe Duplessis-Mornay, representando o rei, e o senhor de Villeroy, Nicolas de Neufville, principal conselheiro do duque de Mayenne, encontram-se em Soindres, nas proximidades de Mantes<sup>628</sup>, em 26 de março. Ambos consideram imprescindível pôr fim aos conflitos, sendo a melhor opção para tal a reconciliação entre o rei e Mayenne. Villeroy, no entanto, exige a conversão, e Mornay pode apenas lhe oferecer a afirmação do desejo de paz que move o rei, já que ele, Mornay, era (como continuou sendo nos anos seguintes, inclusive após a abjuração) “*radicalement hostile à toute idée de conversion*”<sup>629</sup>. Um novo encontro, em que Mornay é acompanhado por dois outros conselheiros de Henrique IV, o católico marechal de Biron e o protestante visconde de Turenne, acontece em outubro de 1590. No mês seguinte, Mornay e Biron voltam a se reunir com Villeroy, e em 1591 as conversas continuam entre Biron e o enviado de Mayenne. Sem obterem resultado, as negociações são suspensas e retomadas em março e abril de 1592, quando a questão da religião do rei é mais profundamente debatida por Mornay e Villeroy. O católico apresenta ao protestante um “*expédient*”, elaborado pelos conselheiros de Mayenne, segundo o

---

<sup>627</sup> Poton, 2006, p.104.

<sup>628</sup> Para a descrição das entrevistas entre os representantes de Henrique IV e o senhor de Villeroy ver Daussy, 2002, pp.446-448.

<sup>629</sup> “radicalmente hostil a qualquer idéia de conversão”, id., ibid., p.447.

qual o rei deveria se comprometer a, depois de receber a instrução anunciada em 4 de agosto de 1589, converter-se. Mornay, desconfortável com a obrigação de firmar um acordo que significaria uma ameaça à permanência de Henrique IV na religião reformada, argumenta que o rei não pode, antes da sua instrução, assegurar uma abjuração do protestantismo, pois esta atitude “*sentirait plutôt son athéiste que son catholique*”, e sugeriria

*qu'il ne faisait aucune différence entre aller à la messe du soir au lendemain sans instruction, et le promettre dès à présent après icelle, ne sachant encore quel effet elle ferait en sa conscience*<sup>630</sup>.

Villeroy cede, e o texto do *expédient* apresentado ao rei e aceito por ele pede apenas que Henrique IV siga a sua instrução *com a intenção de se converter* depois de ela concluída. Junto com o *expédient*, no entanto, uma série de outros artigos não é bem recebida, pois, segundo Hugues Daussy, eles feririam a autoridade soberana do rei<sup>631</sup>. Uma nova proposta é feita por Mornay, mas os encontros entre os representantes dos dois lados tornam-se esparsos, enquanto os confrontos armados entre os exércitos de Mayenne e Henrique IV multiplicam-se. Para a submissão de Mayenne, mais importantes do que as negociações iniciadas em 1590 são a vitória de Henrique IV em Fontaine-Française, em junho de 1595, e o perdão e as condições financeiramente favoráveis propostas pelo rei no acordo assinado em janeiro de 1596. Com a maioria dos demais líderes da Santa União não será diferente, e a paz será definida pela vitória de Henrique IV nos campos de batalha e pelas somas, privilégios e perdões – que significavam a reintegração entre a nobreza francesa – oferecidos pelo rei.

Do lado protestante, outras guerras de religião haviam sido entremeadas de conversações entre deputados protestantes e o rei – como a segunda (1567-1568) e a quinta (1574-1576), cujos relatos foram publicados respectivamente com os títulos de *Memoires des choses advenues sur le Traicté de la Pacification des Troubles qui sont en France* (1568) e *Negotiation de la Paix, es mois d'Auril et May 1575* (1576) –, mas a maioria foi pouco produtiva por não ser regida por uma lógica de negociação: a sua dinâmica consistia em os protestantes proporem

<sup>630</sup> “antes cheiraria ao seu ateu do que ao seu católico”, “que ele não fazia nenhuma distinção entre ir à missa da noite ao dia seguinte sem instrução, e prometé-lo desde agora para depois dela, não sabendo ainda qual efeito ela faria na sua consciência”, Villeroy, *Apologie et discours de M. de Villeroy...* apud Daussy, 2002, pp.454-455.

<sup>631</sup> Daussy, 2002, p.457.

artigos para um tratado de paz e o rei aceitá-los ou não. Como muitos dos pontos apresentados pelos protestantes transgrediam a autoridade soberana do monarca – e a preservação dessa autoridade havia sido uma preocupação fundamental de Carlos IX e Henrique III – o rei não poderia acatá-los como artigos válidos para um édito real. As negociações de que resultou o édito de Nantes tiveram uma organização diferente.

Uma série de assembléias, a partir de 1593, reuniam as demandas protestantes, que eram em seguida apresentadas a Henrique IV, repetindo o processo de composição dos *cahiers* entregues aos reis franceses durante os estados gerais. Participando dessas reuniões, os representantes de Navarra levavam aos deputados protestantes as propostas do rei, e formulavam em conjunto com eles os artigos que seriam enviados de volta para a avaliação de Henrique IV e dos seus conselheiros. A primeira assembléia reúne-se entre novembro de 1593 e janeiro do ano seguinte, em Mantes, a convite do rei. Outras seis seguem-se a ela: entre 18 e 31 de julho de 1594 em Sainte-Foy; entre 24 de fevereiro e 20 de março de 1595 em Saumur; e, entre abril de 1596 e junho de 1598, em Loudun, Vendôme, novamente em Saumur, e, finalmente, em Châtellerault<sup>632</sup>. Os cadernos com as demandas enumeradas são levados ao rei depois de cada assembléia pelos comissários da Coroa presentes às discussões: Mornay, Gaspard de Schomberg e Jacques-Auguste de Thou são alguns dos representantes escolhidos por Henrique IV. O rei e seu conselho transmitem então às assembléias, por meio dos mesmos comissários ou dos protestantes que os haviam acompanhado à corte, sua posição sobre os artigos, e alguma nova instrução ou decisão recente sobre as questões debatidas<sup>633</sup>.

Nessas reuniões, a construção de um acordo com os protestantes foi intrincada, sobretudo após a conversão de Henrique IV, pois seus antigos companheiros reformados começaram a temer a volta da repressão ao culto. A aliança, a confiança que havia levado as assembléias protestantes a escolherem o rei da Navarra como seu Protetor, em 1576, tornava-se frágil. Em 1590, os protestantes ainda reconheciam nele um líder messiânico, que os conduziria

<sup>632</sup> cf. Daussy, 1998, p.207 nota 1. A partir da reunião de Loudun, as assembléias tornam-se permanentes, mudando de lugar mas sem se desfazerem, estabelecendo-se, além de Loudun (abril-outubro de 1596), em Vendôme (novembro 1596-fevereiro 1597), em Saumur (março-maio de 1597), e em Châtellerault (junho 1597-junho 1598).

<sup>633</sup> cf. Garrisson, 1997, pp.11-13.

inexoravelmente à vitória final, na guerra das armas e na da religião. Uma publicação anônima, atribuída por Denis Crouzet aos aliados protestantes de Henrique IV, dava conta nesse ano, após a batalha de Arques, da assistência divina de que gozava o novo rei. Para reforçar o valor e o destino de Navarra, o autor o compara a Moisés, que conduziu seu povo pelo deserto até a Terra Prometida:

*Et qui douterait de l'assistance de Dieu, puisqu'il nous l'a confirmée par des signes si authentiques, par la nuée et le feu, qui conduisaient anciennement le peuple élu dans le désert ?*<sup>634</sup>

Porém, em março de 1597, no momento em que os exércitos reais enfrentavam os *ligueurs* e espanhóis em Amiens, dos senhores protestantes chamados por Henrique IV para retomarem com ele a cidade alguns se recusaram a obedecer ao rei, e não se apresentaram para lutar. Em assembléia, declararam:

*Nous ne pouvons faire service à votre majesté si nous ne sommes, si nous ne subsistons. Or nous ne pouvons ni être, ni subsister si nous demeurons astreints aux dures conditions qu'on nous veut faire recevoir*<sup>635</sup>.

Coube a Philippe Duplessis-Mornay a negociação com os protestantes. A forma de aplacar a revolta crescente entre eles foi a proposta de elaboração de um novo édito regulamentando o culto no reino. De grande influência entre os protestantes, protestante ele mesmo<sup>636</sup>, Mornay era, para Hugues Daussy, a melhor escolha de Henrique IV para tratar com os protestantes.

*Idéalement placé, géographiquement et politiquement, pour remplir un rôle d'intermédiaire, le gouverneur de Saumur s'engage avec détermination dans un combat où son action, guidée par une morale politique très bien définie, s'avérera décisive*<sup>637</sup>.

<sup>634</sup> “E quem duvidaria da ajuda de Deus, pois que ele no-la confirmou por sinais tão autênticos, pela névem e pelo fogo, que conduziam antigamente o povo escolhido no deserto”, *Discours de la divine Election du Tres-Chrestien Henry Roy de France. Confirmée par les merveilleux faicts que Dieu a montré en la persone et action de sa Majesté, auparavant et depuis son advenement à la Couronne, et de la ruine inevitable de ceux qui s'y opposent, notamment de la ville de Paris, Par G.R.N.*, 1590, pp.75-77 apud Crouzet, 1990, p.578.

<sup>635</sup> “Nós não podemos prestar serviço à sua majestade se nós não somos, si nós não subsistimos. Ora nós não podemos nem ser, nem subsistir, se continuarmos sujeitos às duras condições que nos querem fazer receber”, apud Poton, op.cit., p.143.

<sup>636</sup> Philippe Duplessis-Mornay era conhecido por seus contemporâneos como o papa dos huguenotes, cf. id., ibid e Michelet, 1982, p.792.

<sup>637</sup> “Idealmente localizado, geográfica e politicamente, para cumprir um papel de intermediário, o governador de Saumur se engaja com determinação em um combate onde sua ação, guiada por uma moral política muito bem definida, se mostrará decisiva”, na Daussy, 2002, p.515.

Desde 1576, Mornay trabalhava com Henrique IV para divulgar a idéia de que a necessidade urgente em que se encontrava o reino impunha ao rei a obrigação de restaurar a paz produzindo uma convivência pacífica entre católicos e protestantes. A Henrique III, Mornay havia defendido o deslocamento da discussão acerca da dissensão religiosa para o âmbito de um concílio nacional, em que os maiores chefes da Igreja galicana e da igreja huguenote decidiriam sobre a reunião dos franceses em uma só religião. Ao rei caberia convocar esse concílio, e não decidir sobre o fim da dualidade. Até que as instâncias próprias apresentassem sua decisão, ao rei caberia também produzir e manter a coexistência pacífica entre as duas confissões: “*Attendant ce bien de votre Majesté, supportons nous les uns les autres en douceur, laissons régner vos Édits de paix, laissons en repos les consciences*”<sup>638</sup>, pedia Mornay em 1586.

Durante os debates com católicos e protestantes, o conselheiro e amigo de Henrique IV procurou conduzir as posições diversas a este mesmo ponto comum: garantir a coexistência das duas religiões como forma de preservar o reino. Não foi uma tarefa fácil. A resistência protestante ao rei foi possivelmente o maior obstáculo para a conclusão do édito de Nantes. Os receios, o sentimento de que, depois de terem conduzido Navarra ao trono, haviam sido por ele abandonados, tornavam delicada a negociação.

Na *Déclaration* de 4 de agosto de 1589, logo após a morte de Henrique III, Navarra havia permitido o culto protestante apenas nos locais onde ele era celebrado naquela data:

*Il ne se fera aucun exercice d'autre religion que de ladite catholique, apostolique et romaine qu'aux villes et lieux de notre royaume où elle se fait à présent, suivant les articles accordés au mois d'avril dernier entre le feu roi Henri III, de bonne mémoire, notre très honoré seigneur et frère et nous*<sup>639</sup>.

O acordo feito entre Henrique III e Navarra em 3 de abril de 1589 havia definido as condições que presidiriam à reunião dos dois reis: Navarra e seu exército deveriam lutar contra o duque de Mayenne, e as regiões conquistadas durante a campanha teriam que ser devolvidas ao rei, com a exceção de uma

<sup>638</sup> “Esperando esse bem de vossa Majestade, suportemo-nos uns aos outros em doçura, deixemos reinarem vossos Édits de paz, deixemos em repouso as consciências”, Mornay, 1586, p.27.

<sup>639</sup> “Não se fará nenhum exercício de outra religião a não ser da dita católica, apostólica e romana, a não ser nas cidades e lugares do nosso reino onde ela se faz atualmente, seguindo os artigos acordados no mês de abril último pelo falecido rei Henrique III, de boa memória, nosso muito honrado senhor e irmão”, Henri IV, 1829, pp.3-4.

cidade por senescalia ou bailia, que poderia ficar sob o domínio de Navarra e onde o culto protestante seria permitido<sup>640</sup>. Era menos do que havia concedido Henrique III no último édito de pacificação, de Fleix (que retomava as cláusulas de Poitiers), que determinava que o culto poderia ser realizado nas propriedades dos senhores *haut-justiciers* (ou que tivessem *fief de haubert*) e que os protestantes

*pourront être et demeurer sûrement par toutes les villes et lieux de ce Royaume, sans pouvoir être recherchés, ni inquiétés pour le fait de ladite religion, sous quelque couleur que ce soit, en se comportant au reste selon qu'il est ordonné par les articles susdits dudit Édít*<sup>641</sup>.

Foi apenas em julho de 1591 que Navarra, pelo édito de Mantes, aumentou a permissão ao culto protestante, recuperando o édito de Fleix. Para os protestantes, que haviam sido até então os companheiros de religião e de guerra do novo rei, e cujas vidas e propriedades tinham lhe servido de base e força, era ainda pouco. Tendo Navarra como rei, eles esperavam ver sua religião ampla e oficialmente reconhecida, o que significava que contavam ter garantida a liberdade de culto irrestrita. Mas, para Navarra, era preciso em primeiro lugar impor a sua autoridade de rei por todo o reino, o que significava vencer a resistência da Liga, vencer a guerra contra ela. O que os protestantes consideravam como seu direito, e esperavam como retribuição dos anos de apoio e serviços prestados a Henrique IV, para a Liga e os católicos intransigentes representava o favorecimento da heresia. Obrigado a negociar com os chefes *ligueurs* para pôr fim à guerra, o rei distribui entre eles perdão e dinheiro, e provoca nos protestantes o temor de que poderia vir, por necessidade, a se converter, e mesmo a se voltar contra eles: “*de quel sacrifice Henry IV paiera-t-il encore le ralliement des ligueurs? Seront-ils la victime expiatoire?*”<sup>642</sup>, conclui Janine Garrisson.

Em Mantes e depois em Sainte-Foy, em maio de 1594, surge entre os protestantes reunidos a idéia de eleger um novo Protetor, em substituição a Henrique IV. Ao final da primeira assembléia protestante, a de Mantes, um dos enviados do rei, e futuro chanceler, Pomponne de Bellièvre, havia deixado claro

<sup>640</sup> Esse mesmo acordo determinou que Saumur seria dada, como mostra da boa-vontade de Henrique III, aos protestantes, para ser governada por Mornay.

<sup>641</sup> “poderão estar e permanecer seguramente em todas as cidades e lugares deste Reino, sem poderem ser procurados, nem inquietados por causa da dita religião, sob a forma que seja, comportando-se de resto segundo é ordenado pelos artigos acima ditos do dito Édít”, Stegmann, *op.cit.*, p.193.

<sup>642</sup> “de que sacrifício Henrique IV pagará ainda a adesão dos *ligueur*? Serão eles as vítimas expiatórias?”, Garrisson, 1997, p.11.



aos deputados protestantes que as suas demandas não seriam todas concedidas posto “*qu’il fallait d’abord consolider le pouvoir d’Henri IV avant de songer à accéder aux demandes des protestants*”<sup>643</sup>. Como durante os reinados de Carlos IX e Henrique III, o de Henrique IV parecia que também geraria a necessidade, entre os protestantes, da nomeação de um defensor para protegê-los das decisões nocivas da Coroa.

Em 1595, a assembléia de Saumur decide promover a “*réunion des Églises du royaume avec celles des Pays-Bas par tous les moyens possibles*”<sup>644</sup>, e dois anos mais tarde o partido protestante recorre à rainha da Inglaterra e aos Países Baixos para que intervissem em seu favor junto ao rei. 1597 é também o ano em que alguns grandes senhores que participavam das assembléias protestantes decidem não responder ao chamado do rei para ajudá-lo no cerco de Amiens. Para Pierre Joxe, “*le danger de sécession n’a jamais été aussi grave*”<sup>645</sup>.

Nesse contexto de insatisfações mútuas, a função de Mornay era conseguir dos protestantes sua obediência ao rei, garantindo-lhes em troca pouco mais do que os éditos anteriores haviam concedido. Permaneceriam no édito de Nantes, entre outras, as determinações das pacificações anteriores sobre a hegemonia e o restabelecimento do catolicismo no reino, sobre as *places-de-sûreté*, as *chambres mi-parties*, a anulação dos atos judiciais contra os protestantes durante a guerra, o livre acesso destes a quaisquer cargos e ofícios, a liberdade de consciência, a liberdade de culto restrita aos lugares designados nos mesmo moldes dos éditos anteriores. As cláusulas do novo édito retomarão sobretudo as do de Poitiers, de 1577. Vários itens são integralmente reproduzidos no édito de Nantes, como o segundo artigo, que era também o segundo do de Poitiers. Nele o rei ordena que se esqueçam as causas das desavenças passadas e que vivam em paz os franceses:

*Défondons à tous nos sujets de quelque état et qualité qu’ils soient, d’en renouveler la mémoire, s’attaquer, ressentir, injurier, ni provoquer l’un l’autre par reproche de ce qui s’est passé pour quelque cause et prétexte que ce soit, en disputer, contester, quereller ni s’outrager ou offenser de fait ou de paroles ; mais se contenir et vivre paisiblement ensemble comme frères, amis et concitoyens, sur*

<sup>643</sup> “que era preciso primeiro consolidar o poder de Henrique IV, antes de sonhar conceder os pedidos dos protestantes”, apud Cottret, op.cit., p.422 nota 63.

<sup>644</sup> “reunão das Igrejas do reino com aquelas dos Países Baixos por todos os meios possíveis”, Joxe, 1998, p.133.

<sup>645</sup> “o perigo de secessão nunca foi tão grave”, id., ibid., p.133.

*peine aux contrevenants d'être punis comme infracteurs de paix, et perturbateurs du repos public*<sup>646</sup>.

Este artigo, repetido desde o édito de Janeiro de 1562, valia tanto para católicos quanto para protestantes, e resumia a política de tolerância civil seguida pela Coroa desde antes do início das guerras de religião, desde a primeira concessão de liberdade de consciência aos protestantes, por Michel de L'Hospital e Catarina de Médici. O fato de ele ser finalmente respeitado, e de o édito de Nantes ser bem sucedido onde os outros falharam, garantindo a pacificação do reino por longo tempo, e sobretudo tornando inócuos os partidos adversários, deve-se em larga medida aos esforços de negociação empreendidos por Henrique IV e seus agentes do lado protestante como do católico. Algumas das cláusulas amplamente discutidas foram aquelas relacionadas à liberdade de culto protestante. As decisões contidas no édito de Poitiers foram mantidas em termos semelhantes, com pequenas diferenças que favoreciam às vezes os católicos, às vezes os protestantes. Se o número de convidados que poderia assistir ao culto nas propriedades de senhores protestantes – além dos membros da família deste – passa no édito de Nantes de 10<sup>647</sup> para 30<sup>648</sup>, o perímetro em torno de Paris dentro do qual o culto fica proibido sobe de duas<sup>649</sup> para cinco léguas<sup>650</sup>.

O preâmbulo do édito lembra essa primeira fase da sua elaboração, de negociações e debates, em que se começou a preparar a forma de dar fim aos tempos de “*trouble et de tumulte*”<sup>651</sup>:

*Pour cette occasion, ayant reconnu cette affaire de très grande importance et digne de très bonne considération, après avoir repris les cahiers des plaintes de nos sujets catholiques, ayant aussi permis à nos sujets de la religion prétendue réformée de s'assembler par députés pour dresser les leurs et mettre ensemble toutes leurs remontrances et, sur ce fait, conféré avec eux par diverses fois, et revu les édits précédents, nous avons jugé nécessaire de donner maintenant sur le tout à tous nos sujets une loi générale, claire, nette et absolue, par laquelle ils soient*

<sup>646</sup> “Proibimos todos os nossos súditos, seja de que estado e qualidade forem, de renovarem a memória disso, atacarem-se, ressentirem, injuriarem, nem provocarem um ao outro por repreensão do que aconteceu seja qual for a causa ou pretexto, discutirem, contestarem, querelarem nem se ultrajarem ou ofenderem por fatos ou palavras; mas conterem-se e viverem pacificamente juntos como irmãos, amigos e concidadãos, sob pena aos contraventores de serem punidos como infratores da paz, e perturbadores da tranquilidade pública”, Garrisson, 1997, p.29.

<sup>647</sup> O édito de Poitiers permitia a presença no culto de 10 protestantes convidados. Cf. Stegmann, op.cit., p.133.

<sup>648</sup> Cf. Garrisson, 1997, p.32.

<sup>649</sup> No édito de Poitiers. Cf. Stegmann, op.cit., p.134.

<sup>650</sup> Cf. Garrisson, 1997, pp.34-35.

<sup>651</sup> *ibid.*, p.27.

*réglés sur tous les différends qui sont ci-devant sur ce survenus entre eux, et y pourront encore survenir ci-après*<sup>652</sup>.

Mas o que tornou possível a negociação – e que nesse sentido foi decisivo – foi a disseminação de um modo de compreender a função do rei diferente daquele herdado da tradição medieval. Nessa difusão, como na gestação desse novo ideário político, os *politiques* foram fundamentais. Segundo Quentin Skinner, a repetição e o aprofundamento das guerras de religião tornaram evidente,

aos olhos de diversos teóricos da linha *politique*, que, para se ter alguma perspectiva de obter a paz cívica, os poderes do Estado teriam de ser desvinculados do dever de defender uma determinada fé<sup>653</sup>.

Durante a elaboração do édito de Nantes, Mornay representava a corrente que acreditava ser obrigação do rei dar fim às guerras civis, mas que seria impossível fazê-lo perpetuando-se a discussão acerca da dualidade religiosa. Mais do que impossível: discutir o problema da religião não cabia ao rei, enquanto solucionar o problema da guerra era a sua função. Para Friedrich Meinecke, o propósito do partido *politique* era “*détacher les intérêts de l’Etat de la tutelle de l’Eglise et des passions confessionnelles*”<sup>654</sup>.

Para um católico intransigente como Jean Boucher, o sentido do poder do rei – poder, aliás, dado por Deus para esse fim específico – era defender a religião. Para ele, “*le temporel doit par nécessité se conformer au spirituel et la fin dernière à laquelle il tend, qui est le salut des âmes*”<sup>655</sup>.

A submissão do rei à obrigação da defesa da religião exposta por Boucher em 1594 era o reflexo da ideologia da Santa União, cujos artigos fundamentais, expostos em 1588, afirmavam que

*Depuis l’an quatre cent nonente neuf qui fut l’an du Baptême de Clovis la Monarchie de France a duré en un même état, sous une Foi, une Loi, et un Roi. (...) C’est aussi le premier serment que font nos Rois à leur sacre et onction, de*

<sup>652</sup> “Nesta ocasião, tendo reconhecido esse assunto de muito grande importância e digno de muito boas considerações, após ter retomado os cadernos de queixas dos nossos súditos católicos, tendo também permitido aos nossos súditos da religião pretensamente reformada reunirem-se por deputados para listarem as suas e colocar juntas todas as suas representações e, sobre isso, conferenciado com eles por diversas vezes, e revisto os éditos precedentes, julgamos necessário dar agora sobre o todo a todos os nossos súditos uma lei geral, clara, direta e absoluta, pela qual eles sejam pautados sobre todas as diferenças que anteriormente aconteceram sobre isto entre eles, e poderão ainda acontecer no futuro”, *ibid.*, pp.27-28.

<sup>653</sup> Skinner, *op.cit.*, p.620.

<sup>654</sup> “desligar os interesses do Estado da tutela da Igreja e das paixões confessionais”, Meinecke, 1973, p.59.

<sup>655</sup> “o temporal deve necessariamente se conformar ao espiritual e ao fim último a que ele leva, que é a salvação das almas”, Boucher, *op.cit.*, s/p.

*maintenir la Religion Catholique, Apostolique et Romaine, sous lequel serment ils reçoivent celui de fidélité de leurs sujets. Donc puis que le changement de la Religion est le changement de l'État, et que la subversion d'icelle apporte avec soi la totale ruine du Royaume*<sup>656</sup>.

Antes de Boucher e da Liga, em 1574 o arqui-diácono de Toul François de Rosières já havia enunciado a base sobre a qual, para o partido católico, era preciso lidar com a dualidade em matéria de religião:

*Car il n'y a rien qui tienne tant le peuple en honneur, crainte obéissance de Dieu, révérence, intégrité de bonnes moeurs, subjection aux Princes, et Magistrats, observances des lois, et autres choses nécessaires en la vie civile, que l'union de la religion : par l'apostasie de laquelle tout est mis en confusion, et dissolution. Ce que nous avons vu assez à l'oeil de notre temps en la suscitation de Luther, Carolstade, Zwingli, Oecolampade, et autres leurs complices, qui en Allemagne en l'introduction de leurs sectes, et simulées religion ont excité infinies contentions, et tragédies. Tellement que le sujet s'est élevé contre son Seigneur. (...) Et depuis par autre instigation d'un nouveau sectaire nommé Calvin, et de ses sectateurs et séducteur le fleurissant Royaume de France a quasi été totalement perdu. De sorte qu'infinis assassinements, saccagemens, et voleries sont sorties de là, et même le père a été fait étranger de sa femme, fils, fille, parents, amis, et de sa propre famille (...) Il n'y a donc chose meilleure, ni à laquelle les Princes, et Rois doivent plus tenir la main, qu'à la religion, observance, et union d'icelle, tant pour le bien commun, que pour le repos, et sincérité de la conscience d'un chacun particulier (...). Par quoi les Princes, et Magistrats doivent soigneusement veiller à ce que le peuple se contienne aux saintes constitutions, et traditions, ensemble aux observances de nos pères, en rejetant l'abus, et le superflu qui a été commis par aucun d'eux. Ce qui a toujours engendré scandale, et qui a été cause du débaux présent*<sup>657</sup>.

<sup>656</sup> “Desde o ano 499, que foi o ano do Batismo de Clovis, a Monarquia da França durou em um mesmo estado, sob uma Fé, uma Lei, e um Rei. (...) É também o primeiro juramento que fazem nossos Reis na sua sagração e unção, de manter a Religião Católica, Apostólica e Romana, sermão sob o qual eles recebem o de fidelidade dos seus súditos. Logo dado que a mudança da Religião é a mudança do Estado, e que a subversão desta traz consigo a total ruína do Reino”, *Articles de la sainte union des Catholiques François*, op.cit., p.30.

<sup>657</sup> “Pois não há nada que mantenha tanto o povo em honra, temor, obediência a Deus, reverência, integridade de bons costumes, sujeição aos Príncipes, e Magistrados, observação das leis, e outras coisas necessárias na vida civil, do que a união da religião: pela apostasia da qual tudo é posto em confusão, e dissolução. O que vimos bem em nosso tempo na suscitação de Lutero, Carlstadt, Zwingli, Oekolampadius, e outros seus cúmplices, que na Alemanha, na introdução das suas seitas, e sumuladas religiões excitaram infinitos desentendimentos, e tragédias. Tanto que o súdito levantou-se contra o seu Senhor. (...) E depois por outra instigação de um novo sectário chamado Calvino, e dos seus sectários e sedutores o florescente Reino da França foi quase totalmente perdido. De sorte que infinitos assassinatos, saques, e roubos resultaram daí, e mesmo o pai foi feito estrangeiro da sua mulher, filho, filha, pais, amigos, e da sua própria família (...) Não há portanto coisa melhor, nem à qual os Príncipes, e Reis devem atentar mais do que à religião, observação e união desta, tanto para o bem comum, quanto para a tranqüilidade, e sinceridade da consciência de cada um particular (...). Pelo que os Príncipes, e Magistrados devem cuidadosamente atentar para que o povo contenha-se dentro das santas constituições, e tradições, assim como da observação dos nossos pais, rechaçando o abuso, e o excesso que foi cometido por algum deles. O que sempre gerou escândalo, e que foi causa do desregramento presente”, Rosières, op.cit., pp.80-81.

A posição que, na França das guerras de religião, era diametralmente oposta a essa era a de Mornay, e da linha *politique* que ele representou. Para este partido, a função do rei era outra, era proteger seus súditos, era garantir-lhes a paz, “*et la paix générale avec tous ses sujets, tant d’un côté que d’autre, tant d’une, que d’autre religion*”<sup>658</sup>, como Mornay e Henrique IV haviam declarado na *Lettre du Roy de Navarre, aux trois Etats de ce royaume*, de 1589. Apenas pela via da tolerância civil, posto que os *politiques* consideravam ser provisoriamente necessária a coexistência das duas religiões, a pacificação do reino seria possível. Segundo Duplessis-Mornay,

*la division en la Religion est une maladie bien grande, mais la guerre civile est un remède encore plus dangereux que la maladie. Il est question de réunir les deux partis*<sup>659</sup>.

A dissensão religiosa, problema grave, como Mornay não se recusa a admitir, era no entanto menos grave do que a guerra feita por causa dela. A guerra levava ao caos, e o caos à destruição do reino. Como remédio, os *politiques* propuseram separar o rei da religião. Teórica e praticamente, construíram uma filosofia política (que foi por eles aplicada) que dava ao rei a função de velar pelo bem público e distinguia esse objetivo da função da Igreja, de velar pela salvação da alma. Em 1585, Mornay escreve, na *Déclaration et protestacion du roy de Navarre, de M. le prince de Condé et M. le duc de Montmorency*, que para salvar o reino

*fallait composer les troubles (...) par une équitable paix qui fut convenable à la disposition présente, réservant à Dieu, qui seul règne sur les consciences, d’opérer aux coeurs de ses sujets pour les réunir et remmener en une Religion*<sup>660</sup>.

Em linhas gerais, essas palavras, publicadas em 1585, servem como uma apresentação do édito de Nantes. O fato de o chanceler Michel de L’Hospital fazer uma proposta semelhante em 1562, no discurso para a assembléia de Saint-Germain, e de Mornay apresentar, desde 1576, essa sua opinião, reiterada em seguida, durante os primeiros anos do reinado de Henrique IV – anos de guerra e de necessidade extrema dessa paz – pela maioria dos conselheiros do novo rei – e

<sup>658</sup> “e a paz geral com todos os seus súditos, tanto de um lado quanto de outro, tanto de uma, quanto de outra religião”, Henri IV, 1589-ab, s/p.

<sup>659</sup> “a divisão na Religião é uma doença bem grande, mas a guerra civil é um remédio ainda mais perigoso do que a doença. Trata-se de reunir as suas partes”, Mornay, 1574, p.9.

<sup>660</sup> “era preciso reparar as perturbações (...) por uma paz equitativa que fosse conveniente à disposição presente, reservando a Deus, que reina sozinho sobre as consciências, agir nos corações dos seus súditos para reuni-los e colocá-los novamente em uma Religião”, Henri IV, 1585, s/p.

pelo próprio Henrique IV – revela como a posição *politique* passou de marginal a hegemônica, de absurda a necessária e depois desejada. Era a defesa da tolerância civil que se fazia por essas palavras, e esta era fruto de uma separação, fomentada teórica e praticamente pelos *politiques*, entre a função da Igreja e a do Estado, o objeto e o objetivo da religião e os da política. Segundo Joseph Lecler,

*Nulle part ailleurs en Europe, la tolérance d'un culte dissident n'a été aussi clairement basée, à cette époque, sur le principe d'une distinction effective entre les fins de l'État et celles de la religion*<sup>661</sup>.

Essa particularidade francesa foi o resultado de quase 40 anos de guerras e discussões, que desenvolveram uma via de ação e um instrumento: a política como instância essencialmente humana, e cujo sentido era a manutenção do bem comum, e a tolerância, ferramenta para construí-lo. É pela investigação do caminho feito pela idéia da tolerância civil, entre 1561 e 1598, que acreditamos ser possível afirmar que, na França no século XVI, ela tenha sido criada como um instrumento da política, a ser aplicado pontualmente na resolução de um problema crônico que, de outra forma, tornar-se-ia eterno, até que a própria França não existisse mais. O caminho leva de uma primeira tentativa, violentamente rechaçada, até a aceitação, resignada, desconfortável, e às vezes entusiasmada, da noção de que a necessidade urgente do reino demandava um tipo de solução inédita, e que contrariava a tradição. De idéia marginal e absurda que era para os franceses na década de 1560, a tolerância foi elaborada, exposta, trabalhada, aprimorada, cultivada, defendida pelos *politiques* e transformada em um conceito com uma função, com um objetivo particular: dar solução ao caos que estava destruindo o reino. Com Henrique IV, os *politiques* trabalharam para fazê-lo ser aceito, enquanto ele se dedicava a vencer as oposições intransigentes e estabelecer um acordo baseado na idéia central desenvolvida pelos *politiques*, a da tolerância civil. O rei e os *politiques* vencem nos campos de batalha e na guerra de convencimento que se tratava sobretudo através das publicações. O édito de Nantes, resultado dessa vitória, trouxe a afirmação de que a coexistência provisória de católicos e protestantes era a ferramenta necessária à paz, a única capaz de evitar que o caos destruísse o reino.

<sup>661</sup> “Em nenhum outro lugar na Europa, a tolerância de um culto dissidente foi tão claramente baseada, nessa época, no princípio de uma distinção efetiva entre os objetivos os Estado e os da religião”, Lecler, op.cit., p.554.

Foi esse o argumento usado para convencer o papa Clemente VIII a aceitar o édito. Profundamente contrariado com os seus artigos, ao saber da confirmação registrada pelo parlamento de Paris, em abril de 1599, o papa havia afirmado ao cardeal de Ossat, embaixador francês no Vaticano, que

*Cet édit (...), le plus mauvais qui se pouvait imaginer, permettait liberté de conscience à tous chacun, qui était la pire chose du monde. Grâce à lui les hérétiques allaient envahir les charges et les Parlements pour promouvoir et avancer l'hérésie et s'opposer à tout ce qui pourrait tourner au bien de la religion*<sup>662</sup>.

Para demover Clemente VIII da sua recusa em aceitar o édito de Nantes, o embaixador começou por confessar que, “*de tels édits, à les considérer en eux-mêmes, et sans regarder au temps et à la nécessité qui les avaient extorqués, étaient choses très mauvaises*”<sup>663</sup>, mas as circunstâncias, o caos provocado pelas repetidas guerras, e o objetivo de evitá-las, e assim evitar um mal ainda maior, pediam a aceitação do édito de Nantes. Pediam a tolerância, esse instrumento da política desenvolvido e experimentado ao longo das guerras de religião, e instituído legalmente pelo édito de Nantes.

---

<sup>662</sup> “Este édito (...), o pior que se poderia imaginar, permitia liberdade de consciência à cada um e todos, o que era a pior coisa do mundo. Graças a ele os hereges iam invadir os cargos e os Parlamentos para promoverem e fazerem avançar a heresia e se oporem a tudo o que poderia levar ao bem da religião”, *Lettres du Cardinal d'Ossat* apud Lecler, op.cit., p.519.

<sup>663</sup> “tais édits, a considerá-los neles mesmos, e sem olhar o tempo e a necessidade que os havia extorquido, eram coisas muito ruins”, *Lettres du Cardinal d'Ossat* apud Lecler, op.cit., p.520.